

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2007**

**Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Agosto, 2007.

## Índice

<b>AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....</b>	<b>9</b>
Biodiesel.....	9
<b>Óleo de cozinha vira moeda com reciclagem</b> – Fabiana Ribeiro e Liana Melo – O Globo – Economia – 05/08/2007.....	9
<b>'Professor Pardal' da Petrobras tira biodiesel da mamona</b> – Flávia Barbosa - O Globo – 05/08/2007.....	11
<b>Brasil Ecodiesel tem prejuízo de R\$ 13,88 milhões</b> – Murillo Camarotto - Valor On Line – 10/08/2007.....	12
<b>Menos óleo no país</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007.....	13
<b>Mais óleo para fora</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007.....	13
<b>Exportações de soja</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007.....	13
<b>Fosfertil usa biodiesel</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007.....	13
<b>Britânicos fazem parceria no biodiesel</b> - Cibelle Bouças- Valor econômico- Agronegócios - 08/08/2007.....	14
<b>Mais óleo de palma</b> – Valor Econômico – Agronegócios – 13/08/2007.....	14
<b>Entregas de biodiesel ainda em atraso</b> – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2007.....	15
<b>Brasil Ecodiesel encerra semestre com prejuízo</b> – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2007.....	15
Etanol.....	16
<b>MESMO RISCO</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/08/2007 .	16
<b>NADA FEITO</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/08/2007.....	16
<b>SAFRA CURTA</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/08/2007 ..	16
<b>NOVO FOCO: ESTATAL PREVÊ US\$ 1,5 BI PARA BIOCOMBUSTÍVEL</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/08/2007.....	17
<b>Lula: Usineiros eram 'tratados como marginais' e hoje são personalidades</b> – Chico de Gois – Economia – Platão O Globo – 09/08/2007.....	17
<b>CEB investe em usinas em MS e GO</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/08/2007.....	18
<b>Carneirinho vê um "trem de cana" chegar</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007.....	19
<b>União de Minas espera usina para ver progresso</b> – Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agroengócios - 08/08/2007.....	22
<b>Coruripe fez do Triângulo Mineiro sua base de expansão</b> – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007.....	22
<b>Coruripe fez do Triângulo Mineiro sua base de expansão</b> – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007.....	23
<b>Grupos sem tradição já desistem de usinas</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007.....	24

<b>NO CAMPO</b> – Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007 .....	26
<b>Multigrain e Mitsui se unem e estudam aporte em etanol</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócio - 09/08/2007 .....	26
<b>POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEL</b> .....	<b>27</b>
Biodiesel .....	27
<b>Bahia estuda utilização de miniusinas móveis de biodiesel</b> – Estado de São Paulo – Agrícola – 08/08/2007 .....	27
Etanol.....	27
<b>Etanol é nova ameaça ao cerrado</b> - Sabrina Valle e Ricardo Muniz – Estado de São Paulo – Vida & - 01/08/2007.....	27
<b>O erro pode ser do verde</b> - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 01/08/2007 .....	28
<b>'Cana não vai invadir florestas'</b> - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2007 .....	30
<b>Documento alerta para risco de subordinar álcool à Petrobrás</b> - Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/08/2007 .....	31
<b>Desmatamento à vista</b> – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 05/08/2007 .....	31
<b>Continuar na ponta</b> – Antônio Delfim Netto – Folha de São Paulo – Opinião – 08/08/2007 .....	33
<b>Queimada cresce no país com seca e colheita da cana</b> – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007.....	34
<b>“Biocombustíveis não substituirão a produção de alimentos neste País”</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 09/08/2007 .....	35
<b>País precisa de energia limpa, diz Tolmasquim</b> - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Brasil - 08/08/2007 .....	37
<b>Etanol não afetará alimentos, afirma Dilma</b> - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 14/08/2007 .....	38
<b>E agora, José?</b> - Adilson de Oliveira e Luciano Losekann – Valor Econômico – Opinião - 14/08/2007.....	39
<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	<b>41</b>
Biodiesel .....	41
<b>'Brasil tem de agregar valor ao seu produto'</b> - Kelly Lima – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007 .....	41
<b>Líder global, Malásia quer palma do Brasil</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007 .....	42
<b>Apesar de queda recente, óleo segue valorizado e com demanda aquecida</b> – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007.....	43
Etanol.....	44
<b>Biocombustível aproxima Brasil e México</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2007.....	44
<b>Projeto de lei nos EUA pede energia renovável</b> – AP – Estado de São Paulo – Vida & - 06/08/2007 .....	45

<b>Chile cria incentivos para biocombustíveis</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/08/2007 .....	45
<b>Etanol é o foco em visita a Honduras</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007 .....	45
<b>Unica quer cota de exportação do Brasil para os EUA</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007 .....	47
<b>Nicarágua aceita ajuda de Lula para produzir etanol</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007 .....	47
<b>Brasil ataca etanol dos EUA na OMC</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007 .....	48
<b>Etanol é bandeira eleitoral nos EUA</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007 .....	49
<b>Em visita à América Central, foco de Lula é biocombustível</b> – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 05/08/2007 .....	50
<b>Ao citar álcool, Lula ataca antecessores</b> – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 10/08/2007 .....	52
<b>A viagem e a "missão etanol"</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 11/08/2007 .....	53
<b>Cobertura chavista sobre turnê de Lula faz crítica ao álcool</b> – Flávia Marreiro – Folha de São Paulo – Brasil – 12/08/2007 .....	55
<b>Dilma critica plano da UE para a compra de biocombustíveis</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/08/2007 .....	56
<b>FAO pede nova estratégia para os biocombustíveis</b> – Javier Blas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/08/2007 .....	57
<b>Nicarágua deve buscar outras fontes para produzir etanol</b> – Reuters/Brasil On Line – 08/08/2007 .....	58
<b>BID aprova US\$ 20 milhões para fundo de energia sustentável</b> – O Globo – Plantão – 09/08/2007 .....	59
<b>Etanol é chance de 'reparação' para países desenvolvidos, diz Lula</b> – Plantão – O Globo – 09/08/2007 .....	59
<b>Lula alfineta Chávez e diz que cada um oferece o que tem de sobra</b> – Shico de Gois – Plantão O Globo – 10/08/2007 .....	60
<b>Índia está de olho no etanol brasileiro</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007 .....	61
<b>Comissão do etanol traça estratégias para elevar oferta e demanda globais</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/08/2007 .....	61
<b>Com apagão de energia, Nicarágua pede ajuda a Lula, mas recusa etanol</b> - Raymundo Costa – Valor econômico – Brasil - 09/08/2007 .....	62
<b>Energia alternativa cresce e deixa de ser opção apenas simbólica</b> - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 10/08/2007 .....	64
<b>Para EUA, etanol ainda é prioridade na agenda</b> – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroengócios - 10/08/2007 .....	65

## Segunda Quinzena

<b>AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....</b>	<b>66</b>
Biodiesel.....	66
<b>Petrobrás pára de produzir H-Bio</b> - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007.....	66
<b>Distribuidoras encaram travas ao biodiesel</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 20/08/2007.....	67
<b>Bertin inaugura fábrica de biodiesel</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007.....	68
<b>Pinhão-manso, a inusitada opção para biocombustível</b> - Patrick Barta – Estado de São Paulo – Agronegócios - 24/08/2007.....	68
Etanol.....	70
<b>Produtores reduzem previsão para safra de cana</b> - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/08/2007.....	70
<b>Cana rende mais que soja e milho em MS</b> – Estado de São Paulo – Agrícola – 22/08/2007.....	71
<b>Álcool já custa o mesmo que o gás natural nos postos</b> - Alaor Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007.....	71
<b>Safra de cana terá crescimento de 15,2%</b> - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007.....	73
<b>SEM SUPERSAFRA</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007.....	74
<b>AS CAUSAS</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007.....	74
<b>PRODUTIVIDADE</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007.....	74
<b>MAIS ÁLCOOL</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007.....	74
<b>CONVERSA COM A ÍNDIA</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007.....	74
<b>Para ganhar mais, bóia-fria eleva corte de cana em SP</b> – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007.....	75
<b>Comparação é inviável, dizem indústrias</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007.....	76
<b>Trabalhadores cortam mais que a média e ganham até "título" de campeão</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007.....	76
<b>São Martinho quer elevar a produção</b> – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/08/2007.....	77
<b>Odebrecht batiza área de etanol</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 20/08/2007.....	77
<b>Cotações do álcool sobem nos postos, mas caem nas usinas</b> – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 21/08/2007.....	77
<b>A insustentável bioenergia do milho</b> - José Graziano – Valor Econômico – Opinião - 22/08/2007.....	78

<b>Soja torna-se barreira ao avanço da cana</b> - Mônica Scaramuzzo e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007 .....	80
<b>Clima prejudica moagem em usinas do Paraná e de Minas</b> – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007 .....	81
<b>Empresa aproveita CO2 do álcool e atrai investidor</b> - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 27/08/2007 .....	81
<b>Menor colheita de cana no centro-sul</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 27/08/2007 .....	83
<b>Pequenas e médias usinas na mira de grandes investidores</b> - Mônica Scaramuzzo e Raquel Balarin – Valor Econômico – Agronegócios - 29/08/2007 .....	83
<b>Petrobras muda tom e diz que será minoritária em alcooduto</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 29/08/2007 .....	85
<b>União foca em energia e vira sócia de usina goiana</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 31/08/2007 .....	85
<b>Produção de cana deve crescer 11%, diz Conab</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 31/08/2007 .....	87
<b>POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS .....</b>	<b>87</b>
Biodiesel .....	87
<b>Entidade para biodiesel</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 21/08/2007 .....	87
Etanol.....	88
<b>Investimentos Estrangeiros e Matrizes Energéticas</b> - Georges Flexor – Agência Carta Maior – 30/08/2007 .....	88
<b>Contag aponta os problemas do setor da cana ao presidente Lula</b> – Sitio Eletrônico da CONTAG - 30/08/2007 .....	91
<b>Rainha consegue verba federal</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 21/08/2007 .....	92
<b>Restrição pode se espalhar pelo País</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/08/2007 .....	92
<b>Para usineiros, expansão ocorrerá sobre os pastos</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/08/2007 .....	93
<b>Indústria da cidade teme ficar sem soja</b> – Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/08/2007 .....	94
<b>Controle estatal do etanol</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007 .....	94
<b>País busca etanol a partir da celulose</b> - Fabíola Salvador e Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007 .....	96
<b>Governo quer novo modelo para regular combustível</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007 .....	97
<b>Cana-de-açúcar sim, mas com todo o respeito</b> - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 29/08/2007.....	98
<b>BM&amp;F vai negociar créditos de carbono</b> - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/08/2007 .....	99
<b>Para UE, etanol não pressiona alimentos</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007 .....	101

<b>RISCO PARA AS USINAS</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007 .....	102
<b>MECANIZAÇÃO</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007 .....	102
<b>ÁLCOOL DE CELULOSE</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007 .....	102
<b>RENTABILIDADE MENOR</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007 .....	102
<b>Biocombustíveis para os pobres</b> – José Graziano da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 31/08/2007 .....	102
<b>Governo quer controlar todo o setor de álcool</b> – O Globo – Capa – 26/08/2007 ..	104
<b>A mão pesada do Estado chega ao setor de álcool</b> - José Casado – O Globo – Economia – 26/08/2007 .....	104
<b>Etanol: Lula ouve queixas de condições de trabalho</b> - Chico de Gois – O Globo – Economia – 30/08/2007 .....	106
<b>Agricultores familiares e entidades articulam rede sobre biocombustíveis</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2007 .....	107
<b>Risco do etanol está associado ao modelo de produção</b> - Maurício Hashizume – Sítio Eletrônico do MST – 16/08/2007 .....	108
<b>Fórum da cana divulga carta aberta em seu encerramento</b> – Sítio Eletrônico do MST – 24/08/2007 .....	114
<b>Goiás delimita a expansão da cana-de-açúcar</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 21/08/2007 .....	116
<b>A propósito do programa de etanol</b> - Marcello Averbug – Valor Econômico – Opinião - 23/08/2007 .....	117
<b>Embrapa avaliará impacto ambiental de biocombustível</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/08/2007 .....	119
<b>Sobra de etanol</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 29/08/2007 .....	120
<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	<b>120</b>
Etanol.....	120
<b>Ministro do Japão visita usina de etanol</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/08/2007 .....	120
<b>EUA enfrentam Brasil na OMC com nova ajuda à cana</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/08/2007 .....	120
<b>Consumo de etanol será recorde no mundo</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/08/2007 .....	122
<b>Índia vai superar Brasil na produção de açúcar</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/08/2007 .....	122
<b>Japão confere se Brasil tem álcool suficiente</b> - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007 .....	123
<b>UE faz etanol de vinho excedente</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/08/2007 .....	124
<b>Brasil leva motor flex para a Europa</b> - Cleide Silva – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007 .....	125
<b>Índia estuda produção maior a partir de cana</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007 .....	126

<b>Hugo Chávez desiste de álcool brasileiro</b> - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 30/08/2007 .....	126
<b>Petrobras acerta venda de etanol para a Índia</b> – O Globo – Economia – 31/08/2007 .....	128
<b>Comércio sustentável do etanol é discutido em seminário internacional</b> – Site Eletrônico do MDS – 22/08/2007.....	128
<b>Unica acelera sua internacionalização</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/08/2007 .....	129
<b>EUA buscam aliança com o Brasil para impulsionar etanol</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007 .....	130
<b>Colômbia quer parceria para álcool</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007 .....	131
<b>Nova Zelândia adia planos para etanol</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007 .....	132
<b>Petrobras exportará menos álcool em 2008</b> - Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 30/08/2007 .....	132
<b>Etanol para a Índia</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 31/08/2007 ...	133
<b>Fischer Boel desvincula alta de alimento de biocombustível</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 31/08/2007 .....	133



## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### Biodiesel

**Óleo de cozinha vira moeda com reciclagem** – Fabiana Ribeiro e Liana Melo – O Globo  
– Economia – 05/08/2007

Escolas, condomínios, restaurantes e até boate revendem produto a indústrias ou para empresas de biodiesel

Do ralo ou da lixeira, o óleo de cozinha ganhou um destino nobre.

De lixo descartável, que faz mal à saúde e ao meio ambiente, o produto passou a fazer parte da indústria de reciclagem. Donas de casa, escolas, restaurantes, supermercados, academias, condomínios e até boate viraram parceiros na luta contra a poluição, que está transformando o óleo vegetal em moeda de troca com valor de mercado.

A coleta de óleo de cozinha é feita por empresas e entidades especializadas, que recolhem o produto e o revendem para indústrias de sabão, tinta, graxa e, mais recentemente, para companhias que trabalham com biodiesel. Entre elas, está a empresa Disque Óleo que recicla, por mês, cerca de 80 mil litros.

— Um litro de óleo contamina um milhão de litros de água. Além de encarecer o tratamento de esgoto, prejudicar o solo e contaminar as águas subterrâneas — explicou Sérgio Ricardo, gestor ambiental da Disque Óleo.

Resíduo é trocado por materiais de limpeza A preocupação com a natureza traz ganhos. O óleo acumulado é trocado, na maioria dos casos, por materiais de limpeza (de detergente a cloro).

Ou vendido — R\$ 0,30 a R\$ 0,50, o litro. Para condomínios, essa negociação pode apresentar redução de até 80% nos custos. No Edifício Ghirlandaio Novo Leblon, na Barra da Tijuca, os moradores são orientados a não jogar o óleo vegetal usado na pia ou no tanque, mas coletá-lo em garrafas PET para que possa ser recolhido por uma empresa.

A cada 15 dias, uma empresa retira o óleo do supermercado Farinha Pura. São cerca de 200 litros por mês que são trocados por detergente.

— Os ganhos vão além disso: é uma questão de qualidade de vida e até segurança.

Nosso cliente é exigente e isso é uma forma de mostrar nosso respeito ao meio ambiente — comenta o gerente do mercado, Elton Oliveira.

Há mais exemplos no varejo carioca. O restaurante Couve Flor destina à reciclagem cerca de 40 litros por semana do produto.

A rede Na Pressão Chopperia, por sua vez, doa 300 litros por semana. O Gero, 80 mensais.

O Forneria, 50 — o mesmo do Zazá Bistrô. E até as boates entraram nessa onda. A Nuth troca 120 litros por mês por sabão neutro, detergente e sabonete Phebo.

— Até coamos o óleo, para garantir a qualidade de nossa coleta. Nossa intenção nem é ganhar nada, ainda que obtenhamos, em troca, 10% de desconto em produtos de limpeza — disse Francisco Assis, o Macula, chef do Forneria.

A reciclagem do óleo chegou ao colégio Mopi, na Tijuca. Lá, alunos entre 11 e 14 anos se organizaram no Grupo de Apoio ao Consumo Responsável (Gacs) Mopi, de onde surgem ações em prol do meio ambiente.

Entre eles, a mobilização das famílias dos estudantes e estabelecimentos comerciais da redondeza para reciclar o óleo: — Esses jovens aprendem a argumentar e a multiplicar

idéias boas, além de toda a questão ambiental. A idéia é destinar o dinheiro para cestas básicas — comentou Regina Canedo, diretora Pedagógica do Mopi.

Reciclagem para biodiesel atrai Esso e Petrobras Ações como a dos estudantes podem contribuir para que o país acelere a produção de biodiesel — já que do óleo de cozinha também se faz o combustível.

E fazem com que as empresas que recolhem o óleo já pensem além das fábricas de sabão. Essa participação chega num momento em que o governo estuda antecipar a adição obrigatória de 5% de biodiesel ao óleo diesel em 2010 — três anos antes do prazo previsto.

— Estamos negociando com Esso e Petrobras. O biodiesel começa a movimentar esse mercado — disse Joyce Silva, da JW Dias Comércio, lembrando que enquanto não saem do papel essas negociações, a empresa já fecha novas parcerias, como com a prefeitura de Belford Roxo.

A idéia é coletar o óleo em 62 escolas do município fluminense.

Na troca, cada litro será vendido a R\$ 0,50 ou trocado por produtos de limpeza.

Organizados em torno da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de PósGraduação de Engenharia (Coppe), da UFRJ, cerca de mil catadores de lixo venderam, em julho último, quatro mil litros de óleo para a Refinaria de Petróleos de Manguinhos. A venda gerou uma renda de R\$ 3,5 mil. O contrato de compra e venda ainda não foi assinado, mas as partes estão interessadas em continuar a relação comercial.

Manguinhos, que parou de processar petróleo devido à alta de preço em 2005, tem condições de produzir 60 mil metros cúbicos anuais de biodiesel.

Como para processar esse volume a coleta de óleo vegetal feita no varejo não é suficiente para somar 62 mil metros cúbicos, a refinaria é obrigada a adicionar outros insumos, como óleo de soja e sebo animal.

— Estamos prevendo utilizar até 2% de óleo de fritura usado, proveniente das cooperativas de catadores, misturado à nossa carga — calcula o assessor de Qualidade e Meio Ambiente de Manguinhos, Ricardo Imbuzeiro.

Parcerias incluem até empresas estrangeiras O vilão da saúde e do meio ambiente — ao ser descartado na rede de esgoto, lixões ou aterros sanitários, o óleo de cozinha acaba poluindo as águas, o solo e até o ar pela emissão de metano do óleo decomposto — também fez a prefeitura de Osasco, em São Paulo, abrir guerra contra o produto. Por enquanto, esse óleo vem sendo transformado em sabão em pó pelas donas de casa que freqüentam a oficina de produção de sabão com óleo de cozinha. Ela ocorre, semanalmente, no Núcleo de Educação Ambiental do Parque Chico Mendes.

Só que a prefeitura está querendo potencializar o uso do óleo de cozinha que é descartado pela comunidade,

estabelecimentos comerciais e escolas.

O objetivo é investir numa usina de reciclagem de óleo de cozinha. As negociações já começaram.

No fim de agosto, o secretário municipal de Meio Ambiente da prefeitura de Osasco, Carlos Marx, viaja à Áustria para negociar com a empresa BDI, que já instalou três unidades de processamento de óleo de cozinha.

Duas dessas unidades estão na Áustria e outra, na Espanha.

**'Professor Pardal' da Petrobras tira biodiesel da mamona** – Flávia Barbosa - O Globo – 05/08/2007

Autor de 38 patentes, pesquisador inventou processo inédito no mundo para produção de combustível vegetal

GUAMARÉ (RN). Há 27 anos fazendo parte do quadro funcional da Petrobras, o químico, professor e pesquisador Carlos Nagib Khalil tem uma longa carreira de emoções. Mas a maior delas é recente: a usina experimental de biodiesel instalada em Guamaré (RN), que produz combustível vegetal a partir da mamona em processo sem similar no mundo. O ineditismo fica por conta do gênio de Khalil, que, nos laboratórios do Centro de Pesquisas da estatal (Cenpes), na Ilha do Fundão, faz questão de manter vivo o espírito de “cientista maluco”. Dos tubos de ensaio do laboratório que pilota já saíram 38 patentes — no Brasil e no exterior.

Em 2001, esse pisciano de 55 anos deixou de lado uma rotina de duas décadas atuando na hermética atividade de desobstrução de oleodutos submarinos — ajudando e estatal no caminho da auto-suficiência em petróleo — e resgatou uma paixão da época em que freqüentava os bancos do Instituto de Macromoléculas da UFRJ, onde hoje leciona. Passou a se dedicar às energias renováveis.

Khalil escolheu como objeto de estudo a mamona, semente oleaginosa brasileira que, acredita, está predestinada a comandar a corrida pela introdução do biodiesel na matriz energética mundial. Escolheu não.

O bom filho, à casa, retorna.

— Na faculdade, eu já tinha contato com a mamona, nos projetos experimentais, mas a carreira foi para outro lado.

Sou cientista, que é naturalmente curioso, quer descobrir, olhar pro futuro. Quando a Petrobras decidiu apostar em energias renováveis como diretriz da empresa, fui junto. E voltei para a mamona — conta Khalil, enquanto arranca uma semente da oleaginosa de um dos pés plantados ao redor da fábrica experimental.

Khalil anda, gesticula e mostra aos visitantes cada detalhe de uma obra que pode ser considerada sua. Em 2003, dois anos depois de iniciadas as pesquisas, o químico inventou um jeito de extrair biodiesel diretamente da semente de mamona.

— É um processo chamado de “in situ”, dentro da semente.

Sabe, o biodiesel é uma molécula mais leve... — diz Khalil, empolgado, como se estivesse em sala de aula, antes de adotar um discurso simplificado, mais apropriado aos leigos.

De acordo com os reagentes a que a semente é submetida, um processo químico se desencadeia dentro do caroço.

Ao ser triturado, ele já oferece biodiesel (ainda é preciso utilizar etanol para completar o processo).

Nunca isso foi feito em outro lugar do planeta. O resultado foi mais uma patente para Khalil, que já foi eleito o Químico do Ano em 1995. Para a Petrobras, a descobrir ta significa redução de custos — o óleo vegetal, insumo dos processos tradicionais, incluindo os dos concorrentes na Europa e nos Estados Unidos, representa 80% do custo de produção do biodiesel. Mas há outros efeitos colaterais desejáveis.

E é deles que o frenético Khalil gosta de falar mais. Com o processo, uma usina pode ser instalada em qualquer lugar do país onde haja plantadores da oleaginosa — e de girassol, pinhão manso, dendê e outras ainda em teste, como a sulista tungue — dispensando a existência de uma estrutura de extração do óleo das sementes para dar início

à produção do biodiesel. Isso pode estimular a inclusão social — fortalecendo a agricultura familiar como fornecedora de matéria prima — e espalhar a fabricação do combustível vegetal por todo o território.

— Até porque a mamona não é do semirido.

Ela dá em qualquer lugar do Brasil — afirma Khalil, que também é um entusiasta do potencial de geração de emprego e renda da cadeia dos biocombustíveis: — Só com o B5 (mistura de 5% de biodiesel ao diesel comum), serão necessários 4 milhões de hectares plantados, gerando dois milhões de empregos. Esse é o potencial de curto prazo do Brasil! Nós temos cem milhões de hectares disponíveis — fala Khalil, fazendo semblante e gestos com a mão como quem convida o interlocutor a imaginar o Brasil virando “a Arábia dos biocombustíveis”.

“Quando a Petrobras decidiu apostar em energias renováveis como diretriz da empresa, fui junto” CARLOS

NAGIB KHALIL Químico da Petrobras

### **Brasil Ecodiesel tem prejuízo de R\$ 13,88 milhões – Murillo Camarotto - Valor On Line – 10/08/2007**

SÃO PAULO - A Petrobras é uma das responsáveis pelo aumento de 2.539% no prejuízo, de R\$ 13,88 milhões, registrado pela fabricante de biocombustíveis Brasil Ecodiesel no segundo trimestre deste ano. Ocorre que a estatal vem atrasando a retirada do biocombustível produzido pela empresa, o que acaba reduzindo sua escala de produção e, conseqüentemente, elevando os custos operacionais.

Entre abril e junho, o custo dos produtos vendidos pela Brasil Ecodiesel cresceu 27,1% sobre trimestre anterior, para 56,88 milhões. A receita líquida, por sua vez, somou 53,37 milhões, o que representa um crescimento de 10,5%. As despesas gerais e administrativas ficaram em R\$ 9,68 milhões, com alta de 44,8% o primeiro trimestre.

Em relatório divulgado hoje, o diretor-presidente da companhia, Nelson José Côrtes, reconheceu seu descontentamento com o desempenho no trimestre.

Os resultados ora apresentados estão muito aquém do que desejaríamos devido a uma série de fatores que escapam a nosso controle, tais como os atrasos na retirada do produto em nossas usinas e a elevação nos custos de aquisição do óleo vegetal, conduzindo à ociosidade de boa parte de nossa capacidade industrial, comentou o executivo.

(Murillo Camarotto | Valor Online)

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

**Menos óleo no país** – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) reviu para baixo sua projeção para consumo de óleo de soja do país na safra 2006/07. Passou a estimar 3,55 milhões de toneladas, ante as 3,6 milhões previstas no início de julho. Ainda assim o volume será superior ao da temporada 2005/06 (3,24 milhões).

**Mais óleo para fora**– Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007

Em contrapartida, a Abiove elevou sua estimativa para as exportações brasileiras de óleo de soja em 2006/07. Passou a trabalhar com 2,2 milhões de toneladas, ante as 2,15 milhões previstas anteriormente. Em 2005/06, foram 2,26 milhões de toneladas.

**Exportações de soja**– Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007

No total, ainda de acordo com a Abiove, as exportações brasileiras do chamado complexo soja (que inclui grão, óleo e farelo), deverão totalizar US\$ 11,837 bilhões em 2007, ante US\$ 9,283 bilhões. O grão deverá responder por US\$ 7,504 bilhões da receita total estimada para este ano, seguido por farelo (US\$ 2,903 bilhões) e óleo (US\$ 1,430 bilhão).

**Fosfertil usa biodiesel**– Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/08/2007

Ainda que o ritmo esteja mais lento que o previsto inicialmente por governo e iniciativa privada - tanto que a Abiove corrigiu para baixo sua previsão para o consumo doméstico de óleo de soja em 2006/07 -, o biodiesel continua a ser adotado por empresas no país. É o caso da Fosfertil, que começou a utilizar o combustível alternativo em sua frota de caminhões que opera no complexo de mineração de Tapira, em Minas Gerais. No caso, soja, mamona e girassol servem como matérias-primas para o biodiesel.

**Britânicos fazem parceria no biodiesel** - Cibelle Bouças- Valor econômico-Agronegócios  
- 08/08/2007

A companhia britânica de investimentos Trading Emissions Plc (TEP), uma das maiores no segmento de crédito de carbono, associou-se à goiana Bionasa Combustível Natural para a produção de biodiesel no país. Pelo acordo, a britânica fez uma injeção de capital de R\$ 125 milhões na empresa, tornando-se sócia.

Com novos recursos, a Bionasa planeja fazer investimentos de R\$ 256 milhões até 2010 para implantar uma usina de biodiesel com capacidade para produzir 400 milhões de litros do biocombustível por ano. O processo de associação foi intermediado pela Mercatto Investimentos e pelo escritório MHMK Sociedade de Advogados. Paulo Henrique Todaro, sócio-diretor da Mercatto Investimentos, observou que a negociação durou cerca de um ano.

De acordo com o projeto, observa, a Bionasa fará um investimento de R\$ 131 milhões neste ano para implantar a unidade de biodiesel, que será instalada em Porangatu, na região norte de Goiás. Na primeira fase, a usina terá capacidade para produzir 200 milhões de litros de biodiesel por ano. A previsão é que a fábrica inicie as operações em julho de 2008. Entre as matérias-primas eleitas para a produção do biocombustível estão soja, girassol e sebo bovino, em função da oferta disponível no Estado.

A empresa também avalia a utilização do pinhão-manso. "A operação será positiva para a TEP, que entra no mercado brasileiro de biodiesel, e para a Bionasa, que alavancou capital para expandir suas operações", afirmou Todaro. Procurado, o presidente da Bionasa, Francisco Barreto, preferiu não fornecer mais detalhes sobre a operação.

De acordo com Todaro, da Mercatto, o objetivo inicial da empresa é comercializar o biodiesel nos mercados interno e externo. "Ainda existe muita indefinição no mercado internacional em relação aos preços futuros do biodiesel", disse. Os volumes a serem destinados a cada mercado ainda não foram definidos. Pelo acordo fechado entre as empresas, a TEP terá direito de comercializar o biocombustível e os créditos de carbono gerados a partir da produção das matérias-primas.

**Mais óleo de palma** – Valor Econômico – Agronegócios – 13/08/2007

O preço do óleo de palma, o óleo vegetal mais negociado do mundo, poderá recuar 7% à medida que os altos preços atraem os agricultores e os levam a aumentar sua produção, informou a agência Bloomberg. A commodity poderá recuar para US\$ 600 a tonelada. O óleo de palma, que é utilizado em alimentos e combustíveis, alcançou seu recorde em junho passado devido à disparada da demanda por parte da China e da Índia e da alta dos preços do óleo de soja, que pode ser usado como substituto.

**Entregas de biodiesel ainda em atraso** – Cibelle Bouças – Valor Econômico –  
Agronegócios - 13/08/2007

A poucos meses de vigorar a lei que torna obrigatória a adoção da mistura de 2% de biodiesel no diesel, usinas e Petrobras ainda não chegaram a uma solução para sistematizar as entregas do biocombustível às distribuidoras. Indústrias alegam que a estatal atrasa a retirada do produto nas usinas, o que as obriga a paralisar a produção para evitar superestocagem. A Petrobras, por sua vez, afirma que as usinas é que descumprem os prazos, por motivos diversos.

De acordo com a estatal, dos 876 milhões de litros de biodiesel arrematados nos cinco leilões promovidos, 196 milhões já foram entregues pelas usinas. "Do volume arrematado no segundo leilão, por exemplo, apenas 41% foi efetivamente entregue", observou Paulo Roberto Costa, diretor de abastecimento da Petrobras.

Segundo Costa, as usinas alegaram como razões para os atrasos a falta de documentação legal - como autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), selo social do Ministério do Desenvolvimento Agrário e licenças ambientais - o que obrigou a estatal a renegociar alguns contratos. Como o Valor já antecipou as empresas Soyminas, Biocapital, Ponte di Ferro, Binatural e Renobrás tiveram problemas para cumprir os prazos de entrega.

Representantes de algumas indústrias, no entanto, afirmam que ocorre o contrário: a Petrobras atrasa a retirada do biocombustível das usinas, alegando capacidade de armazenamento insuficiente. Ricardo Vianna, diretor financeiro e de relações com investidores da Brasil Ecodiesel, confirmou que negocia com a estatal um novo cronograma para entregar 400 milhões de litros negociados em leilão e que ainda não foram entregues. "A oferta de biodiesel antecedeu os investimentos das distribuidoras em logística para receber o biocombustível. A Petrobras tinha como alternativas comprar e estocar o produto ou repactuar os prazos", afirmou Vianna. Segundo o executivo, a Ecodiesel conseguirá normalizar o cronograma de entregas até outubro.

Diego Ferrés, sócio-diretor da Granol - que negociou a entrega de 83,9 milhões de litros nos cinco leilões - também confirmou a demora da Petrobras para retirar o produto nas usinas. "O programa do biodiesel está sofrendo problemas de continuidade. E isso preocupa, porque logo a mistura se tornará obrigatória e ainda não se sabe se as distribuidoras estarão com estrutura logística para atender a essa nova demanda", avaliou. (CB)

**Brasil Ecodiesel encerra semestre com prejuízo** – Cibelle Bouças – Valor Econômico –  
Agronegócios - 13/08/2007

O aumento nos custos de produção do biodiesel e a redução do fluxo de caixa com novos investimentos comprometeram os resultados da Brasil Ecodiesel no primeiro semestre do ano. Conforme balanço enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa encerrou o período com prejuízo líquido de R\$ 14,401 milhões, ante perda de R\$ 3,183 milhões no primeiro semestre de 2006.

A receita líquida alcançou R\$ 101,663 milhões no semestre, ante R\$ 13,843 milhões no mesmo intervalo do ano passado. Os custos de produção atingiram R\$ 101,565 milhões, ante R\$ R\$ 11,516 milhões entre janeiro e junho de 2006. Ricardo Vianna, diretor de relações com investidores da Brasil Ecodiesel, associou o resultado ao aumento no custo

das matérias-primas - especialmente do óleo de soja - e nos custos com estocagem. "Os preços do biodiesel fixados no terceiro e quarto leilões, para entrega neste semestre, eram mais baixos que os valores definidos nos leilões anteriores, o que também comprometeu a receita."

Conforme Vianna, a empresa concluiu no segundo trimestre a construção de seis usinas de transesterificação e investimentos em unidades de esmagamento de soja, totalizando um aporte de R\$ 60 milhões. A empresa também aprovou investimento de R\$ 30 milhões na expansão da capacidade de produção de 4 das seis usinas que possui. Com isso, a Brasil Ecodiesel terá capacidade produtiva total de 1,224 bilhão de litros de biodiesel por ano. Hoje a capacidade é de 640 milhões de litros/ano. (CB)

Etanol

**MESMO RISCO** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/08/2007

O mercado de álcool continua com os mesmos problemas estruturais de há dois anos: apenas negociações à vista e da mão para a boca. Com isso, os preços caem muito na safra e podem subir com a mesma intensidade na entressafra. Os preços baixos de agora estimulam o consumo, e o consumidor vai disputar um volume menor de álcool na entressafra.

**NADA FEITO**– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/08/2007

Os velhos problemas estruturais discutidos em 2006, quando o preço do álcool disparou, continuam fora de pauta: armazenagem, novos mecanismos de negociações, liberação de mercado e participação restrita de investidores no mercado futuro devido às regras de comercialização do combustível, que engessam o setor.

**SAFRA CURTA** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/08/2007

Na semana passada, os preços do álcool na porta das usinas, apesar da interrupção da queda, ainda estavam 34% inferiores aos de há um ano, conforme o Cepea. Se oferta e demanda caminharem juntas no final do ano, o que acreditam analistas, o preço do álcool pode esquentar na entressafra.



**NOVO FOCO: ESTATAL PREVÊ US\$ 1,5 BI PARA BIOCOMBUSTÍVEL** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/08/2007

Com a meta de ser líder na produção nacional de biodiesel, a Petrobras vai investir US\$ 1,5 bilhão de 2008 a 2012 em biocombustíveis -25% mais do que no plano de negócios de 2007 a 2011. A área foi desmembrada da de abastecimento e da de gás e energia e passou a ser um novo segmento de negócios da companhia. Segundo o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, o objetivo é liderar a produção brasileira de biodiesel, ampliando-a de 329 milhões de litros em 2008 para 1,182 bilhão de litros em 2012. No caso do álcool, a empresa quer ser o principal ator na comercialização e na logística, investindo apenas minoritariamente em novas usinas.

**Lula: Usineiros eram 'tratados como marginais' e hoje são personalidades** – Chico de Gois – Economia – Platão O Globo – 09/08/2007

KINGSTON (JAMAICA) - Em discurso para empresários no encerramento de um seminário sobre biocombustível na capital jamaicana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira, referindo-se ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sem citar nomes, que os usineiros eram tratados no passado como "marginais". Segundo Lula, sob sua gestão, eles viraram personalidades.

Um empresário do ramo, que participou do encontro, concordou parcialmente com o presidente. Segundo esse usineiro, na época de FH, não chegavam a ser tratados como marginais, mas, com certeza, "com desdém".

- Os empresários que estão aqui sabem que muitas vezes foram tratados como marginais porque o governo tinha vergonha de discutir com eles. Agora, os empresários que produzem álcool no Brasil estão crescendo muito e virando personalidades internacionais.

Esta não é a primeira vez que Lula elogia os usineiros. Em Goiás, no fim de março, ele chegou a classificá-los como "heróis", o que despertou críticas de sindicatos de agricultores. Muitos trabalhadores nas plantações de cana-de-açúcar já foram flagrados atuando em condições análogas à escravidão.

Lula também elogiou o programa alcooleiro da época da ditadura militar.

- Na época, era um general que estava no poder e foi extremamente acertada a decisão de se criar a política de álcool no Brasil - disse, em referência ao Proálcool. O presidente, na ocasião, era o general Ernesto Geisel.

Como vem fazendo desde o início da viagem ao México e à América Central, que começou no domingo, o presidente defendeu fervorosamente os biocombustíveis e criticou os países que condenam a produção de etanol sob a alegação de que isso provocará redução na produção de alimentos. E, de forma peremptória, disse que os países desenvolvidos precisam comprar etanol como forma de compensar o planeta pela poluição.

- Quem deve comprar de nós? - questionou o presidente aos empresários. - Eles (os países ricos), que são os maiores poluidores do planeta.

Depois, completou:

- O que estamos oferecendo ao mundo desenvolvido é a oportunidade de eles fazerem uma compensação pela poluição que jogaram na atmosfera.

Pela manhã, Lula participou da inauguração de uma usina privada de desidratação de álcool, que teve um investimento de US\$ 20 milhões. O Brasil irá enviar álcool hidratado para a Jamaica e, na nova fábrica, irá transformá-lo em anidro (o etanol). De lá, o produto será exportado para os Estados Unidos. Toda essa operação tem como objetivo reduzir o imposto que os brasileiros têm de pagar para que o produto entre no mercado norte-americano. O Caribe não paga imposto para exportar álcool para os EUA.

Na inauguração da usina, que não tem capital brasileiro investido, Lula disse que o etanol significa uma "revolução extraordinária". E, intitulado-se caixeiro viajante, acabou tentando vender outro produto genuinamente brasileiro: a cachaça.

- No dia em que o mundo experimentar uma boa cachaça brasileira, o uísque vai perder mercado.

\* O repórter viajou em um avião da FAB, devido à falta de vôos comerciais regulares na região.

### **CEB investe em usinas em MS e GO - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/08/2007**

A Clean Energy Brazil plc (CEB) vai investir em duas novas usinas sucroalcooleiras, em um investimento estimado em até R\$ 500 milhões, o que inclui aportes nas áreas agrícolas e industriais. Uma nova unidade será construída em Sidrolândia (MS) e a outra em Santa Fé (GO).

Criada em dezembro de 2006, a empresa de investimentos em álcool está listada na bolsa de Londres, onde já captou 100 milhões de libras para realizar seus primeiros aportes no Brasil.

De acordo com Marcelo Junqueira, executivo da CEB, a planta de Sidrolândia, batizada de projeto Pantanal, deverá iniciar suas operações na safra 2009/10, com moagem de 1,5 milhão de toneladas. A outra unidade, também de 1,5 milhão de toneladas por safra, será construída em Santa Fé, e terá início a partir do ciclo 2010/11. Esses dois projetos terão 100% dos investimentos da CEB. "Inicialmente, as duas usinas vão produzir álcool. A segunda fase desses dois projetos prevê açúcar", disse ele.

No início deste ano, a CEB realizou seu primeiro investimento no Brasil, de aproximadamente US\$ 127 milhões, com a aquisição de uma fatia de 49% da Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica S.A, instalada em Cidade Gaúcha, no norte do Paraná.

Com o aporte da CEB realizado na Usaciga, a usina concluiu seu projeto de cogeração de energia elétrica e aumentou em 20% sua capacidade total de moagem de cana para 2008, o que permitirá processar 2,5 milhões de toneladas por safra.

Os planos da CEB são investir em outras cinco usinas sucroalcooleiras no país. Junqueira explicou que esses projetos dependem ainda da aprovação e apetite dos investidores internacionais da CEB. Para colocá-los em prática, a empresa terá de fazer novas captações no mercado. "Mas já estamos em negociações e visitando as regiões para esses futuros investimentos", disse.

De acordo com o executivo, esses cinco novos projetos não serão necessariamente usinas "greenfield" (construção), como os que serão realizados em Sidrolândia e Santa Fé. "Podemos fazer aportes em usinas já existentes, como foi feito na Usaciga", disse Junqueira. Os planos do grupo são criar um pólo de produção sucroalcooleiro no país nos próximos anos para processar cerca de 30 milhões de toneladas de cana por ano.

**Carneirinho vê um "trem de cana" chegar** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007

Carneirinho é uma pequena cidade na ponta de um dos vértices do Triângulo Mineiro. Com 8,8 mil habitantes, o município, emancipado há 15 anos, conserva todas as características de uma típica cidade do interior. E poderia passar despercebida se os canaviais não tivessem "invadido" a região, disputando espaço com o gado.

Com a sua "mineirice", a população começou a observar "se esse trem de cana ia dar certo". Mas a cana, sem pedir licença, foi chegando, chegando, e tomou conta de boa parte das pastagens da região. E não contente o suficiente, foi seduzindo pequenos pecuaristas para arrendar as terras. Alguns cederam, outros não. E essa queda de braço entre os tradicionais pecuaristas e outros nem tanto dividiu a cidade em relação à cana.

Alheia à rusga, a população se prepara para receber sua maior indústria - uma usina de açúcar e álcool do grupo alagoano Coruripe, que já possui três unidades no Triângulo Mineiro. A usina Carneirinho, um investimento de R\$ 130 milhões, começa a operar em 2008. Os preparativos para a chegada, porém, já começaram.

A rotina na cidade não é mais a mesma. Os dois únicos hotéis - na verdade, um hotel e uma pensão - vivem lotados. São os "forasteiros" de São Paulo e da capital mineira que chegaram antes para montar a estrutura da usina. "Tivemos que ampliar o hotel para atender aos terceirizados da usina", diz Neuza Faria, do Hotel Faria. Em janeiro, o hotel ganhou nove novos quartos. Agora tem 23. "Muitos não pagam diárias, alugam por mês."

A cidade ganhou um novo supermercado, vai reativar outro antigo, e deverá ter novo posto de gasolina. Em breve ganhará uma pequena indústria têxtil. Aluguel de casa na cidade, que sempre foi caro, agora tem preços exorbitantes, afirmam os moradores. Uma casa pequena de dois quartos sai por R\$ 800 mensais. Essa situação reflete na construção civil. Única construtora da cidade, a Projecar, começa a construir casas para vender, saindo do seu foco de obras públicas.

### A cidade cresce

Perfil do município de Carneirinho

População	8.800
Localização	a 815 km de São Paulo e a 955 km de Belo Horizonte
Área territorial	2.061 km <sup>2</sup>
Atividades econômicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Pecuária de corte e de leite</li> <li>■ Cana-de-açúcar</li> </ul>
Indústrias	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 usina de açúcar e álcool*</li> <li>4 tecelagens</li> <li>2 laticínios</li> <li>1 fecularia</li> </ul>
Orçamento **	R\$ 30 milhões

### Onde fica



Fontes: Prefeitura e Associação Comercial e Industrial  
\* Transferência em 2016 \*\* Estimativa

A usina de Carneirinho vai gerar 190 empregos na parte industrial e mais 15 na área administrativa na primeira fase, além de 1.200 na área agrícola. A fase final do projeto prevê 350 postos na área administrativa e industrial, com 2,5 mil na área agrícola. Será a maior empregadora da cidade, desbancando a prefeitura (200 funcionários).

A usina, em parceria com a prefeitura da cidade, patrocina um curso técnico de açúcar e álcool para absorver trabalhadores na usina, diz Vítor Wanderley Júnior, diretor do grupo Coruripe. Na mesma escola, há outros dois cursos técnicos - enfermagem e segurança do trabalho. Com seis escolas estaduais e três municipais, Carneirinho não tem curso superior. A faculdade mais próxima fica em Iturama, a 60 quilômetros, considerada pólo econômico da região, que abrange também Limeira do Oeste e União de Minas.

Joana D'Arc da Silva, 23 anos, concluiu a faculdade de química em Fernandópolis (SP), e agora faz parte do programa de trainee do grupo Coruripe. Ela trabalha na unidade de Iturama. Mas espera a unidade de Carneirinho entrar em operação para ser transferida. "Eu não teria oportunidade de emprego na minha área, se a usina não viesse para cá."

Para criar um pólo de produção de cana, a usina e fornecedores locais estão convencendo pecuaristas a arrendarem suas terras. Para Sebastião Martins de Lima, 77 anos, a mudança trouxe vantagens. "Eu não tinha recursos para renovar as pastagens.

Arrendei minhas terras (17 alqueires) por 10 anos para a cana. Hoje tenho uma renda de R\$ 1.600 por mês, contra R\$ 1.000 com o gado." A aposentada Luiza da Silva, 79 anos, também se rendeu. Seus 20 alqueires de pastagens foram convertidos em canaviais desde 2006. "É mais lucrativo. Minha filha também pensa em fazer a mesma coisa."

Não são todos os pecuaristas, contudo, que acreditam que a cana trará só progresso. Vicente Vilela Lima, um dos maiores pecuaristas de Carneirinho, critica o farto financiamento do governo para o setor sucroalcooleiro. "Se os pecuaristas recebessem pelo menos metade desses recursos, também seriam competitivos." Vilela também lamenta que a cana tenha invadido a região, ocupando os espaços dos grãos e pastos. "Tem cana até em beira de estrada."

Com orçamento de R\$ 30 milhões para 2007, a prefeitura espera reverter a queda da arrecadação de ICMS quando a usina começar a operar. Perto das fronteiras de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás, Carneirinho sofre com a evasão do gado, vendido sem nota. Além do gado, outros produtos também saem sem nota da cidade, diz o prefeito Cássio Rosa de Assunção (DEM). O projeto da usina, assinado em junho de 2006, já levou a prefeitura a projetar o aumento da arrecadação de ICMS da cidade. Em 2006, foram R\$ 17,9 milhões, contra R\$ 19,8 milhões em 2005. O valor adicional com açúcar e álcool será de R\$ 3,4 milhões em 2009 e R\$ 5 milhões em 2010. Os royalties com a hidrelétrica Ilha Solteira garantem cerca de R\$ 1,5 milhão por ano à cidade.

Os royalties têm garantido boa infra-estrutura à cidade. Carneirinho tem praticamente 100% de suas ruas asfaltadas, 100% de água e esgoto encanados. O prefeito diz que ainda há muito a fazer. "Precisamos melhorar a fachada da entrada da cidade." Segundo o prefeito, a população pede emprego.

A agropecuária sempre foi a principal atividade econômica da cidade. O algodão teve seu auge na década de 70. Nos anos 80, os grãos, sobretudo milho, dominaram. Mas a pecuária de corte e leite sempre foi o forte de Carneirinho. O rebanho bovino é de 249 mil cabeças. E engana-se quem pensa que Carneirinho tem esse nome porque era tradicional criadora de carneiros. O nome refere-se à família Carneiro, que fundou o povoado em novembro de 1954.

Com a chegada da usina, um pequeno pólo industrial começa a ser formado na cidade. O prefeito Cássio Assunção diz que já há interesse de empresas de auto-peças, oficinas e fornecedores de insumos. Antes da chegada da usina, a cidade contava com dois laticínios, uma feccularia. Com a nova indústria têxtil, serão quatro indústrias na cidade, diz Agostinho Ferreira, presidente da Associação Comercial e Industrial da cidade. É o próprio Ferreira que está investindo na indústria têxtil, que irá produzir panos de chão para serem vendidos na rua 25 de Março, no centro de São Paulo. A esperança dele é fechar um contrato com a usina de Carneirinho para fornecer sacarias de açúcar para a empresa.

Quando chegou a Carneirinho para cortar cana, Raimundo Souza Bandeira Neto, 38 anos, conhecido como Piauí, foi assediado para trabalhar na construção civil. Natural de Elesbão Estevão (PI), por isso o apelido, Piauí é cortador de cana desde 1989. "Preferi ficar na cana porque ganho mais." Ele vai e volta para o Nordeste todo o ano. Piauí ganha R\$ 1.000 por mês, cortando cerca de 11 toneladas de cana por dia. Já cortou cana em São Paulo e no Mato Grosso do Sul. Agora aproveita a expansão da cana em Minas Gerais. Para Piauí, tanto faz onde ele corta cana. "O trabalho é pesado em qualquer lugar."

**União de Minas espera usina para ver progresso** – Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agroengócios - 08/08/2007

Com cerca de 5 mil habitantes, a cidade de União de Minas, emancipada em 1997, também aguarda a vinda de uma usina de açúcar e álcool para ver o progresso chegar ao município. O grupo Coruripe planeja investir R\$ 200 milhões na construção de uma nova unidade na cidade, que deverá entrar em operação a partir de 2010.

Até lá, a população deve se concentrar na pecuária de corte e de leite, a principal atividade econômica da cidade. Para se ter uma idéia, o rebanho bovino de União de Minas é 24 vezes maior que a população da cidade. São 120 mil cabeças de gado, cerca de 95% deste total concentrado na mão de poucos pecuaristas.

Segundo o prefeito de União de Minas João de Freitas Leal (PP), a cidade conta com três laticínios que recebem diariamente cerca de 40 mil litros de leite. E é só. Há apenas dois bancos, sendo que um deles pertence a uma cooperativa de crédito.

Leal acredita que a chegada da usina na cidade deverá trazer progresso para a população. Hoje a prefeitura é a maior empregadora do município - com 200 funcionários e salário médio em torno de R\$ 500. O salário é considerado alto.

Um percurso rápido pelo cidade, cuja extensão é de 1.161 quilômetros quadrados, mostra que o município ainda é muito carente. O asfalto cobre 90% das ruas. A energia elétrica atende a 95% da população, que tem 100% de água e esgoto, segundo a prefeitura.

A Santa Casa da cidade é considerado um hospital modelo para a região, que engloba as cidades de Iturama, Carneirinho, Limeira do Oeste. O diretor do grupo Coruripe, Vítor Wanderley Júnior, diz que pretende firmar parceria com a prefeitura da cidade para doar recursos para o hospital quando a usina estiver em operação na cidade.

Com apenas duas escolas públicas, uma estadual e outra municipal, boa parte dos estudantes do município utiliza o transporte gratuito fornecido pela prefeitura da cidade para estudar em outras cidades próximas. A cana está presente na região desde o início dos anos 90, mas só agora que começa a avançar. Nas décadas de 70 e 80, a agricultura foi mais forte. O plantio de algodão dominava a região havia 30 anos, mas perdeu espaço para os grãos. Hoje há plantio de milho e soja.

Com um orçamento anual de cerca de R\$ 8 milhões previsto para 2007, prefeitura arrecadou R\$ 1,84 milhões de ICMS no ano passado (valor bruto). A expectativa é de que o cenário mude com a chegada da usina na cidade. A má notícia é que o projeto de construção da unidade pode ser postergado, caso os preços do açúcar continuem em queda. Inicialmente, este projeto estava previsto para 2009. (MS)

**Coruripe fez do Triângulo Mineiro sua base de expansão** – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007

A chegada do grupo alagoano Coruripe, da família Tércio Wanderley, ao Triângulo Mineiro foi meio por acaso, mas sua expansão na região foi milimetricamente calculada. "Nosso plano inicial era fazer o primeiro investimento do grupo fora do Nordeste no Estado do Paraná", conta Vítor Wanderley Júnior, diretor do grupo.

Na região desde 1994, quando adquiriu a usina Iturama, localizada na cidade que leva o mesmo nome, o grupo ampliou seus domínios para as cidades vizinhas. "Ficamos meses visitando uma usina no Paraná. Até que um amigo da família insistiu para que

visitássemos uma usina em Iturama. Quando chegamos à cidade, decidimos fazer nossos investimentos naquela região", lembra o empresário.

Além da unidade Iturama, a companhia tem outras duas usinas em operação na região - uma em Limeira do Oeste e outra em Campo Florido, cidades que ficam a menos de 50 quilômetro uma da outra. Todo o planejamento do grupo é construir unidades próximas uma das outras. O projeto da usina de Carneirinho é assim. A construção da unidade de União de Minas, prevista para 2010, também. E não será diferente da outra unidade de 2011 em Prata.

O grupo emprega nas três unidades em operação no Triângulo Mineiro cerca de 1.000 trabalhadores na parte industrial e outros 8 mil trabalhadores da área agrícola, incluindo os empregos indiretos. O salário médio da parte industrial gira em torno de R\$ 1.200. O mínimo fica em torno de R\$ 700.

Com um faturamento da ordem de R\$ 850 milhões, o grupo Coruripe fechou parcerias com as prefeituras de cada cidade onde está instalada para o asfaltamento das estradas por onde a cana, açúcar e álcool passam. Também tem programas de qualificação profissional em cada cidade. "Não buscamos mão-de-obra fora do Estado", diz Wanderley Júnior. Essa regra só não é válida para os cortadores de cana, a maioria migrantes da região Nordeste do país.

O pólo onde as usinas do Coruripe está instalada produz cerca de 8 milhões de toneladas de cana. O volume deverá dobrar nos próximos quatro anos, quando todos os novos projetos de usinas do grupo entrarem em operação.

A entrada da família Tércio Wanderley no setor sucroalcooleiro não foi planejada. "Meu avô (Tércio Wanderley) era dono de uma mercearia de secos e molhados e recebeu em 1941 uma usina de um cliente que tinha em Alagoas como forma de pagamento de uma dívida", conta o empresário. A usina em questão é hoje a matriz do grupo alagoano. Na década de 50, a família começou a levar mais sério a usina, que já produzia açúcar e álcool.

No início dos anos 90, a família decidiu que já era hora de ampliar os negócios. Mas a expansão da atividade canavieira no Nordeste era inviável, uma vez que a topografia acidentada da região não permitia grandes expansões. "Mas não queríamos ir para São Paulo, que sempre foi muito concorrido e caro (terras)", afirma Wanderley Júnior.

De olho nas oportunidades para o álcool, sobretudo no mercado internacional, o grupo agora planeja fazer sua expansão no Centro-Oeste do país, entre Goiás e Tocantins, além de estudar a região do Maranhão. Mas esses futuros investimentos deverão ser feitos em parcerias com outros grupos, nacionais ou estrangeiros. (MS)

### **Coruripe fez do Triângulo Mineiro sua base de expansão – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007**

A chegada do grupo alagoano Coruripe, da família Tércio Wanderley, ao Triângulo Mineiro foi meio por acaso, mas sua expansão na região foi milimetricamente calculada. "Nosso plano inicial era fazer o primeiro investimento do grupo fora do Nordeste no Estado do Paraná", conta Vítor Wanderley Júnior, diretor do grupo.

Na região desde 1994, quando adquiriu a usina Iturama, localizada na cidade que leva o mesmo nome, o grupo ampliou seus domínios para as cidades vizinhas. "Ficamos meses visitando uma usina no Paraná. Até que um amigo da família insistiu para que

visitássemos uma usina em Iturama. Quando chegamos à cidade, decidimos fazer nossos investimentos naquela região", lembra o empresário.

Além da unidade Iturama, a companhia tem outras duas usinas em operação na região - uma em Limeira do Oeste e outra em Campo Florido, cidades que ficam a menos de 50 quilômetro uma da outra. Todo o planejamento do grupo é construir unidades próximas uma das outras. O projeto da usina de Carneirinho é assim. A construção da unidade de União de Minas, prevista para 2010, também. E não será diferente da outra unidade de 2011 em Prata.

O grupo emprega nas três unidades em operação no Triângulo Mineiro cerca de 1.000 trabalhadores na parte industrial e outros 8 mil trabalhadores da área agrícola, incluindo os empregos indiretos. O salário médio da parte industrial gira em torno de R\$ 1.200. O mínimo fica em torno de R\$ 700.

Com um faturamento da ordem de R\$ 850 milhões, o grupo Coruripe fechou parcerias com as prefeituras de cada cidade onde está instalada para o asfaltamento das estradas por onde a cana, açúcar e álcool passam. Também tem programas de qualificação profissional em cada cidade. "Não buscamos mão-de-obra fora do Estado", diz Wanderley Júnior. Essa regra só não é válida para os cortadores de cana, a maioria migrantes da região Nordeste do país.

O pólo onde as usinas do Coruripe está instalada produz cerca de 8 milhões de toneladas de cana. O volume deverá dobrar nos próximos quatro anos, quando todos os novos projetos de usinas do grupo entrarem em operação.

A entrada da família Tércio Wanderley no setor sucroalcooleiro não foi planejada. "Meu avô (Tércio Wanderley) era dono de uma mercearia de secos e molhados e recebeu em 1941 uma usina de um cliente que tinha em Alagoas como forma de pagamento de uma dívida", conta o empresário. A usina em questão é hoje a matriz do grupo alagoano. Na década de 50, a família começou a levar mais sério a usina, que já produzia açúcar e álcool.

No início dos anos 90, a família decidiu que já era hora de ampliar os negócios. Mas a expansão da atividade canavieira no Nordeste era inviável, uma vez que a topografia acidentada da região não permitia grandes expansões. "Mas não queríamos ir para São Paulo, que sempre foi muito concorrido e caro (terras)", afirma Wanderley Júnior.

De olho nas oportunidades para o álcool, sobretudo no mercado internacional, o grupo agora planeja fazer sua expansão no Centro-Oeste do país, entre Goiás e Tocantins, além de estudar a região do Maranhão. Mas esses futuros investimentos deverão ser feitos em parcerias com outros grupos, nacionais ou estrangeiros. (MS)

### **Grupos sem tradição já desistem de usinas - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/08/2007**

Motivados pelo boom do etanol, empresários do setor sucroalcooleiro e outros sem tradição na área, os chamados "aventureiros", anunciaram diversos projetos de novas usinas no país. Passado o período de euforia, muitos empresários resolveram repensar seus investimentos. E a forte queda dos preços do açúcar no mercado internacional, que acumulam desvalorização de 32% nos últimos 12 meses, colaborou para a decisão.

Nos últimos dois anos, cerca de 150 novos projetos foram anunciados no país, mas nem todos devem sair do papel, diz Antonio Padua Rodrigues, diretor da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). A Unica está refazendo o levantamento para mapear esses



investimentos. "Pelo menos 30% deles nem devem sair do papel." Dados preliminares indicam que 89 estão em curso desde o ano passado e somam cerca de US\$ 17 bilhões em investimentos. A área com cana deve saltar de 6 milhões de hectares para 8 milhões até 2012, com uma produção de 750 milhões de toneladas no país, ante 470 milhões de toneladas atuais.

Segundo Padua, a maioria dos projetos em curso é tocada por tradicionais usineiros e também por grupos estrangeiros, que aumentam a olhos vistos sua participação neste setor no país. As companhias e fundos internacionais processam no centro-sul cerca de 35 milhões de toneladas de cana, o que representa 8,3% do total a ser colhido na região na safra 2007/08. Em três anos, a previsão é de que essa fatia dobre, com os novos projetos dos mesmos grupos e com a entrada de novos players no país.

Enquanto os grupos estrangeiros elevam seus aportes, outros empresários, sem tradição, começam a desistir de seus projetos. "Muitos aventureiros se empolgaram com a alta dos preços do açúcar no mercado internacional. Agora, com a acomodação das cotações da commodity em patamares baixos, muitos engavetaram projetos ou até mesmo desistiram deles", diz Padua. Em fevereiro de 2006, as cotações do açúcar em Nova York atingiram a maior alta dos últimos 20 anos, batendo 19,70 centavos de dólar por libra-peso. Atualmente, está em 10 centavos.

Júlio Maria Martins Borges, da Job Economia e Planejamento, lembra que a velocidade dos investimentos de grupos sem tradição caiu. "Mas os fundamentos continuam positivos por conta do petróleo em alta." Segundo ele, muitos empresários neófitos fizeram sua reserva de mercado. "Mas como não têm tradição, não levaram o projeto adiante. Muitos desistem ou se associam a grupos tradicionais."

No ano passado, o empresário José Alberto Tavares Junqueira, pai do piloto da Fórmula Mundial Bruno Junqueira, anunciou que iria investir em uma destilaria na cidade mineira Santo Hipólito. A usina chegou a ser construída em uma propriedade que a família adquiriu e entrou em operação. Mas, em fevereiro, Junqueira passou o negócio para frente. Os preços do álcool não estavam mais tão atraentes. Segundo o empresário, a usina foi vendida para um outro grupo de Minas Gerais. "Eu pretendo voltar a investir em álcool de novo". Há exatamente um ano, o cantor sertanejo Zezé Di Camargo anunciou que iria fazer estudos para implantar uma usina de álcool em Tocantins, onde ele possui terras. Procurada pelo Valor, a assessoria do cantor informou que o projeto não foi levado adiante.

"Há mais de 60 projetos anunciados no Mato Grosso do Sul, mas somente 20 sairão do papel", acredita o empresário José Pessoa de Queiroz Bisneto, presidente do Grupo J. Pessoa. O empresário preside o Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool daquele Estado, considerado uma das novas fronteiras para a cana. Até ele puxou o freio. O grupo adquiriu em 2003 uma usina em Campos (RJ), a unidade Quissamã, e outra unidade em São Paulo, a Everest, em 2006. Mas nenhuma está em operação. Pessoa diz que está investindo no aumento do plantio de cana para dar início às atividades dessas usinas.

O Valor apurou que o grupo pernambucano Farias, com seis usinas em operação e outras três em fase de projeto, deverá desacelerar parte de seus investimentos. A unidade de Taquarituba (SP), que deveria entrar em operação em 2008, foi adiado para 2009, segundo uma fonte. "Esse projeto [de Taquarituba] não teve a licença ambiental liberada ainda." A notícia não foi de toda ruim. "O projeto sai do papel, mas não agora."

**NO CAMPO** – Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007

A Brasil Ecodiesel, maior produtora de biodiesel do País, assina hoje, em Brasília, acordo de cooperação com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. A proposta é estimular o plantio de mamona e girassol.

Meta: estabelecer 100 mil parcerias numa rede de agricultura familiar, em todo o País, até o fim deste ano.

### **Multigrain e Mitsui se unem e estudam aporte em etanol** - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócio - 09/08/2007

O interesse de investir no setor sucroalcooleiro e ampliar a fatia de participação nos agronegócios brasileiros uniram a japonesa Mitsui e a Multigrain AG - joint venture entre a brasileira PMG Trading e a cooperativa americana CHS. Ontem, a Mitsui anunciou formalmente a aquisição de 25% de participação acionária da Multigrain AG, por 3 bilhões de ienes (aproximadamente US\$ 25,3 milhões).

Pelo acordo, as outras duas empresas ficarão, cada uma, com 37,5% de participação. A Mitsui já mantinha parcerias com a CHS nos Estados Unidos, o que facilitou as negociações entre as empresas, de acordo com Stefano Rettore, que dirige a CHS no Brasil. "Foi uma negociação longa, mas que deixou felizes todos os sócios", afirmou Rettore.

Em entrevista ao Valor, Paulo Garcez, presidente da Multigrain, afirmou que a nova parceria vai permitir à empresa concretizar seu projeto de crescer 50% no país no próximo ano, tanto em receita como em volume de originação de grãos.

Para 2007, a empresa prevê alcançar uma receita próxima a US\$ 800 milhões, com a comercialização de 2 milhões de toneladas de produtos. Desse total, exporta em torno de 1,5 milhão de toneladas de soja por ano para Japão, China e outros países da Ásia. A Mitsui já mantinha duas parcerias com a CHS nos Estados Unidos e agora quer aproveitar a estrutura já constituída pela Multigrain no Brasil para ampliar a sua participação no país.

"A Multigrain e a Mitsui têm um plano agressivo de expansão no mercado brasileiro em diferentes áreas dos agronegócios, como açúcar e álcool, algodão e oleaginosas", afirmou Garcez. De acordo com o executivo, a injeção de capital com a entrada da Mitsui ajudará a acelerar o processo de expansão da empresa.

Recentemente, a Multigrain fez uma captação junto a sete bancos de US\$ 170 milhões, já visando investimentos nos agronegócios. "A expectativa é que, com o novo sócio, a empresa tenha condições de atrair novos recursos", disse.

De acordo com Garcez, a Multigrain já negocia investimentos em usinas de etanol, que devem ser concluídos ainda neste ano. O grupo também avalia projetos nas áreas de grãos, algodão e açúcar. "A entrada da Mitsui proporciona uma boa sinergia, que vai colaborar para acelerar a realização desses projetos, mas ainda não há nada fechado", afirmou o executivo.

Além da parceria com a Mitsui, a Multigrain, que atua na exportação de soja, açúcar e trigo e importação de fertilizantes, também avalia parcerias na Europa e China. A Mitsui, por sua vez, estuda em parceria com a Petrobras tornar-se sócia minoritária em 40 usinas de etanol no Brasil. Os dirigentes da Mitsui, que estão em viagem ao Japão, não foram localizados até o fechamento desta edição.

## POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEL

### Biodiesel

**Bahia estuda utilização de miniusinas móveis de biodiesel** – Estado de São Paulo – Agrícola – 08/08/2007

Máquinas funcionam em cima de um caminhão, que roda atrás de grãos. Meta é beneficiar 100 mil agricultores familiares

Técnicos da Secretaria de Agricultura da Bahia (Seagri) analisam a compra de miniusinas de biodiesel montadas em cima de caminhões, invenção da Intecnial, uma empresa do Rio Grande do Sul. Em cima do caminhão, a miniusina pode ser levada até o produtor. Processa 40 toneladas/dia de vários grãos oleaginosos, como pinhão manso, girassol, soja, mamona, caroço de algodão, gergelim, amendoim, e tem aprovação da Petrobrás, que se compromete a comprar o grão e óleo. O objetivo da Seagri é inserir os 100 mil agricultores familiares do Estado na cadeia do biodiesel. O projeto prevê um aumento de renda de até 30%. A Bahia quer criar uma nova matriz energética, sustentável, e instalar 600 mil hectares com oleaginosas.

### Etanol

**Etanol é nova ameaça ao cerrado** - Sabrina Valle e Ricardo Muniz – Estado de São Paulo – Vida & - 01/08/2007

Para ambientalista, desflorestamento no bioma já está mais acelerado do que na Amazônia

Onças, araras azuis e tatus gigantes percorrem a paisagem do cerrado brasileiro, um vasto planalto onde as temperaturas variam de um frio cortante a um calor de rachar e arbustos e pastagens se alternam com florestas formando a diversidade de flora mais rica de todas as savanas do mundo. Tudo isso poderá acabar em breve. Nas últimas quatro décadas, mais da metade do cerrado foi transformada pela entrada de criadores de gado e plantadores de soja. E agora há nova demanda engolindo rapidamente a paisagem: a cana-de-açúcar, matéria-prima para o etanol brasileiro.

“O desflorestamento do cerrado está acontecendo numa taxa mais alta do que o da Amazônia”, afirma John Buchanan, diretor de Práticas Empresariais da ONG Conservação Internacional. “Se a taxa persistir, toda a vegetação restante no cerrado deixará de existir até 2030.”

As raízes da transformação estão na demanda por etanol, recentemente reforçada por uma lei que tramita no Senado americano que obrigaria o uso de 136 bilhões de litros de etanol em 2022, mais de seis vezes a capacidade de produção das 115 refinarias dos EUA.

O presidente George W. Bush, que propôs um aumento similar em seu Discurso sobre o Estado da União, visitou o Brasil em março e negociou um acordo para promover a produção de etanol na América Latina e no Caribe.

Empresas e investidores americanos - incluindo George Soros e gigantes do agribusiness como a Cargill - estão delimitando territórios no Brasil, na expectativa de um crescimento ainda maior na área de biocombustíveis.

“Já existe uma corrida pelo etanol brasileiro, e os anúncios do presidente Bush deram maior credibilidade ao processo”, diz Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura brasileiro, que integrou a Comissão Interamericana do Etanol junto com o ex-governador da Flórida, Jeb Bush, em dezembro do ano passado.

### **PROBLEMA ANTIGO**

Segundo o ministro interino do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, é preciso distinguir o histórico de ocupação do cerrado dos recentes desdobramentos do programa de biocombustíveis. “O problema no cerrado não é recente, é de mais de uma década, com ações de ocupação que realmente preocupam”, afirma. “Há consenso, pelos monitoramentos parciais já feitos, de que há de fato um processo acelerado de desmatamento, mas a relação direta com o etanol é absolutamente inapropriada, até mesmo porque as áreas de plantio de cana estão ocupando pastagens.”

Segundo Capobianco, o ministério está implantando um acompanhamento detalhado do ritmo de desmatamento do bioma, como já é feito em relação à Amazônia e à mata atlântica, e terá ainda neste ano a primeira comparação pormenorizada, entre a situação de 2006 e de 2002. Além disso, afirma, o governo exigirá certificação socioambiental dos empreendimentos voltados à produção de etanol de cana.

### **COM RICARDO MUNIZ**

**O erro pode ser do verde** - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 01/08/2007

Quem chama etanol de revolução verde, em grande parte por conta dos canaviais ondulando ao vento, não imagina o que vem por aí, segundo o microbiologista Carl Woese. O cientista que leu o livro da vida em genoma de micróbios anuncia uma “nova revolução” para o século 21. Ela virá da biologia, que já ultrapassou a física em “orçamento, tamanho

das equipes e produção de descobertas”. E terá mais “consequências econômicas, implicações éticas e efeitos sobre o bem-estar humano”.

As aspas acima vêm de Freeman Dyson, professor emérito de Física no Instituto de Estudos Avançados de Princeton, em artigo recente na *New York Review of Books*. Falava de Woese, trocando-o em miúdos, se é que se pode chamar de “miúdos” os parágrafos em que Dyson aposta tudo na “domesticação da biotecnologia” como a onda da vez, destinada a inundar brevemente o planeta.

“Ela dominará nossas vidas nos próximos 50 anos”, diz Dyson, à medida que se descomplicar como os computadores, que saíram dos laboratórios para os joelhos dos curiosos há pouco mais de uma década.

Há muito gente espalhada pelo mundo que cria bichos e plantas pela velha cartilha da manipulação genética. À medida que essa turma puser as mãos nos segredos que permitem a uma Monsanto fabricar soja transgênica, “teremos uma explosão de diversidade”, em vez de simples monocultura turbinada de grãos com marcas registradas. Nada mal para um século que começou com o ultimato das extinções em massa, conjuradas por mudanças do clima.

Quem precisa de Charles Darwin e seus mecanismos de especiação, quando o engenho humano tem poderes inéditos para borrar as fronteiras taxonômicas e transferir diretamente características hereditárias de uma espécie a outra, ou mesmo de um reino a outro? Redesenhar genomas com programas livres viraria “uma nova forma de arte, tão criativa quanto a pintura ou a escultura”. Os ambientalistas poderiam, com ela, engendrar linhagens inteiras, feitas sob medida para repovoar o que a agricultura e o desflorestamento despovoaram.

E se os hackers da engenharia genética quiserem gerar dinossauros em seus quartos de adolescentes? Bem, Dyson admite que nem todas as novas criaturas “serão obras-primas”. Mas presume que grande parte dos mascotes geneticamente modificados tragam “alegrias a seus criadores”. E sem dúvida surgirão, no devido tempo, leis e normas para evitar que as crianças brinquem com o fogo da criação.

Só ficam no ar as perguntas realmente difíceis. Ainda é tempo de parar esse avanço? Se for, deveríamos pará-lo? Ele sugere deixar essas dúvidas “para nossos filhos e netos responderem”.

Por enquanto, o Brasil vai plantando cana como nunca. O novo século de Woese está apenas começando, com suas promessas de resolver problemas práticos pela biotecnologia, como o da irremediável ineficiência das plantas, quando se trata de cumprir sua principal tarefa na ordem natural das coisas - que é usar a energia do Sol para transformar a água e o dióxido de carbono em raízes, caules, folhas, flores e frutas.

Mesmo as mais eficientes, como a cana-de-açúcar e o milho, só conseguem converter 1% da luz solar em vegetação. Um placa voltaica é até 15 vezes mais eficiente. Woese abre as portas de um futuro em que as sementes artificiais poderiam dar um jeito

simples e definitivo nesse desperdício. Como? Provavelmente, com plantas de folhas negras, muito mais eficientes que as verdes. Não é eficiência o que todo mundo quer?

**\* É jornalista e editor do site O Eco**

**'Cana não vai invadir florestas'** - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2007

Há uma campanha contra o etanol brasileiro, diz Jank

O presidente da Unica, Marcos Jank, reafirmou ontem que a cultura da cana-de-açúcar não vai invadir florestas da Amazônia e do Cerrado. Jank participou de uma mesa-redonda sobre energia na Mostra Socioambiental da Fiesp, em São Paulo.

'Não somos favoráveis à entrada da cana em áreas de preservação da Amazônia. Hoje existem duas usinas na chamada Amazônia Legal, mas elas foram instaladas em áreas já degradadas, de pastagem.'

Segundo Jank, existem hoje no Brasil 6 milhões de hectares com plantio de cana, o que representa 1% da área agrícola no Brasil. Em contrapartida, há 220 milhões de hectares de pastos, que podem comportar a expansão da cultura de cana-de-açúcar. Além disso, segundo ele, a expansão da cultura se dará mais por um aumento da eficiência e produtividade agrícola do que propriamente com ampliação das áreas plantadas.

## **DESCONHECIMENTO**

'Há um desconhecimento agrônômico terrível', afirmou Jank sobre as acusações de que o aumento da demanda pelo álcool brasileiro vai trazer mais devastação às áreas de florestas. De acordo com ele, a cana não é viável em regiões em que chove muito, caso da Amazônia brasileira.

Segundo Jank, há uma forte campanha internacional contrária ao etanol de cana brasileiro, com base em argumentos socioambientais. 'Estamos lutando com a indústria do petróleo e ONGs radicais, que não aceitam diálogo. Isso sem falar nas barreiras protecionistas da Europa e Estados Unidos.'

**Documento alerta para risco de subordinar álcool à Petrobrás** - Sonia Racy –  
Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/08/2007

A missão empresarial que vai acompanhar o presidente Lula, a partir de segunda-feira, em sua visita ao México, América Central e Caribe deve entregar a ele um documento que alerta para o risco de a produção e comercialização do álcool combustível passar para a responsabilidade da Petrobrás, como vem sendo articulado nos bastidores do governo. “A primeira reação será a fuga em massa dos US\$ 17 bilhões já aplicados por dezenas de investidores estrangeiros, que não suportariam ver sua atividade controlada pelo Estado”, ameaça um deles. E vai além: “Em seguida, cessará o fluxo de capital externo para o setor sucroalcooleiro.”

O documento preliminar, denominado “Sumário Executivo - Projeto de Lei para Regulação do Mercado de Etanol”, que procura demonstrar a inconstitucionalidade da idéia, foi escrito no fim da semana passada por um escritório de advocacia de São Paulo, com diretrizes da Unica, União da Indústria da Cana-de-Açúcar. Os principais tópicos assinalam:

1.O marco regulatório que insere a cadeia produtiva da cana na Lei do Petróleo é ilegal. As atividades canavieira e petroleira são incompatíveis.

2.O setor sucroalcooleiro baseia-se no trabalho de mais de 400 empresas regidas pelo princípio da livre concorrência e não do monopólio. Essa característica dispensa regulação econômica intervencionista. É o mercado que desempenha o papel da autorregulação.

3.A Lei do Petróleo foi criada para tratar das atividades definidas como monopólios da União, nas quais o álcool não se enquadra.

A argumentação utilizada no texto é que, com esse enquadramento, as exportações perderão agilidade. Melhor seria o governo se preocupar em controlar a qualidade do combustível, fomentar a concorrência e garantir a oferta. Afirmam ali que já há preceitos constitucionais suficientes para impedir o desabastecimento. E concluem que a pretensão do governo é inconstitucional, também, porque promove a intervenção do Estado na economia e ofende o princípio da proporcionalidade.

**Desmatamento à vista** – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 05/08/2007

**O teste de fogo de Marina é agora, com as queimadas** - Há dúvidas sobre Marina Silva ter feito um bom negócio ao lutar com tanto afinco para manter-se no Ministério do Meio Ambiente (MMA) no segundo governo Lula e obter do presidente carta branca para reformulá-lo. Sob a aparência de ganho de força e controle, pode na realidade estar enfraquecida. Seu teste de fogo começa agora, com as queimadas na Amazônia.

A ministra já havia perdido a batalha dos transgênicos na CTNBio (embora a guerra prossiga ainda na Justiça e na Anvisa) e cedido na transposição do São Francisco. Teve de

engolir Angra 3 e entregar o licenciamento ambiental das hidrelétricas do rio Madeira. Enfrentou até uma rebelião corporativista no Ibama. Nem por isso escapou de ser responsabilizada por fracassos nos leilões de energia. Como se fosse dela, e não de Dilma Rousseff, o DNA regulador do setor elétrico.

Sérgio Abranches não se cansa de dizer no portal [www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br) que a matriz energética brasileira é cada vez mais suja (termelétricas a óleo e carvão) por causa do modelo arquitetado pela ex-ministra das Minas e Energia, e não das licenças ambientais. Mas quem ouve? Em política, como se diz, vale a versão. Pouco importa se o MMA está ou não passando por uma efetiva modernização. Enquanto os inimigos da ministra na Esplanada, no Planalto e na imprensa conseguirem impingir-lhe o figurino de vanguarda do atraso, o prestígio de Marina Silva prosseguirá em erosão contínua, lenta e segura. Isso, claro, se não sobrevier o desastre. Seu grande e talvez único trunfo -a justa imagem de defensora da floresta- está vinculado à queda nas taxas de desmatamento. Com efeito, elas caíram coisa de 30% por dois anos seguidos. Não há certeza de que continuem assim, contudo. O MMA sustenta que a redução no ritmo de destruição da floresta decorreu de suas ações contra quadrilhas de madeireiros e grileiros e da criação de unidades de conservação. Decerto as medidas desempenharam seu papel. O que não se sabe com segurança é quanto dessa diminuição foi contribuído pela crise de preços e financeira enfrentada por sojicultores.

Agora a economia voltou a crescer em ritmo considerável, e os preços da soja estão subindo. Só os míopes verão nessa escalada uma flutuação conjuntural. Há boas razões para crer que os preços agrícolas em geral -e não só da commodity que avança pelo cerrado e flanqueia a Amazônia- continuarão subindo nos próximos anos.

Os biocombustíveis, como álcool (etanol) e biodiesel, estão na raiz desse processo. O Brasil, detentor do maior estoque mundial de terras agricultáveis ainda não exploradas, está em posição de beneficiar-se privilegiadamente com ele. Não há por que torcer contra. Pode-se discutir indefinidamente se a cana ameaça a Amazônia, onde quase não é plantada, ou se a soja ocupa só áreas de desmatamento antigo.

Poucos duvidam, porém, que a fronteira agrícola se expandirá no país, nos próximos anos. A questão é saber se o Estado brasileiro conseguirá disciplinar esse avanço, ou se a floresta amazônica sucumbirá como a mata atlântica, no passado, e neste exato momento o cerrado. Marina Silva não precisa bandear-se para o alarmismo de Fidel Castro e coadjuvantes que, como Frei Betto, já falam em "necrocombustíveis". Insegurança alimentar não é o resultado necessário de um ciclo de expansão agroindustrial. Bem mais possível, até provável, é que a devastação chegue antes, neste ano ou em 2008. Por isso ela deveria pôr as barbas de molho, se as tivesse.

**MARCELO LEITE** é autor do livro "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e responsável pelo blog Ciência em Dia ( [www.cienciaemdia.zip.net](http://www.cienciaemdia.zip.net) ). E-mail: [cienciaemdia@uol.com.br](mailto:cienciaemdia@uol.com.br)



O BRASIL vive um momento feliz com o retumbante sucesso (não sei por que "bombando" soa muito melhor) na produção de combustíveis renováveis, o etanol e o biodiesel. Há quase um século, alguns românticos e teimosos brasileiros vêm aplicando suas inteligências e seus cabedais na esperança de que o álcool acabaria um dia sendo o combustível líquido renovável e menos poluente que substituiria o petróleo. Essa saga precisa um dia ser contada. Ela mostrará como o espírito "animal" e o nacionalismo daqueles empresários foram sistematicamente frustrados pelas hesitantes políticas governamentais.

Hoje a situação é outra. Assistimos, finalmente, à realização de sonho da auto-suficiência na produção de petróleo, uma mudança estrutural definitiva na nossa dependência externa. Agora, dois novos fatores se impõem: 1º) a enorme e justificada preocupação mundial com as mudanças climáticas produzidas pela emissão de CO2 pela atividade humana e 2º) a elevação dos preços relativos do petróleo, que, desta vez, parece que vai ficar conosco.

Um bom combustível renovável para o setor de transportes tem de possuir boa combustão, não pode absorver água e deve ser passível de eficiente distribuição e estocagem. É razoavelmente seguro que a biomassa será a origem desse combustível no futuro, mas há, ainda, muita dúvida sobre qual será a matéria-prima mais adequada, o método de produção mais eficiente e se a conversão será produzida por processo biológico - como o do etanol- ou termoquímico -como o do biodiesel.

Certamente o Brasil está no "estado da arte" na produção do etanol, mas este tem menor densidade energética, maior volatilidade e não é hidrófobo como deve ser o substituto renovável do petróleo.

De qualquer forma, uma coisa é certa: temos enormes e boas perspectivas pela frente, mas estamos metidos numa corrida tecnológica que vai exigir recursos e empenho, não só do setor privado mas principalmente do governo. É preciso multiplicar o esforço no financiamento da pesquisa privada e no suporte à Embrapa e ao Instituto Militar de Engenharia (IME), que, há muitos anos, se dedicam a desenvolver a produção de combustível através da biomassa.

Há uma revolução na pesquisa em todos os países. Agora mesmo, o US Department of Energy doou a três centros de pesquisa US\$ 500 milhões para um programa de cinco anos (US\$ 100 milhões por ano) para resolver o "famoso e difícil problema de extrair etanol da biomassa". Temos que nos cuidar se quisermos continuar na ponta, onde estamos quase por acidente.

**ANTONIO DELFIM NETTO** escreve às quartas-feiras nesta coluna. - [contatodelfimnetto@uol.com.br](mailto:contatodelfimnetto@uol.com.br)

**Queimada cresce no país com seca e colheita da cana** – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2007

**Apesar de redução no desmatamento da Amazônia, focos de fogo aumentam 18% - Bom ano para a indústria sucro-alcooleira deve fazer número subir até dezembro; estiagem leva incêndios a parques de Minas e do Piauí**

O avanço da cana-de-açúcar em São Paulo associado ao clima seco da Amazônia fez com que o número de queimadas voltasse a crescer neste ano. Houve um aumento de 18,7% de 1º de janeiro a 10 de agosto de 2007 em comparação com o mesmo período de 2006, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). De acordo com informações de satélite, foram detectados 26.237 focos de calor (pontos que podem indicar fogo). No ano passado, foram 22.096 -a menor marca desde 2000. Mato Grosso se mantém como campeão de queimadas, com 7.188 focos. Pará e Roraima vêm logo atrás, com 2.900 e 2.475, respectivamente. São Paulo ocupa a quarta colocação, com 2.182 pontos.

A expectativa da União da Indústria de Cana-de-Açúcar de que a safra de 2007 seja a mais alcooleira dos últimos dez anos pode agravar o quadro, já que o período mais crítico de queimadas -que vai de agosto a novembro- mal teve início. O próprio governo de São Paulo diz que, com o avanço da cana no Estado, a área de queima está aumentando. No ano passado, a colheita foi feita com a queima em 2,5 milhões de hectares (o que representa 10% do território paulista).

As chuvas escassas também ajudam a explicar a evolução dos focos de incêndio. De acordo com o Inpe, 320 municípios estão na faixa de risco "crítico" em razão da baixa precipitação. Deles, 190 estão há pelo menos 60 dias sem chuva. "É um ano mais seco. Na região Centro-Oeste e no leste e no sul da Amazônia, há cidades onde não tem chovido. E o fator climático conta muito. Já em São Paulo, há um aumento expressivo de queimadas de abril a junho que tem muito a ver com a colheita manual da cana-de-açúcar", diz Alberto Setzer, pesquisador do Inpe e responsável pelo monitoramento de queimadas no país.

Para ele, além do tempo e da questão agrícola, outro fator que pode fazer o número variar é a fiscalização por parte do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). "Há ano em que o governo se empenha mais, outros menos. Às vezes, há mais recursos."

O coordenador nacional do Prevfogo (Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), Elmo Monteiro, diz, porém, que o trabalho de fiscalização é constante. "O principal problema é que ainda é preciso lidar com a cultura do fogo na agricultura para renovação de pastagem e limpeza de terreno" diz.

### **Unidades de conservação**

O fogo também atinge as unidades de conservação federais, como o Parque Nacional de Grande Sertão Veredas (MG) e a Estação Ecológica de Uruçuí-Una (PI). Nas

duas unidades, brigadistas tentam combater os incêndios, que colocam em risco lobos-guarás, tamanduás, veados e araras-azuis.

Outras 17 unidades, entre reservas biológicas, parques e florestas nacionais e estações ecológicas, aparecem em alerta amarelo (quando há focos no entorno) em sete Estados.

"As unidades de conservação são o santuário ambiental do país. Em hipótese alguma deveria haver fogo lá dentro. Isso dá noção do uso indiscriminado do fogo no Brasil", diz Setzer.

### **“Biocombustíveis não substituirão a produção de alimentos neste País” – Sítio Eletrônico do MDA – 09/08/2007**

A preocupação de todos os países com a criação de um novo padrão energético transformou em referência mundial o modelo do Brasil. Essa foi uma das principais impressões do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, em sua participação em congresso internacional ocorrido na última semana na Etiópia, onde representou o governo brasileiro. “O Brasil descobriu uma forma original de criar um programa que contemplasse o objetivo energético e garantisse a inclusão social e o combate à pobreza rural”, ponderou o ministro.

Cassel reafirmou que a plantação de oleaginosas para a produção de biocombustíveis não vai substituir, em nenhuma hipótese, a produção de alimentos na agricultura familiar. “O biodiesel é, antes de qualquer coisa, uma possibilidade de agregação de renda, uma renda adicional. As oleaginosas são cultivadas em forma de consórcio com as outras culturas. Então, o agricultor não precisa escolher, ele não vai trocar a sua cultura por outra, ele vai agregar uma cultura nova ao que ele sempre plantou”.

O ministro reforçou que os agricultores familiares não deixarão de produzir alimentos para plantar oleaginosas apenas visando os biocombustíveis. “Dizer essas coisas só demonstra desconhecimento sobre o assunto. No caso do biodiesel, isso não vai acontecer em hipótese nenhuma. Essa nova cultura não compete com a produção de alimentos”, enfatizou.

Cassel destacou também a segurança que a produção do biodiesel leva ao campo. “Mais importante do que renda extra, pela primeira vez na história, os agricultores familiares, especialmente os do Semi-árido brasileiro, estão experimentando relações de produção que lhes dão segurança. É um setor social que nunca experimentou produzir com garantia de compra e garantia de preço. Isso lhes dá estabilidade e uma nova condição para continuar produzindo”.

**Selo Combustível Social** - Essa é uma realidade bastante recente em todo o mundo. No Brasil, a experiência começou em 2005 com muitas dificuldades e enfrentando a

desconfiança da população rural. Foi necessário fazer zoneamentos ecológicos, organizar o sistema produtivo e produzir as primeiras sementes de oleaginosas, inexistentes naquela época no mercado. Os resultados até agora são positivos. “Fazer a primeira vez é sempre muito difícil, mas daqui para frente nós já temos a estrutura e o conhecimento do tema”, disse Cassel.

Para colocar em prática esse novo modelo energético, baseado no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Selo Combustível Social, que também é uma experiência pioneira no mundo. Receber o selo traz vantagens tributárias e significa que aquela empresa certificada produz biocombustível com a matéria-prima proveniente da agricultura familiar.

Outro critério para conceder o selo é que exista um contrato entre os agricultores familiares e a indústria, acompanhado pelas organizações de trabalhadores rurais e pelo Ministério, para garantir preço, compra, assistência técnica e boas condições de trabalho. “Isto dá novas possibilidades para a agricultura familiar, um novo padrão de inclusão social e melhora muita a vida dos produtores”, complementou Cassel.

Segundo o ministro, a idéia é avançar cada vez mais. Pelas metas do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, a partir de janeiro de 2008 vai ser obrigatório adicionar 2% desse biocombustível no diesel comum. A partir de 2010, essa exigência sobe para 5%. “Isso gera uma demanda anual de três bilhões de litros, três vezes mais do que hoje, e vai significar garantia de mercado. O mercado vai se ampliar”, salientou.

Segundo informações do MDA, a expectativa é de que até o final de 2007 cerca de 205 mil famílias de todo o País estejam participando do programa com a produção de oleaginosas. Atualmente, a produção anual de biodiesel no Brasil já alcança 885 milhões de litros.

**Vanguarda mundial** - O mundo todo se defronta hoje com problemas como o esgotamento das reservas de combustível fóssil, a poluição trazida pela utilização do petróleo e a questão do aquecimento global. São esses os principais fatores que impulsionaram a criação de um novo padrão energético alternativo e ecologicamente correto. “Frente a tudo isso, existe agora a possibilidade de o mundo passar a produzir combustível renovável e não poluente e que, acima de tudo, não provoca a dependência de certos países em relação a outros”, informou o ministro.

Nesse novo mercado, o Brasil é considerado pioneiro. A experiência nacional com o biodiesel é tratada como vanguarda absoluta pelos outros países. “Existem algumas experiências de produção de etanol localizadas na Europa e nos Estados Unidos, mas o modelo brasileiro é absolutamente inovador, original e considerado uma referência mundial”, contou ele.

A evolução da matriz energética brasileira até 2011, focada em combustíveis fósseis mais poluentes, desagradou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, que lamenta a menor participação dos projetos hidrelétricos na matriz, travados por exigências ambientais. Nos leilões de energia já realizados, com previsão de entrada no sistema elétrico até 2011, somente um terço da energia ofertada é de origem hidrelétrica.

"Isso não é condizente com as necessidades do país", disse Tolmasquim em seminário sobre segurança energética. "Poderia entrar mais potencial de geração de hidrelétricas se houvesse mais licenciamento ambiental. Não podemos ficar contentes em entrar tão poucas hidrelétricas."

Embora o Brasil ainda tenha cerca de 80% de sua geração concentrada nas hidrelétricas, os destaques nos leilões mais recentes têm sido as usinas de fontes não renováveis, como as térmicas a óleo combustível, carvão mineral e gás. "Por restrições ambientais, vai se deixar de construir hidrelétricas e vai se poluir mais o meio ambiente. O Brasil hoje se destaca no mundo em termos de mudança climática por ter uma matriz superlimpa. Será lamentável se o movimento ambiental for o causador de sujar a matriz energética brasileira", disse Tolmasquim, que participou do Energy Summit.

O presidente da EPE disse, contudo, que a energia térmica será importante para garantir o abastecimento até 2011. "A prioridade é a segurança, não pode faltar energia. Isso já está atendido até 2011, mas não podemos nos acomodar porque estamos seguros", afirmou, acrescentando que o Brasil ainda tem um vasto potencial hidrelétrico a ser explorado, além de contar com vantagens comparativas de qualidade e de preço.

Tolmasquim propôs a redução no prazo da concessão da licença ambiental prévia a projetos hidrelétricos para até quatro meses. Dessa forma, o país retomaria sem atrasos tais empreendimentos, com início de geração em 2012. "A energia hidrelétrica é o meu foco de atenção. Temos que viabilizá-la no país nos próximos anos", afirmou. A proposta de diminuição do prazo de licenciamento tem como argumento o tempo gasto na avaliação ambiental integrada, de 15 meses a 18 meses, quando a EPE consulta órgãos ambientais e o Ministério Público para realizar um levantamento dos impactos dos projetos em uma bacia hidrográfica. Para Tolmasquim, esse período deveria ser considerado como tempo de licenciamento.

No seminário, representantes do setor ressaltaram as dificuldades com as exigências ambientais e sociais nos empreendimentos hidrelétricos. Hoje, a chamada compensação sócio-ambiental corresponde a 0,5% do custo de um projeto, embora não tenha uma regulamentação específica. "Não tem lei para isso. Temos defendido que 0,5% é suficiente, mas já se fala em 1,5%, 2%. O aumento vai elevar o custo da energia", disse a diretora-executiva da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Silvia Calou.

O presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais (Abrace), Eduardo Spalding, destacou os impasses com as comunidades indígenas e citou o projeto de Belo Monte, cujo cronograma está em atraso devido a problemas com terras indígenas, como exemplo. "A incerteza quanto à questão ambiental leva o investidor a aumentar o custo, o que é péssimo para o consumidor", reforçou o presidente da PSR Consultoria, Mario Veiga.

Tolmasquim afirmou que o governo estuda uma forma de viabilizar a venda de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Petrobras para as térmicas a partir do ano que vem. A estatal vai importar gás em forma líquida para regaseificação para equilibrar a demanda interna pelo combustível, mas o prazo de entrega do gás encomendado à estatal, de 60 dias a 90 dias, é incompatível com o exigido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico.

### **Etanol não afetará alimentos, afirma Dilma - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 14/08/2007**

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez questão de desfazer dúvidas a respeito da capacidade de o Brasil produzir etanol sem grandes danos ao meio ambiente. Lembrou que a tecnologia dos carros bicombustíveis não nasceu no Brasil por acaso e afirmou que hoje não existe no país a contradição entre produção de energia e a de alimentos. Recentemente, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, e o líder cubano, Fidel Castro, sugeriram que a produção brasileira de álcool poderia comprometer a oferta de alimentos.

Dilma ressaltou que uma das vantagens da produção brasileira é o desenvolvimento tecnológico, que evolui para permitir a produção de combustíveis a partir do bagaço de cana, da palha do milho e de outros restos vegetais oriundos da produção alimentar. A ministra também frisou a importância de o Brasil tomar medidas imediatas para deixar claro que a produção nacional de etanol será acompanhada de inclusão social e do mínimo impacto ambiental possível.

"Ao aumentar a quantidade de etanol e biodiesel, nós estamos mantendo compromisso com o meio ambiente. O país é uma das lideranças em segurança energética sustentável", afirmou Dilma.

Durante sua apresentação no seminário "Biocombustíveis - A nova fronteira da energia", realizado ontem, Dilma deixou claro que é melhor o Brasil assumir a dianteira nas soluções sociais e ambientais, de forma a evitar possíveis barreiras à exportação de etanol. "O Brasil deve assumir o protagonismo dessa regulação em vez de esperar a regulação forânea (exterior), pois temos certeza da nossa produtividade."

Dilma lembrou ainda que a União Européia, por exemplo, prevê a utilização crescente de biocombustíveis nos próximos anos. Para 2010, a expectativa dos países do continente é que 5,75% do combustível utilizado na região seja renovável. Desse total, seriam 16 bilhões de litros de álcool e 5,5 bilhões de litros de biodiesel. A ministra informou que o intuito europeu é produzir parte deste combustível no Brasil e que a regulação brasileira ajudará a impedir que o país se torne apenas um exportador de matéria-prima.

Dilma também é da opinião que o país não deve exportar a matéria-prima do biocombustível, mas o produto já processado. Segundo ele, há interesse da União Européia em "nos especializar em fornecedores de matéria-prima, coisa que não é do nosso interesse". Segundo a ministra, "o Brasil vai responder com o selo social às exigências cada vez maiores das legislações dos Estados Unidos e dos países da União Européia e do Japão do ponto de vista dos padrões socioambientais, critérios de sustentabilidade, condicionantes trabalhistas e quesitos ambientais rigorosos - para impedir que não sejam criadas barreiras não-tarifárias para os nossos renováveis". **(Com agências noticiosas)**

**E agora, José?** - Adilson de Oliveira e Luciano Losekann – Valor Econômico – Opinião - 14/08/2007

Depois de muitas idas e vindas, finalmente ocorreu o quarto leilão de energia nova, trazendo surpresas assim como boas e más notícias. A grande surpresa foi o sucesso das térmicas a óleo, única tecnologia a oferecer energia a preços competitivos nesse leilão. É verdade que as penalidades introduzidas para situações de não suprimento alijaram a participação das térmicas alimentadas com gás natural desse leilão. Porém, era esperada a oferta de energia competitiva pelas térmicas alimentadas com biomassa, justificada pela perspectiva de forte crescimento da produção de álcool.

É importante notar que os resultados obtidos nos quatro leilões de energia nova realizados desde 2005 já indicavam a competitividade das térmicas alimentadas com óleo. Elas representaram 52% da capacidade adicionada ao parque de geração nesses leilões, mais que o dobro da participação das hidrelétricas. Esses resultados sugerem que, mantida a configuração atual do mercado elétrico, as térmicas alimentadas com óleo dominarão a expansão do parque gerador térmico brasileiro.

A boa notícia do leilão é a adição de 1782 MW de capacidade térmica ao sistema elétrico. Nossas simulações para uma taxa de crescimento sustentado do PIB de 4,5% nos próximos anos indicam que, dados os elevados níveis atuais dos reservatórios, a entrada desse conjunto de centrais garante o suprimento elétrico do país até 2010 (com o nível de confiabilidade de 5% adotado pelo sistema elétrico brasileiro). Fica, assim, afastado o risco de novo apagão elétrico até esse ano, mesmo na atual conjuntura de oferta limitada de gás (porém, mantido o nível atual no suprimento de gás da Bolívia).

As más notícias são duas. A primeira é que a partir de 2011, o quadro de insegurança quanto ao suprimento elétrico permanece. A concretização dos planos de expansão da oferta doméstica de gás e de desenvolvimento das importações de gás natural liquefeito (GNL) é crucial para a segurança do suprimento a partir desse ano. É também crucial a entrada em operação das usinas do Madeira, de Angra III e de Belo Monte, dentro dos cronogramas sugeridos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em seu recente plano decenal. Dessa forma, o país tem pela frente o enorme desafio de cumprir cronogramas estritos para um conjunto de obras de grande porte, depois de 20 anos de paralisia da engenharia pesada nacional. A tarefa não é fácil. Ela exigirá muita competência gerencial do governo e do setor privado. Sobretudo, será indispensável um enorme esforço na coordenação das ações dessas duas instâncias.

### **O país deve cumprir os cronogramas estritos para as obras de grande porte, depois de 20 anos de paralisia da engenharia**

A segunda má notícia é que os tempos de energia elétrica barata ficaram no passado. Os preços contratados no leilão ficaram acima dos R\$ 130/MWh (contratos com 15 anos de vigência), valor muito superior ao da energia velha contratada pelas distribuidoras nos leilões anteriores (em média, R\$ 66/MWh). A partir de 2012, os contratos de energia velha perderão vigência e os preços dos novos contratos deverão situar-se em patamar próximo dos obtidos nos recentes leilões de energia nova. Desta forma, os próximos 10 anos serão de progressivo aumento nos preços da energia no mercado atacadista de energia. Gradativamente, o parque industrial brasileiro estará perdendo uma de suas principais vantagens comparativas.

É importante notar que os R\$ 130/MWh da energia térmica recém-contratada correspondem a uma expectativa de despacho relativamente baixa para essas centrais. Na eventualidade de irmos a sofrer um período de seca a partir de 2009, a conta elétrica dos consumidores cativos em 2010 será acrescida, na nossa estimativa, em R\$ 4,9 bilhões para remunerar o consumo de combustível adicional do conjunto de térmicas a óleo contratadas nos quatro leilões de energia nova. Nessa situação, os consumidores cativos das distribuidoras terão que arcar com cerca de R\$ 15,00/MWh adicionais de sua conta elétrica.

A falta de planejamento foi identificada como a causa central do apagão de 2001. Os resultados obtidos com os últimos leilões indicam que planejar, apesar de necessário, não é suficiente. É fundamental compreender que a nova realidade dos mercados energéticos não permite ao planejamento determinar a expansão do sistema de suprimento de energia, como ocorria no passado. O planejamento tem o papel importante, porém limitado, de indicar a trajetória mais adequada para a expansão do ponto de vista da sociedade, especialmente na promoção da eficiência energética e na mitigação de impactos ambientais. Vale dizer, não se pode planejar contra o mercado, tampouco se deve planejar para o mercado.

Na primeira situação, os agentes do mercado não se comportarão como sugerido pelo planejamento e a consequência indesejável é a estruturação de um parque gerador inadequado, apoiado em tecnologias de baixo risco econômico, porém mais custosas e pouco amigáveis do ponto de vista ambiental. Na segunda, os interesses empresariais se sobrepõem ao papel de serviço público que corresponde ao suprimento de energia, sendo os riscos inerentes ao mercado elétrico e as ineficiências empresariais repassados para a sociedade.

A supervisão do comportamento do mercado energético com o objetivo de garantir a segurança do suprimento é tarefa inalienável do poder público. Para tanto, cabe à Aneel operar com independência, porém sob critérios de supervisão fixados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Isto não significa, contudo, que os riscos do mercado energético devam ser administrados centralmente por burocracias estatais. Nos mercados energéticos liberalizados, a gestão de riscos é tarefa de ofertantes e demandantes de energia, sendo papel do governo estruturar marco regulatório que garanta a observação dos contratos entre as partes e que ofereça aos agentes transparência e credibilidade para os preços praticados. Infelizmente, essas condições não são oferecidas no marco regulatório atual, inviabilizando a estruturação de mecanismos de gestão de riscos para os agentes do mercado elétrico. Na ausência desses mecanismos, os preços nos futuros leilões continuarão elevados.

**Adilson de Oliveira é professor do Instituto de Economia/UFRJ.**

**Luciano Losekann é professor da Faculdade de Economia/UFF.**



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### Biodiesel

**'Brasil tem de agregar valor ao seu produto'** - Kelly Lima – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007

País não pode apenas fornecer matéria-prima, diz Dilma

O Brasil tem de se cuidar para não se transformar em mero fornecedor de matéria-prima para a produção do biocombustível europeu. O alerta foi dado ontem pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em seminário sobre o tema no Rio.

Segundo ela, existe o risco de novas barreiras serem impostas pela União Européia, com objetivo de incentivar a produção própria. “Não é nada interessante para o Brasil que isso aconteça. Temos de agregar valor ao nosso produto”, disse.

Dilma incitou os empresários presentes ao local a “terem em mente que é preciso ao Brasil tomar para si o pioneirismo de regulação sobre biocombustíveis, e não se deixar surpreender pelas barreiras que serão impostas nos próximos anos”.

Em sua apresentação, a ministra frisou a distorção que tem sido criada no mundo todo com a dicotomia entre a produção alimentar e a de energia. No Brasil, disse ela, essas duas produções podem conviver “tranqüilamente”. Ela citou, por exemplo, que apenas 1% da área agricultável no Brasil será ocupada com produção de oleaginosas destinadas ao biodiesel em 2010, e outros 0,8% dessa área serão cultivados com cana-de-açúcar.

A ministra também destacou que não há fundamento na preocupação internacional com relação a desmatamento da Amazônia para a produção de álcool ou biodiesel. “A maior concentração de usinas de álcool e produção de cana está a 2.100 quilômetros da Amazônia. Costumamos lembrar lá fora que é uma distância equivalente ao percurso entre Madri e Moscou”, disse.

Entretanto, a ministra destacou que há necessidade no País de priorizar mais a produtividade do que o volume de produção. No caso do etanol, lembrou, existem várias pesquisas sendo feitas que já obtiveram ganhos significativos nos últimos anos.

### **BIODIESEL**

Na área de biodiesel, porém, a maior produção é proveniente do óleo de soja, apesar de o dendê ter produtividade até três vezes maior. “É preciso repensar isso”, afirmou.

Segundo ela, o governo pretende avaliar o primeiro ano de obrigatoriedade da mistura, em 2008, para decidir se antecipa ou não o aumento do percentual exigido de óleo vegetal na composição do diesel, de 2% para 5%.

“Capacidade, pelo que estamos vendo, teremos para abastecer o mercado. Mas a matéria-prima que servirá de fonte para essa produção tem de ser diversificada para garantir confiabilidade e a segurança ao abastecimento.”

### **Líder global, Malásia quer palma do Brasil** - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007

Um feito inédito no setor de óleo de palma ocorreu nesta semana. A Agropalma, empresa controlada pelo Banco Alfa e a maior produtora de óleo de palma do país, concluiu a primeira exportação para a Malásia - país líder mundial em produção e exportação de óleo e outros subprodutos da palma, responsável hoje por 44% da oferta mundial dessa commodity.

A Agropalma fechou contrato com a trading japonesa Itochu para exportar estearina de palma orgânica a indústrias instaladas na Malásia. A estearina é uma espécie de gordura obtida no refino do óleo de palma e é utilizada pelas indústrias alimentícia e cosmética. Aproximadamente 30% do óleo de palma bruto é convertido em estearina no processo de refino.

O contrato foi assinado na segunda-feira, com a entrega inicial de um contêiner (de aproximadamente 11 toneladas). Mas a expectativa da empresa é fazer uma entrega sistemática do produto à Malásia. "Esse é um namoro antigo e é de extrema importância porque vai ajudar a abrir mercados na Ásia", afirma André Gasparini, gerente de exportação da Agropalma. Segundo ele, faltam produtores de palma orgânica na Malásia - país que produz sozinho em torno de 16 milhões de toneladas de óleo de palma por ano, contra 130 mil do Brasil.



"É como se o Brasil importasse suco de laranja", afirma Marcello Brito, diretor-comercial da Agropalma. Ele observa que, devido à distância e o custo de frete, para o Brasil só compensa exportar à Ásia derivados da palma que tenham valor agregado superior ao da commodity. Hoje, em torno de 10% da produção da Agropalma é orgânica. Esses produtos são destinados principalmente aos Estados Unidos e Europa. Neste ano, a empresa também iniciou as exportações de orgânicos para Canadá e Coréia.

Neste ano, a Agropalma prevê exportar 5 mil toneladas de óleo de palma orgânica e seus subprodutos, ante uma mil tonelada no ano passado. Os produtos orgânicos, segundo

Brito, chegam a valer até 50% mais que os itens convencionais e, no mercado internacional, há pouca oferta disponível.

De acordo com Gasparini, praticamente toda a produção de orgânicos é destinada ao mercado externo. "No Brasil, somente neste ano o mercado começou a consumir volumes mais significativos. Mas, ainda assim, as vendas ficam em torno de 2 toneladas por mês", compara o gerente.

Neste ano, a Agropalma prevê produzir 130 mil toneladas de óleo de palma e derivados, 7% menos que em 2006. Conforme Marcello Brito, a seca que afetou a região Norte do país no ano passado afetou a formação dos frutos, provocando uma quebra de safra neste ano. Do total a ser produzido, a empresa prevê exportar 10 mil toneladas, ante 22,7 mil no ano passado. "O câmbio continua tendo um efeito perverso sobre as exportações. Só compensa exportar produtos com alto valor agregado, por isso a aposta nos orgânicos", disse.

### **Apesar de queda recente, óleo segue valorizado e com demanda aquecida – Cibelle**

Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007

A crescente demanda por óleo de palma para a produção de biodiesel - principalmente em países da Ásia e Europa - provocou uma escalada nos preços futuros do óleo de palma na bolsa da Malásia, seu mercado de referência.

De acordo com cálculo do Valor Data, os preços acumulam valorização de 28% no ano. Em 12 meses, a cotação do óleo subiu 72,2%. Ontem, preços recuaram na bolsa da Malásia, com vendas de especuladores influenciados pelas notícias de que os estoques globais do produto tiveram pequeno aumento, devido à redução do processamento pelas indústrias malaias.

Conforme o Conselho de Óleo de Palma da Malásia, os estoques malaios aumentaram 9% em julho em relação a junho, para 1,31 milhão de toneladas. A produção cresceu 16,3% no período, para 1,36 milhão de toneladas. O contrato para setembro recuou 1,9%, para US\$ 787,50 por tonelada.

O cenário, no entanto, segue positivo para a commodity. Malásia e Indonésia (que juntos respondem por 85% da oferta global de óleo de palma), fizeram acordo em 2006 para produzirem 12 milhões de toneladas de biodiesel de palma por ano. A União Européia, que em 2006 importou 4,5 milhões de toneladas do óleo, espera importar 4,9 milhões neste ano. A China também prevê importar 1 milhão de toneladas a mais neste ano, ou 5,4 milhões de toneladas do óleo - todos com a meta de usar parte do óleo na produção de biodiesel.

Por conta do aumento do consumo do óleo de palma e de outras commodities para biodiesel e a alta nos preços internacionais, a FAO, braço da ONU para alimentação e agricultura, sugeriu aos países que reavaliem suas estratégias para a produção de biocombustíveis. **(CB, Com agências internacionais)**

Etanol

**Biocombustível aproxima Brasil e México** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2007

Durante visita ao país, no dia 6, Lula também assinará acordo de cooperação entre a Petrobrás e a Pemex

O Brasil e o México firmarão um memorando de cooperação na área energética que envolverá a aproximação entre a Petrobrás e a Pemex e o desenvolvimento da cadeia de produção de biocombustíveis em território mexicano. O acordo acentuará o caráter pragmático da visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Cidade do México, no próximo dia 6.

Igualmente orientada para a ampliação do comércio e dos investimentos bilaterais, a visita será acompanhada por representantes de cerca de 50 companhias brasileiras, que participarão da reunião do Comitê Empresarial Brasil-México.

'A visita ao México estará centrada no que é possível, no que podemos desenvolver agora', resumiu ontem o embaixador Gonçalo Mourão, diretor do Departamento do México, América Central e Caribe do Itamaraty. 'Estamos em um exercício intenso de aproximação com o México', completou.

O acordo na área de energia refletirá o interesse de ambas as companhias petroleiras na exploração em águas profundas no Golfo do México - tecnologia em que a Petrobrás tem grande experiência - e em terceiros países. No segmento dos biocombustíveis, as autoridades mexicanas mostram-se abertas a toda cooperação brasileira para o desenvolvimento dos canaviais de seu país e instalação de usinas de etanol.

No âmbito comercial, a negociação de um acordo de livre comércio entre o Brasil e o México foi descartada da agenda bilateral, neste momento, por causa de 'resistências mexicanas'. Os dois países devem se ater à ampliação do acordo de preferências tarifárias de 2002, que envolve apenas 800 itens.

'No momento, o livre comércio não é tema. Isso não significa que não queremos o livre comércio com o México. Significa apenas que a ampliação daquele acordo é mais importante, urgente e possível no momento', afirmou Mourão.

'O México continua a ser uma presença sempre bem-vinda na integração latino-americana', desconversou o embaixador, ao ser questionado sobre os obstáculos ao ingresso do país no Mercosul.

## **AMÉRICA CENTRAL**

De acordo com o ministro Henrique Sardinha, diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, cerca de 25 dos empresários reunidos no México

deverão seguir o presidente Lula em seu roteiro por Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá, entre os dias 7 e 10 de agosto. Além da cooperação técnica e em áreas de saúde, o biocombustível será o tema recorrente nesse trajeto.

Na Jamaica, a Coimex deverá inaugurar sua segunda usina de desidratação de álcool, em parceria com empresas locais. A produção é voltada ao mercado americano. No Panamá, o interesse está voltado às licitações para a ampliação do canal - obra que envolve cerca de US\$ 5,5 bilhões.

#### **Projeto de lei nos EUA pede energia renovável – AP – Estado de São Paulo – Vida & - 06/08/2007**

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei exigindo que 15% da eletricidade no país seja produzida a partir de fontes renováveis, como eólica, solar e geotérmica. O presidente George Bush prometeu vetar a lei, com o argumento de que ela não incentiva a produção doméstica de óleo e gás.

#### **Chile cria incentivos para biocombustíveis – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/08/2007**

Com o objetivo de diversificar a matriz energética e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, o Chile está iniciando um programa de incentivo aos biocombustíveis. Em visita ao Brasil, o ministro de Energia do Chile, Marcelo Tokman, disse que até o fim do ano entrará em vigor uma lei que autoriza as misturas de 5% de etanol à gasolina e de 5% de biodiesel ao diesel comum.

#### **Etanol é o foco em visita a Honduras - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007**

Potencial da América Central de reexportar o combustível para os EUA é um dos motivos da viagem de Lula

A cobrança de setores de Honduras por mais ativismo da Petrobrás na exploração de petróleo em seu território pouco sensibilizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que preferiu concentrar-se na oferta de uma parceria brasileira no setor de biocombustíveis. Em entrevista à imprensa, ao lado do presidente hondurenho, Manuel Zelaya, Lula defendeu a tese de que os combustíveis renováveis são 'inexoráveis' e oferecem uma das melhores oportunidades para gerar desenvolvimento econômico na América Central e no Caribe.

A rigor, Lula indicou que sua visita oficial ao país - a primeira de um chefe de Estado brasileiro em cem anos de relações bilaterais - estava focada no potencial da América Central de reexportar o etanol brasileiro para os Estados Unidos e de desenvolver álcool e biodiesel nesses países. A mesma lógica deverá se repetir nas passagens do presidente pela Nicarágua, iniciada na noite de ontem, e na Jamaica, amanhã.

'Pode ficar certo que a Petrobrás estudará a possibilidade (de atuar no país), de acordo com os interesses do governo de Honduras', desconversou Lula, diante da leve pressão para que a estatal atue na prospecção de petróleo no país. 'A Petrobrás tem autonomia. Mas apenas uma certa autonomia. Porque quem indica a direção da Petrobrás é o governo', completou, numa indicação de que sua administração poderia interferir politicamente nas prioridades da companhia.

O próprio Lula, entretanto, deixou claro que não era essa a sua prioridade em Honduras, ao chamar a atenção para a presença de cerca de 15 empresários do setor sucroalcooleiro em sua comitiva. O presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, permaneceu ontem na Cidade do México para expor ao Senado local e a representantes da Bolsa de Valores mexicana a experiência da companhia - em especial, sua conversão de estatal monopolista em empresa de capital misto, que atua em ambiente de concorrência.

'Os biocombustíveis são inexoráveis e, portanto, quem sabe seja uma chance de Honduras começar a ter independência na área energética de combustível', afirmou o presidente. 'O Brasil está disposto também a contribuir com outras experiências energéticas porque entendemos que esse será o problema que pode impedir o desenvolvimento de muitos países no século 21', concluiu Lula.

## **CALDERÓN E CHÁVEZ**

Em sua passagem por Honduras, Lula repetiu sua máxima de que os países latino-americanos não podem priorizar as relações com as economias mais ricas, em detrimento das relações com a vizinhança. Mas deixou, com isso, passar uma crítica à política externa do México, país que concentra 85% de seu comércio com os Estados Unidos, visitado por ele na segunda-feira. Ciente do deslize, emendou que havia concordado com o presidente mexicano, Felipe Calderón, que ambos os países não poderiam mais deixar de se olhar reciprocamente.

'Um país que quer ser soberano não pode ficar dependendo de um ou de dois países. É preciso ter uma relação bastante plural.' Lula também esbarrou, discretamente, no presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao elogiar o cardeal hondurenho Oscar Andrés Rodríguez Maradiaga por seu alerta sobre o impacto da cobrança da dívida de países pobres sobre a capacidade de recuperação de suas economias. Em julho, Maradiaga declarou que Chávez 'se sente como um deus' e o aconselhou a buscar o diálogo com outros setores políticos da Venezuela. Chávez chamou o cardeal de 'papagaio do império' e provocou uma rusga diplomática com Honduras.

**Unica quer cota de exportação do Brasil para os EUA** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Álcool (Unica) vai pressionar o governo brasileiro a negociar com os Estados Unidos uma cota de importação de etanol fabricado no País. Atualmente, empresas do setor valem-se indiretamente da cota que beneficia os países da América Central e do Caribe - limitada a 7% do consumo americano do combustível, algo equivalente a 1,4 bilhão de litros. O álcool hidratado brasileiro é enviado para plantas em El Salvador e na Jamaica, onde é convertido em anidro, que é despachado para os Estados Unidos.

**Nicarágua aceita ajuda de Lula para produzir etanol** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007

O presidente Daniel Ortega reviu sua resistência ao biocombustível e, em troca, pediu financiamento para a construção de usinas hidrelétricas

O sandinista Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, reviu da noite para o dia sua resistência à cooperação brasileira na área de biocombustíveis e declarou-se, na manhã de ontem, aberto a receber a ajuda oferecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu 'amigo e irmão' há 26 anos. Em um encontro no seu gabinete, diante da imprensa, Ortega afirmou que apoiará a produção de biodiesel em seu país, a partir da palma africana (dendê). Mas extraiu de Lula a promessa de ajuda no financiamento da construção de hidrelétricas - modelo com o qual espera contornar a crise energética que submete o país a um apagão de sete a oito horas diárias.

A presença de Lula na Nicarágua de Ortega teve forte componente político, assentado sobre as bases da cooperação na área de biocombustíveis e em outros segmentos deficientes do país - o mais pobre da América Latina, ao lado do Haiti, como o próprio líder sandinista destacou. Empossado em janeiro, Ortega adotou um modelo similar ao da esquerda-nacionalista do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e tende a consolidar-se como mais um satélite de Caracas na América Latina.

Do venezuelano, a Nicarágua recebeu promessa de ajuda de US\$ 600 milhões, perdão da dívida de US\$ 31,8 milhões, cooperação em 15 setores e compromisso de fornecimento de petróleo. Manágua, por sua vez, aderiu à Alternativa Bolivariana para as Américas, processo de integração capitaneado por Chávez - um dos mais ferrenhos adversários dos biocombustíveis. Sete meses depois, Ortega firmou ontem 12 acordos de cooperação técnica com o Brasil em áreas como saúde e agricultura.

'É inadmissível a Nicarágua produzir etanol derivado do milho, que é um produto básico da nossa alimentação. Isso é um crime. O (presidente americano George) Bush saiu com essa iniciativa de produzir etanol a partir do milho, uma proposta totalmente absurda', disparou o ex-líder da revolução sandinista dos anos 70. 'Meu governo está disposto a discutir com a Nicarágua o financiamento de hidrelétricas e a participação de empresas

brasileiras', rebateu Lula, que levou em sua comitiva empresários da construção, atentos à oportunidade.

Na noite anterior, ao ser abordado por jornalistas brasileiros, Ortega havia descartado a possibilidade de aceitar o desenvolvimento de biocombustíveis em seu país, pouco antes de oferecer um jantar a Lula, testemunhado apenas pelas primeiras-damas Marisa Letícia e Rosário Murillo. Na ocasião, insistira em que a exploração do potencial hídrico da Nicarágua seria a aposta de seu governo para fazer frente à crise energética e informara que a legislação local dificulta a adoção da mistura do álcool na gasolina.

Na sala de despachos de Ortega, Lula costurou um convincente discurso em favor da incorporação de biocombustíveis na matriz energética de economias pobres. 'Eu também não aceitaria fazer biodiesel de cravo, senão estragaria uma bela flor', começou Lula, ao retirar um cravo do bolso de Ortega e colocá-lo de volta. 'Produzir etanol de milho na Nicarágua é como produzir etanol de feijão no Brasil. É impossível.'

Lula argumentou que a questão energética tornou-se preocupação de todos os líderes do mundo e cada país terá de montar o modelo mais adequado às suas condições. Destacou que nem todo país conta, como o Brasil, com tecnologia para extração de petróleo a 5 mil metros de profundidade.

Em trechos da viagem oficial, os jornalistas do Estado aceitaram convite da Presidência para usar um avião da FAB por falta de vôos comerciais

### **Brasil ataca etanol dos EUA na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007**

Queixa é contra os subsídios agrícolas, mas o centro do debate é o milho, de onde se extrai o combustível

Genebra - O Brasil inicia uma disputa que poderá minar os mecanismos que permitem a produção do etanol nos Estados Unidos. Na semana que vem, o Itamaraty e a Casa Branca fazem a primeira reunião sobre a queixa do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios agrícolas dos EUA.

Um dos principais temas será o programa de subsídios à produção de milho destinada ao etanol. Nos EUA, um número cada vez maior de políticos que querem chegar à Casa Branca em 2008 se declaram a favor do etanol. Mas pesquisas alertam que o interesse desses candidatos se baseia na estratégia de agradar ao lobby dos produtores de milho, que querem novos subsídios nos próximos anos em troca de votos.

A decisão do governo brasileiro foi a de atacar todos os subsídios americanos, principalmente, diante da falta de avanços na rodada de negociações da OMC. Além do milho, a ajuda ao algodão, açúcar, soja e outros produtos serão alvo do bombardeio. O caso



foi inicialmente aberto pelo Canadá contra os americanos, mas já conta com outros interessados, entre eles a Índia.

Se o centro da disputa são os subsídios agrícolas, a realidade é que a guerra acabará contestando a base da produção americana de etanol, ainda que Brasília e Washington tenham, no início do ano, estabelecido uma parceria estratégica para promover o biocombustível no mundo.

Segundo a Global Subsidies Initiative, os americanos destinam ao etanol subsídios de até US\$ 7,3 bilhões por ano, tanto na forma de recursos para a produção como em incentivos fiscais. “Parte desses subsídios é a ajuda que os produtores de milho recebem”, afirma um especialista da entidade.

“Se o Brasil contesta os subsídios ao milho, inevitavelmente está atingindo a produção de etanol nos Estados Unidos “, afirma a organização.

O Itamaraty afirmou, ao Estado, estar consciente do impacto que sua contestação terá para a produção de etanol nos Estados Unidos. O que o Brasil alega é que o volume de subsídios dado pelos americanos ao milho já ultrapassou o teto estabelecido pelas regras da OMC e nos próprios compromissos da Casa Branca assinados nos anos 90.

O questionamento ocorre em um momento importante no debate sobre o futuro dos subsídios nos próximos quatro anos nos Estados Unidos. O Congresso americano está votando o assunto e várias propostas foram apresentadas sobre o futuro do apoio aos produtores de milho.

Se a reunião da próxima semana não chegar a um entendimento, o Brasil deverá, então, pedir que árbitros internacionais julguem as práticas americanas diante das alegações de violações das regras da OMC.

**Etanol é bandeira eleitoral nos EUA** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007

Questionamento brasileiro toca em pontos que fazem parte do debate em torno da sucessão à Casa Branca

O questionamento encaminhado pelo governo brasileiro à Organização Mundial do Comércio (OMC) em relação aos subsídios agrícolas dos Estados Unidos ataca a produção de etanol a partir do milho e toca em pontos sensíveis politicamente naquele país. Os pré-candidatos às eleições presidenciais incluem a promoção do etanol como parte de seus programas para ocupar a Casa Branca.

Coincidentemente, a votação para escolher o candidato do Partido Democrata nas próximas eleições começa em Iowa, maior produtor de milho do país. Não por acaso, para

seduzir o setor rural, o senador Barack Obama insiste que os Estados Unidos precisam passar a produzir 60 bilhões de galões de etanol até 2030.

John Edwards promete mais: exigir que todos os novos carros sejam equipados com motores flexfuel e elevar produção de etanol para 65 bilhões de galões até 2025. Além disso, acena com um fundo de US\$ 13 bilhões por ano para incentivar energias renováveis. Outros pré-candidatos, como Hillary Clinton e John McCain, não deixaram de elogiar o etanol nos últimos meses.

Mas, numa reportagem que está causando polêmica entre os especialistas em comércio exterior e o setor rural, a revista americana Rolling Stones saiu de sua linha editorial para tratar do futuro dos subsídios e acusar os defensores do etanol nos Estados Unidos de ser o lobby dos produtores em busca de novos financiamentos.

Em sua edição de julho, a revista acusa os produtores de milho de terem recebido US\$ 51 bilhões em subsídios entre 1995 e 2005. O valor seria duas vezes maior que o trigo recebeu e quatro vezes mais elevado que os subsídios à soja.

A revista ainda denuncia a empresa Archer Daniels Midland (ADM), gigante na produção do etanol, de receber enormes subsídios e “agradar” políticos com contribuições importantes para suas campanhas eleitorais. Em 1992, a ADM teria destinado US\$ 1 milhão à campanha do senador do Kansas Bob Dole. Três anos mais tarde, o Instituto Cato estimou que a empresa havia se tornado a maior recebedora de subsídios nos Estados Unidos. De 2000 para cá, a empresa destinou US\$ 3,7 milhões a diferentes campanhas políticas.

A reportagem também acusa o setor do etanol nos Estados Unidos de receber cerca de 200 incentivos fiscais de diferentes níveis do governo, em um valor de US\$ 5,5 bilhões.

**Em visita à América Central, foco de Lula é biocombustível** – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 05/08/2007

**Presidente chega hoje ao México; expectativa é de acordo relativo ao petróleo**  
**Nos outros países, Nicarágua, Honduras, Panamá e Jamaica, Brasil quer marcar posição com álcool frente a Chávez**

Foco da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em matéria energética, os biocombustíveis são o ponto comum da viagem que o petista fará, a partir de hoje, ao México e a outros quatro países da América Central: Nicarágua, Honduras, Panamá e Jamaica.

Na visita, 15º destino internacional de Lula neste ano, a promessa é falar do tema "à exaustão". Estão previstos acordos de cooperação em praticamente todos os países por onde a comitiva brasileira passará até o próxima sexta-feira, quando retorna ao Brasil.

Tirando o México, quinto maior parceiro comercial do Brasil, com intercâmbio que chegou a US\$ 5,75 bilhões em 2006, o comércio com os outros países é irrelevante. Mal chega a 1% do total que o Brasil importa e exporta.

Mas o governo e os cerca de 50 empresários que acompanharão a missão enxergam oportunidades de investimentos. O interesse é usar a América Central como plataforma de exportação de álcool para os EUA; os países detêm acordo de livre comércio com os americanos e não têm limites para exportação de álcool.

Além disso, de acordo com o Itamaraty, a visita tem um viés político. Será a primeira vez, por exemplo, que um presidente brasileiro vai a Honduras, Nicarágua e Jamaica.

A região está cada vez mais sob o domínio do presidente venezuelano, Hugo Chávez, que usa o dinheiro do petróleo para financiar os vizinhos e tentar fomentar a sua Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas). Há cinco meses, Chávez esteve em parte destes países e criticou projetos de expansão das plantações de cana-de-açúcar e milho para ampliar a produção de álcool.

No México são esperados os resultados mais relevantes. Está prevista a assinatura de um memorando de entendimento em relação ao petróleo, uma tentativa de aproximar a Petrobras à Pemex, a estatal que detém o monopólio sobre o petróleo no México.

Há um interesse dos países em explorar águas profundas no Golfo do México, onde a Pemex estima a existência de aproximadamente 29 bilhões de barris. Daí a possibilidade de parceria: a Pemex não tem tecnologia para produzir em águas profundas. A Petrobras, presente desde 2003 em território mexicano, é líder mundial na tecnologia de extração de petróleo em águas profundas.

Há pendências políticas para as ambições saírem do papel. O presidente mexicano, Felipe Calderón, tem simpatia pela entrada de investimentos e tecnologia estrangeira no setor. Mas enfrenta resistências para manter o monopólio da Pemex. Os mexicanos também têm interesse no álcool. Hoje, praticamente o país não tem conhecimento para a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar.

Os acordos na área energética devem ser o ponto pragmático da visita de Lula ao México, já que, segundo o Itamaraty, a negociação de acordo de livre comércio entre os dois países, neste momento, está descartada devido a resistências mexicanas. A visita está centrada numa agenda mais concreta e "possível" a curto prazo.

O interesse brasileiro em ocupar uma cadeira como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas será citado com cuidado. O México defende um assento rotativo.

No caso dos outros países, constantemente sob a ameaça de apagão, a energia é o tema de consenso. "Para estes países a conta de petróleo é implacável como uma conta de

aluguel. Você tem que pagar, pagar, e não recebe nada de volta a não ser o uso da coisa. A opinião que temos é que o desenvolvimento na cooperação de álcool permitirá, assim como no Brasil, uma economia brutal em termos de gastos com combustíveis", teorizou o embaixador Gonçalo Mourão, diretor do Departamento de México, América Central e Caribe do Itamaraty.

**Ao citar álcool, Lula ataca antecessores** – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 10/08/2007

**Empresários de biocombustíveis eram tratados como "marginais" e hoje são "personalidades internacionais", diz presidente. Na Jamaica, petista anuncia o "carro verde" e diz que, quando o mundo provar uma boa cachaça brasileira, o uísque vai perder mercado**

Em rápida visita à Jamaica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem seus antecessores no que diz respeito à política sobre o etanol. Ele disse que, em governos anteriores, empresários que produzem etanol eram tratados como "marginais", ao contrário de hoje, quando seriam "personalidades internacionais". A crítica, indireta, se dirige principalmente ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em março deste ano, Lula já havia dito que os usineiros brasileiros, antes considerados "bandidos", "estão virando heróis mundiais".

Ontem, ao participar da inauguração de uma usina de etanol jamaicana a cerca de 50 quilômetros de Kingston, Lula elogiou a cachaça brasileira. "O dia em que o mundo experimentar uma boa cachaça brasileira, o uísque vai perder mercado." Disse ainda que, em breve, o mundo verá o primeiro "carro verde", fabricado com plástico derivado do etanol.

Lula repetiu o discurso de que os biocombustíveis serão "inexoráveis" como fonte de energia barata, renovável e limpa. Os brasileiros têm interesse em usar a América Central como plataforma de exportação, já que os países da região têm acordo de livre comércio e exportam etanol sem taxas para os norte-americanos. A uma platéia de políticos e empresários em Kingston ele afirmou que países desenvolvidos deveriam comprar etanol como forma de compensar a poluição que jogaram na atmosfera. "Quem deveria comprar de nós? Eles, os mais poluidores do planeta", cobrou.

Nesse evento, Lula elogiou a iniciativa do general Ernesto Geisel, que em 1975 lançou o Programa Nacional de Álcool (Proálcool). Mas disse que a política para o álcool foi abandonada. "Os empresários sabem que muitas vezes foram tratados como marginais, o governo tinha vergonha de discutir com eles. Os empresários agora estão crescendo muito e virando personalidades internacionais", afirmou. Em 1994, Lula chamou usineiros alagoanos de "caloteiros". Já em 1996, o petista afirmou que FHC havia "se curvado à bancada ruralista e perdoado o calote de usineiros". Desde a campanha de 1998, o petista disse apoiar o Proálcool.

Ontem, Lula rebateu a idéia de que biocombustíveis levam à fome, dizendo ser impensável deixar de lado a segurança alimentar para encher o tanque de um carro. "Nossa inteligência só existe porque comemos."

Os jornalistas **LETÍCIA SANDER** e **ALAN MARQUES** viajaram trechos na América Central num avião da FAB devido à falta de vôos comerciais em tempo hábil para a cobertura jornalística

### **A viagem e a "missão etanol" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Brasil – 11/08/2007**

A viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo México e por países centro-americanos mais Jamaica, no Caribe, acabou monopolizada pelo que Lula está tratando como missão de sua vida, qual seja a de fazer o que chama de "revolução" (mundial) na área de energia, por meio da disseminação do etanol e, mais genericamente, dos biocombustíveis.

A lógica do presidente é simples e tem de fato sentido: países pobres como os centro-americanos e caribenhos podem ter no plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol o melhor e mais rápido caminho para ganharem uma ferramenta de desenvolvimento.

Para isso, no entanto, é preciso convencer o mundo rico de duas coisas, a saber:

- 1) Entrar com os recursos para investir nos biocombustíveis, já que o Brasil, sem dinheiro disponível, só pode fornecer a tecnologia, que é tida como a mais eficiente do mundo.
- 2) Levantar as barreiras ainda existentes, na Europa e nos Estados Unidos, para a importação do etanol.

Essa etapa, junto aos ricos, já foi cumprida este ano mesmo. Primeiro, com a assinatura de um "memorando de entendimento" com os Estados Unidos. Depois, com documento idêntico para a constituição de uma "parceira estratégica" com a União Européia, momento que serviu de gancho para que Lula fizesse a sua pregação (e pregação neste caso não é figura de linguagem) em favor do etanol/biocombustíveis. Medir, portanto, os resultados da viagem recém-encerrada pelos acordos firmados ou não é fechar demais o foco. Como se trata de um processo de catequese, seus frutos vão aparecer, se aparecerem, mais adiante. O presidente tem pela frente dois outros momentos, ainda este ano, para levar adiante a "missão" evangelizadora em favor de combustíveis mais limpos. Primeiro, a reunião que o presidente George Walker Bush está convocando para o outono (no Hemisfério Norte) com 15 países-chaves para a equação energético-ambiental (o Brasil entre eles, como é óbvio). Depois, mais para o fim do ano, a Conferência de Bali na Indonésia, em que as Nações Unidas tentarão esboçar o pós-Protocolo de Kyoto, a primeira tentativa de estabelecer regras para reduzir o aquecimento global a níveis toleráveis. Para Lula, a melhor maneira de fazê-lo é trocar petróleo pelos combustíveis mais limpos.

## **Disputa com Chávez**

Ainda que o foco central da viagem tenha sido a pregação quase monotemática do presidente a respeito do etanol, ela teve também um efeito lateral, no caso específico do México, menos por iniciativa do Brasil e mais do presidente Felipe Calderón. Calderón já vinha sinalizando há algum tempo seu desejo de aproximar-se do Mercosul, para compensar ao menos um pouquinho a absoluta dependência mexicana do mercado e dos humores dos Estados Unidos. Aliás, o antecessor de Calderón, seu companheiro de partido Vicente Fox, já havia anunciado, no finalzinho de 2005, sua intenção de levar o México à condição de membro pleno do bloco sul-americano até o fim do primeiro semestre de 2006.

À Folha Fox chegou a fazer uma declaração insólita: "Quero fazer amor com o Mercosul".

As relações carnavais não se consumaram até porque entrou um terceiro personagem na história, o venezuelano Hugo Chávez, cujo processo de adesão plena ao bloco está em andamento.

Como Fox não era (e Calderón tampouco o é) amigo de infância de Chávez, o potencial de conflito para uma aproximação maior entre o México e o Mercosul está sempre presente, o que, em tese, acabaria caindo nas mãos de Lula para arbitrar. Em parte por isso, a mídia internacional viu nas viagens simultâneas de Lula e Chávez por países latino-americanos uma disputa pela liderança regional, o que é falso.

O Brasil, seja qual for o presidente, é o líder natural no sub-continente, pelo seu tamanho e peso populacional e econômico. Chávez pode disputar liderança apenas junto aos presidentes de esquerda. Mesmo assim, nem todos. Tanto que a Alba (Aliança Bolivariana das Américas, alternativa chavista à Alca) só conseguiu até agora a adesão de Bolívia, Cuba e Nicarágua, países que não chegam a ser gigantes regionais.

O problema é que Chávez, com a disseminação do petróleo pelos países da região, embaça a pregação de Lula por um combustível mais limpo.

Aí, sim, há uma disputa. Por enquanto, ganha Chávez porque o petróleo já está jorrando há anos, ao passo que o etanol é uma aposta para o futuro.

**Cobertura chavista sobre turnê de Lula faz crítica ao álcool** – Flávia Marreiro – Folha de São Paulo – Brasil – 12/08/2007

**Chávez abandona ataques diretos a programa em discursos, mas boletins questionam combustível como alternativa "limpa"**

**Líderes de Nicarágua e Jamaica, países visitados por Lula na semana passada, vão a Caracas buscar petróleo barato**

Foi mais uma turnê de Hugo Chávez: carregada da retórica bolivariana e de anúncios de investimentos energéticos, uma vez que o venezuelano já declarou seu horror a reuniões diplomáticas que acabam sem cifras a divulgar. Se todas saírem do papel, serão consumidos ao menos US\$ 6,2 bilhões.

Chávez, porém, não bradou contra a política do álcool, a grande aposta brasileira, à diferença do que fez em seu último giro pela região em maio, excitado pela visita de George W. Bush ao Brasil e à região.

"Parece-me que Lula e Chávez estão tentando baixar o tom da disputa. O venezuelano viu que ser agressivo não estava dando certo", diz o economista argentino Mariano Lamothe.

Mas se o enfrentamento do petróleo e gás contra o álcool saiu explicitamente do discurso do venezuelano, continuou tomando espaço em sua comunicação e foi captado pelos aliados, que tentam se equilibrar.

A divulgação chavista explicitou as diferenças entre o giro de Chávez e a turnê do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na América Central. O boletim "Venezuela em Notícias" trouxe texto sobre a visita de Lula à Nicarágua. Destacou: "Lula chamou Daniel Ortega para subir no trem dos agrocombustíveis. Apesar de receber bem a oferta, o sandinista disse que é "crime" usar milho para produzir combustível". O texto ainda questiona a tese de Lula sobre o álcool: "Não está comprovado que essa energia alternativa polua menos que a gasolina".

No site da agência de notícias oficial, por sua vez, reportagem sobre a visita de Lula ao Panamá diz que o brasileiro chegou "escortado por uma poderosa comitiva de empresários".

"A diferença é que, para Lula, é basicamente uma viagem de negócios, não propõe reformas gigantescas; para Chávez todo dia é dia de transformação", disse Larry Birns, diretor do esquerdista Council on Hemispheric Affairs (EUA), ao "Christian Science Monitor".

Parece ser essa a imagem que Chávez quer cultivar, ou como escreveu seu apoiador, o anglo-paquistanês Tariq Ali: "Venezuela, Equador e Bolívia são o eixo da esperança"; Brasil, Chile e México, o da desesperança.

### **Petrocaribe**

Mas os líderes latinos, principalmente dos países menores, não vêm em condições de escolher lados ideológicos ou energéticos. O presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, que diz querer produzir álcool na ilha, explicou ao chegar em Caracas, na sexta: "Isso não deve ser um tema de conflito com a Venezuela, país ao qual só temos a agradecer".

Fernández e os representantes da Jamaica e Nicarágua, países visitados por Lula, estavam ontem na Venezuela para a cúpula da Petrocaribe. Trata-se da iniciativa inaugural da "petrodiplomacia". Pela Petrocaribe, criada em 2005, Chávez financia petróleo barato a 13 países. Ontem, ele prometeu "segurança energética por 200 anos" aos participantes. Mas a tragédia é que nem assim a República Dominicana consegue pagar e por isso quer "ficar menos dependente dos combustíveis fósseis". Sua dívida com Caracas a ser saldada até 2009 é de US\$ 23 milhões. E Fernández tem uma proposta: trocá-la por turismo. Recrutados por uma agência estatal, venezuelanos passariam as férias na ilha gastando pouco.

O governo Chávez não disse o que pensa da troca inusitada, mas é de se esperar mais grita da oposição, que protesta pelos "presentes" dados aos aliados.

Com agências internacionais

### **Dilma critica plano da UE para a compra de biocombustíveis – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/08/2007**

DA REUTERS - A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, criticou ontem os planos da União Européia para o setor de biocombustíveis e reagiu a movimentos de alguns países de tentar estabelecer barreiras aos combustíveis renováveis brasileiros com base em aspectos ambientais ou de trabalho.

Em palestra durante seminário sobre biocombustíveis no hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, a ministra disse vislumbrar problemas entre o Brasil e a União Européia sobre o modelo para os combustíveis renováveis no bloco europeu, baseado em importação de matéria-prima para a produção.

"Aí há um conflito com a União Européia, que quer importar a matéria-prima, e não o combustível", disse a ministra, acrescentando que o governo do Brasil trabalha para estimular as exportações do produto acabado.



### **Meta seria evitar mais pobreza e danos ao ambiente**

O mundo corre o risco de um aprofundamento da pobreza e de danos ainda mais graves ao ambiente, a menos que altere radicalmente sua estratégia quanto à bioenergia, disse Jacques Diouf, diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

A FAO vem pressionando pela realização de uma conferência de alto nível, em junho de 2008, para determinar as regras que regerão o mercado internacional de bioenergia. No momento, o setor de bioenergia é regulamentado por normas nacionais e não por um acordo internacional.

A FAO está pedindo aos EUA e à União Européia que reduzam as barreiras à importação de álcool, estabeleçam um sistema de padrões ambientais para a produção de bioenergia e ofereçam mais recursos de microcrédito aos agricultores dos países em desenvolvimento para que pesquisem biocombustíveis locais.

Em artigo publicado pelo "Financial Times", Diouf afirma que "essas medidas permitiriam que os países em desenvolvimento -os quais, em geral, dispõem de climas e ecossistemas mais adequados à produção de biomassa do que os países industrializados, além de contarem com amplas reservas de terra e mão-de-obra -utilizem melhor suas vantagens comparativas".

Diouf afirma que o objetivo da reunião proposta deveria ser o de garantir que a bioenergia realize o seu potencial de alimentar o crescimento sustentável e reduzir a fome. No ano passado, EUA, Europa e Brasil responderam por quase 95% da produção mundial de biocombustíveis. Canadá, China e Índia produziram a maior parte do restante, de acordo com a AIE (Agência Internacional de Energia), a associação que acompanha o panorama mundial de combustíveis para os países industrializados.

A produção de biocombustível, em sua maioria etanol feito de milho, nos Estados Unidos, e biodiesel de sementes oleaginosas, na Europa, dobrou entre 2000 e 2005, de acordo com a AIE. Em 2005, porém, esse tipo de combustível continuava a responder por apenas 1% do combustível usado no transporte rodoviário mundial.

A agência de energia previu que esse total deva subir para 4% até 2030. Diouf afirmou que o setor de bioenergia "tem um imenso potencial de reduzir a fome e a pobreza", caso a produção seja transferida dos países ricos aos pobres.

No momento, as tarifas impostas pelos países ricos tornam ineficiente, do ponto de vista econômico, o cultivo de safras para a produção de biocombustíveis.

O setor norte-americano de biocombustíveis consumiu cerca de 20% da safra de milho do país no ano passado, proporção muito superior à de 2005. "É evidente que a atual prática de depender de safras alimentícias para produzir combustível não perdurará por muito tempo", afirmou Diouf.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

**Nicarágua deve buscar outras fontes para produzir etanol** – Reuters/Brasil On Line – 08/08/2007

MANÁGUA (Reuters) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem defendido amplamente a adoção de biocombustíveis como alternativa ao petróleo, disse nesta quarta-feira que se deve buscar fontes alternativas aos alimentos para produzir etanol na Nicarágua.

Seu velho amigo Daniel Ortega, que voltou em janeiro ao poder no país após 16 anos na oposição, não está de acordo com a proposta do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de produzir biocombustíveis a partir do milho, por ser um alimento básico.

O Brasil produz etanol há 30 anos com base na cana-de-açúcar e o utiliza misturado com gasolina.

"Produzir etanol a partir de milho na Nicarágua é como produzir etanol através de feijão no Brasil, ou seja, é impossível. É necessário buscar outras plantas", disse Lula, que chegou na terça-feira na Nicarágua para iniciar a primeira visita oficial de um presidente brasileiro ao país latino-americano.

"A política de biocombustíveis está subordinada à realidade de cada país, às condições de cada país, ao tamanho de cada país, às necessidades alimentares de cada país e, portanto, cada país é soberano para tomar suas próprias decisões", acrescentou Lula.

Já Ortega disse que suas diferenças sobre a questão do etanol são com o presidente dos Estados Unidos, país que durante o primeiro governo de Ortega, na década de 1980, financiou e treinou rebeldes para tentar derrubá-lo.

"Temos uma discrepância, não com Lula, porque eles produzem etanol da cana, e sim com Bush, que foi quem apresentou essa proposta, essa iniciativa, que já está sendo desenvolvida nos Estados Unidos de produzir etanol a partir do milho", disse Ortega.

Ambos os presidentes falaram a jornalistas antes de se reunirem para discutir detalhes de 12 acordos de cooperação bilateral.

Entre os acordos está o de apoio energético do Brasil para a Nicarágua, que sofre com uma crise de "apagões" de várias horas diárias por déficit de geração de eletricidade.

"O governo brasileiro está disposto a dar financiamento, participação em empresas e construir hidroelétricas na Nicarágua", afirmou Lula.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

**BID aprova US\$ 20 milhões para fundo de energia sustentável** – O Globo – Plantão – 09/08/2007

SÃO PAULO - O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou hoje o Fundo de Energia Sustentável e Mudança Climática (Fundo SECCI), com uma contribuição inicial de US\$ 20 milhões, para dar apoio econômico e ambiental a "opções energéticas sólidas e respostas efetivas a mudanças climáticas na América Latina e no Caribe".

O fundo, segundo o BID, deve estimular o aumento de investimentos em energia renovável, eficiência energética, desenvolvimento de biocombustíveis, financiamento de carbono e expansão das opções de energia sustentável. Iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em políticas e programas inter-setoriais na região também serão, em alguns casos, financiadas pelo fundo, ao lado do Fundo para Prevenção de Desastres do BID.

-- A mudança climática é um problema do desenvolvimento -- disse a chefe da Unidade de Salvaguardas Ambientais do BID, Janine Ferretti. -- O fundo ajudará países da América Latina e do Caribe a enfrentar o problema da mudança climática e seus impactos em áreas econômicas e sociais importantes, como agricultura, água, saúde e biodiversidade, e a facilitar o acesso a fontes de energia economicamente factíveis e confiáveis."

Os recursos financiarão, em âmbito nacional, o desenvolvimento e implantação de avaliações, análise da estrutura de políticas e assistência a reformas de políticas necessárias para o investimento em biocombustíveis, energia renovável e eficiência energética. Financiarão também atividades relacionadas a identificação e preparação de projetos e capacitação.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

**Etanol é chance de 'reparação' para países desenvolvidos, diz Lula** – Plantão – O Globo – 09/08/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira, em Kingston, que os biocombustíveis representam uma chance de "reparação" para os países desenvolvidos.

"O que estamos oferecendo ao mundo desenvolvido é a chance de eles fazerem uma reparação pela quantidade de poluição que já jogaram na atmosfera", afirmou Lula, em um discurso durante sua visita à Jamaica. "É isto o que está em jogo neste momento."

Lula disse que os países em desenvolvimento têm que utilizar os biocombustíveis a seu favor, mas não podem permitir que o assunto "seja olhado com o olhar europeu". "Porque a casa deles já está arrumada", afirmou, referindo-se à diferença do padrão de vida.

Depois da resistência da Nicarágua, mais preocupada com a falta de energia elétrica no país, o discurso em prol dos biocombustíveis do presidente foi bem recebido na Jamaica.

O presidente fez a inauguração oficial da usina de desidratação de etanol JB Ethanol, empresa jamaicana construída com tecnologia e equipamentos brasileiros, com investimentos de US\$ 20 milhões.

A destilaria vai processar diariamente 700 mil litros de álcool hidratado importado do Brasil, que é transformado em álcool anidro e reexportado para os Estados Unidos, utilizando as facilidades de um acordo de preferência comercial que evita o pagamento da tarifa imposta ao etanol brasileiro.

"A introdução do etanol é boa para a Jamaica. Vamos economizar divisas", afirmou a primeira-ministra do país, Portia Simpson Miller.

O presidente Lula disse que o etanol vai provocar uma revolução na área petroquímica, porque todos os produtos que hoje são feitos a partir de petróleo podem ser produzidos com o etanol.

"Tudo o que é de plástico derivado de petróleo pode ser derivado de etanol, e a Jamaica saiu na frente e vai continuar na frente", afirmou Lula, dizendo que a partir daí seria possível construir um "carro verde".

Num discurso no encerramento de um seminário sobre biocombustíveis, o presidente Lula contou a história do etanol no Brasil e falou sobre o Proálcool.

"Na época (em 1975), o presidente era um general do Exército e eu acho que foi extremamente acertado criar a política de álcool no Brasil", afirmou Lula, contando ao público composto por brasileiros e jamaicanos que durante muito tempo o programa foi criticado por causa dos subsídios.

Depois, disse Lula, com o declínio do programa e o fim dos carros a álcool, a situação mudou. "Durante muito tempo os empresários do álcool foram muitas vezes tratados como marginais", disse.

Vários empresários do setor viajam na comitiva presidencial, entre eles o presidente da Unica (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), Marcos Jank.

Lula disse que o uso do etanol só foi reativado já em seu governo, com a criação do carro flex fuel pela indústria automobilística.

A usina inaugurada pelo presidente Lula é a terceira da Jamaica, que aprovou recentemente uma lei obrigando a adição de até 10% do etanol na gasolina.

Das duas usinas que já estão funcionando, uma é em sociedade entre uma empresa brasileira e a estatal petroleira da Jamaica e a outra é da Shell.

Lula lembrou ainda que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já tem uma linha de crédito de US\$ 100 milhões para o país, destinada a exportações de equipamentos agrícolas brasileiros.

Lula foi tratado como estrela na Jamaica, tanto pela primeira-ministra, que citou e elogiou a origem humilde do presidente, como pelo presidente da JB Ethanol, que deu a Lula uma camiseta do Corinthians.

"Estamos felizes em estar alinhados com o B dos BRICs. Estamos orgulhosos dos feitos do Brasil", afirmou a primeira-ministra.

Para mais notícias, visite o site da BBC Brasil

© British Broadcasting Corporation 2006. Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem a autorização por escrito da BBC BRASIL.

**Lula alfineta Chávez e diz que cada um oferece o que tem de sobra – Shico de Gois – Plantão O Globo – 10/08/2007**

CIDADE DO PANAMÁ - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta sexta-feira, em entrevista de encerramento do giro pelo México e a América Central, que a política de biocombustíveis não é ideológica e que cada país vende aquilo que tem de melhor e de sobra, em referência à estratégia da Venezuela de aposta firme no petróleo. Ele alfinetou o presidente venezuelano, Hugo Chávez, dizendo que o álcool não é do Estado e, por isso, tem que vendê-lo. De todos os países que visitou, a Nicarágua de seu amigo

Daniel Ortega - de quem Chávez é fornecedor do combustível fóssil - foi o único que fez pouco caso do etanol.

- Eu fiz questão de dizer para a imprensa, na frente do Ortega, que a questão do biocombustível e de outra política não é uma questão ideológica. É uma questão de saber se precisa ou não precisa, se tem potencial ou não tem potencial. Se um país não precisa, não faça. Ninguém está obrigando ninguém a usar a política do etanol ou do biodiesel porque o Brasil quer. É um problema de cada país, e nós respeitamos - disse.

O presidente lembrou que Chávez é comprador de etanol do Brasil e que o problema é que a Venezuela tem petróleo demais.

- Eu não tenho como oferecer petróleo a ninguém porque nós não temos petróleo de sobra. Eu tenho que oferecer álcool. Agora, como o álcool não é do Estado, eu não posso dá-lo, tenho que vendê-lo - disse o presidente.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

### **Índia está de olho no etanol brasileiro – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007**

A aquisição de terras para cana-de-açúcar no Brasil está na agenda de empresas de petróleo da Índia, como BPCL, IOC, HPCL e ONGC Videsh, de acordo com artigo publicado na "Economic Times", daquele país. As companhias indianas planejam fazer joint venture em projetos de álcool no Brasil, mas não descartam aquisições em destilarias.

Segundo um porta-voz do governo indiano, a empresa BPCL já estaria discutindo parcerias no Brasil. O porta-voz afirma, contudo, que não há interesse da Índia importar álcool brasileiro.

A Índia é o segundo maior produtor de açúcar do mundo, atrás do Brasil. Na Índia, o álcool é produzido a partir do melão e também da cana-de-açúcar.

### **Comissão do etanol traça estratégias para elevar oferta e demanda globais - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/08/2007**

Criada no fim de 2006 para traçar as estratégias de desenvolvimento do mercado de agroenergia nas Américas, a Comissão Interamericana do Etanol está prestes a confirmar sua vocação para atuar no comércio global e já começa a desenhar as primeiras garantias ao consumo da futura commodity.

De atuação inicialmente hemisférica, em breve a comissão deve incorporar o "internacional" ao nome com a adesão do ex-primeiro-ministro espanhol Felipe González. Convidado para integrar o "board", González compartilharia o entusiasmo pela iniciativa e, ainda mais importante, representaria os interesses da Europa, outro expressivo consumidor potencial do etanol - como o Japão do ex-premiê Junichiro Koizumi, recém-agregado à direção, hoje composta pelo ex-ministro Roberto Rodrigues, o ex-governador da Flórida, Jeb Bush, e o atual presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luís Alberto Moreno.

Ao mesmo tempo em que ganha musculatura política, a comissão também começa a apresentar as primeiras idéias concretas. Na última terça-feira, durante reunião em Washington, a comissão propôs a autoridades do Departamento de Estado americano, encarregado do assunto pelo presidente George W. Bush, a adoção de uma regra para

incentivar a produção de etanol em terceiros países e, de quebra, facilitar a progressiva abertura do mercado dos Estados Unidos.

A proposta, segundo apurou o Valor, é atrelar o volume das exportações ao consumo interno de cada país. Assim, explica-se, haveria uma condição preliminar para levar à elevação do consumo na América Latina. Para entrar no "jogo do etanol", os países precisam produzir o combustível e elevar sua demanda interna, o que redundaria na elevação e na consolidação do comércio global do produto. Um projeto-piloto em El Salvador deve servir como vitrine para os potenciais novos participantes do mercado.

Em outra frente, executivos da comissão começam a planejar ações para preservar a imagem de um produto "essencial" ao meio ambiente, "socialmente justo" e "acessível" a todos os países. O etanol tem sofrido com crescentes ataques e classificado até como "sujo" em razão de alegadas conseqüências sociais, ambientais e econômicas do cultivo da cana.

Para desarmar os ataques, a estratégia inclui destaques à participação de pequenos produtores no processo de produção da cana-de-açúcar, o respeito aos direitos de trabalhadores e a recomendação para se evitar o cultivo da matéria-prima em áreas de florestas e cerrado brasileiros. Mas, sobretudo, a comissão quer reforçar a mensagem de que a cana não ameaça o espaço da agricultura de alimentos - milho, soja e trigo. O Departamento de Estado americano deve auxiliar nas ações com sua diplomacia em diversos países.

Grandes tradings que atuam no Brasil, como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, serão convidadas a ajudar na estruturação de "road shows" nos Estados Unidos e Europa para "vender" esses atributos do etanol.

Ao mesmo tempo, a comissão segue sua estruturação interna e a fase de captação de recursos para o financiamento das atividades.

Com sede em Miami, a comissão também terá atuação ativa em Washington. Em setembro, executivos viajam ao Japão para apresentar oficialmente a entidade e receber aportes prometidos por Toyota e Honda. Nos EUA, a General Motors deve ajudar.

E no Brasil, até o mega-investidor George Soros já prometeu auxiliar no financiamento das ações. Coopersucar, Unica e Câmara Americana de Comércio (Amcham) também devem participar. Como ONG, a comissão arrecadou US\$ 800 mil para financiar sua burocracia interna, mas prevê chegar a US\$ 2 milhões. O projeto-piloto de El Salvador deve servir também para atrair as empresas ao mostrar o papel da comissão no auxílio à elaboração de legislação para garantir investimentos, na realização de diagnósticos locais sobre o mercado e no aconselhamento sobre potencial de produção e exportação mundiais aos países.

### **Com apagão de energia, Nicarágua pede ajuda a Lula, mas recusa etanol - Raymundo Costa – Valor econômico – Brasil - 09/08/2007**

Saído de um apagão aéreo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou um apagão de energia em Manágua, terceira escala de sua viagem pelo México e América Central. Falta luz durante sete a oito horas por dia na capital da Nicarágua. Lula prometeu apoio do governo brasileiro para a construção de uma hidrelétrica no país, para a qual já se habilitaram construtoras como a Andrade Gutierrez e a Norberto Odebrecht. Mas o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, se mostrou reticente em relação a programas de biocombustível. Ortega aceitou a cooperação brasileira, mas ressaltou que a produção de

etanol não pode ser uma ameaça à segurança alimentar. É a posição defendida pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez.

A relação comercial entre o Brasil e a Nicarágua é irrelevante, mas muito favorável ao Brasil. O superávit chegou a US\$ 60 milhões em 2006. A imprensa nicaraguense classificou Lula como um líder "de esquerda" e não "esquerdista", como Ortega. Foram assinados 12 acordos de cooperação entre Brasil e Nicarágua, inclusive de assistência técnica para a pesca, um dos principais produtos de exportação nicaraguense. Mas a delegação brasileira deixou o país com a convicção de que a Ortega só interessa investimentos diretos do Brasil.

Ortega condenou especificamente a produção de etanol a partir do milho, matriz norte-americana, que considerou um "crime". Em resposta, Lula fez uma longa exposição sobre o projeto alternativo de combustível brasileiro, que poderia ser útil inclusive para a Nicarágua, que enfrenta atualmente apagões de energia elétrica de sete a oito horas diários.

Lula voltou a Manágua após 26 anos. Andou pela cidade como carona de Ortega, que dirige sua própria Mercedes. Antes, na condição de dirigente do PT, se emocionou ao encontrar, pela primeira vez, Fidel Castro e Muamar Kaddafi, e se decepcionou por não ver Iasser Arafat. Como primeiro presidente "de esquerda" a fazer uma visita de Estado a Nicarágua, defendeu a democracia e o livre mercado que a oposição nicaraguense não reconhece no "esquerdista" Ortega. .

Ao replicar Ortega, Lula retirou um cravo da lapela do presidente nicaraguense para se colocar em "posição de combate". Disse que não queria "fazer biocombustível de cravo". Diplomático, afirmou que cada país deve adotar o modelo energético compatível com suas necessidades de segurança alimentar. "Assim como é impossível produzir etanol a partir do milho, na Nicarágua, é impossível a produção de biocombustível, no Brasil, a partir do feijão."

Segundo Lula, dos 440 milhões de área agricultável brasileira, em apenas 1% se planta cana de açúcar. E que os portugueses, há 400 anos, introduziram o plantio da cana sem recorrer às terras da Amazônia. Em resumo, que é possível a produção de combustível renovável sem degradar o meio ambiente.

Lula trabalhou como um mascate num país que integra um grupo que se opõe à produção de energia a partir de recursos renováveis. Disse que quando passou a estimular a produção de biodiesel pensou na oportunidade que se abre para os países mais pobres, sobretudo na África. Destacou que apenas 20 países produzem petróleo no mundo e que a produção de biocombustíveis deve envolver até 120 países. Entre eles, os mais pobres.

Pela terceira vez em sua viagem pelo México e América Central, Lula disse que lhe restam apenas pouco mais de três anos de mandato, enquanto seus anfitriões estão no começo de governo. Para Ortega, disse que ele estava há 16 anos fora do poder e que agora poderia fazer em cinco anos o que não conseguiu fazer em dez. "Cinco anos é um período longo para a oposição, mas para quem está no governo é muito rápido." Enfatizou a necessidade das alianças políticas. Internas e externas.

**Energia alternativa cresce e deixa de ser opção apenas simbólica - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 10/08/2007**

Há uma efervescência no mercado de energias renováveis no mundo. Os protagonistas costumam ser os mesmos - Alemanha, Espanha e Reino Unido na Europa; China, Índia e Brasil entre os emergentes, e os Estados Unidos, que buscam driblar a ambigüidade do governo George Bush no tema. No cardápio de opções, que vai de eólica a solar passando por biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, há investimentos e políticas públicas cada vez mais veementes.

Diversos indicadores mostram que as renováveis começam a deixar de ser opções apenas simbólicas na matriz energética de vários países. A Alemanha, por exemplo, acaba de anunciar que produzirá 14% de sua energia a partir de fontes renováveis ainda este ano, ultrapassando sua própria meta com antecedência de três anos. A capacidade de geração de energia eólica no mundo cresceu 26% em 2006, puxada pela Alemanha, Espanha e Estados Unidos. O Congresso dos EUA debate um projeto de lei que apóia fontes limpas de energia, a Clean Energy Bill, que acaba de ser aprovada na Câmara e pode retirar US\$ 16 bilhões em subsídios à indústria do petróleo. O presidente Bush se opõe à idéia, mas as empresas apóiam um horizonte que parece inevitável. Se fosse aprovada como está, a lei prevê 15% de fontes renováveis de energia na matriz americana em breve.

No Reino Unido, uma coleção de medidas está sendo desenhada e englobará de postos de gasolina à construção da maior usina de energia a partir de ondas do mundo. Será em Cornwall, num investimento de US\$ 56,6 milhões. A previsão é que produza 20 MW, um volume ainda modesto mas suficiente para abastecer 7.500 casas e apontar caminhos menos dependentes dos estoques de combustíveis fósseis. Em 2006, 4,6% da geração elétrica britânica veio das chamadas fontes alternativas - incluídas hidrelétricas de maior porte. Havia 449 projetos de renováveis prestes a deslanchar.

Em 2008, no Reino Unido, o foco será nos transportes, setor que responde por um quarto das emissões de gases-estufa do país, informa Stephanie Al-Qaq, primeira secretária da Embaixada Britânica em Brasília e chefe da divisão de Mudanças Climáticas, Energia e Desenvolvimento Sustentável. Em 2010, de acordo com a RTFO, sigla do programa de energias renováveis nos combustíveis, 5% do que for vendido nas bombas dos postos terá que ser biocombustível.

"A energia renovável é um sucesso que não apenas persiste, mas está se fortalecendo", disse Sigmar Gabriel, ministro do Meio Ambiente alemão. "É mais do que realista dizer que ultrapassaremos, em muito, a meta de ter 20% de renováveis até 2020." No país, a energia gerada pelo vento, pela água, pelo sol e por biomassa, respondeu por 10,4% da geração total em 2005 e por 12% em 2006.

No Brasil, considerando-se a força hidrelétrica e o potencial da biomassa, o país está "bem no alto" das renováveis, diz Christopher Flavin, presidente da Worldwatch Institute, o WWI, ONG mundial que periodicamente diagnostica o setor. Mas há, aqui, um problema conceitual. "Energia hídrica é renovável, mas as grandes hidrelétricas têm grande impacto ambiental", diz Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de renováveis do Greenpeace. Ele prefere falar em "novas" fontes e aí incluir eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O programa brasileiro de energias renováveis, o Proinfa, é ainda muito tímido, avalia, e não conseguiu atrair grandes investidores mundiais.

"O Brasil exige grandes blocos de energia, e você não tira muito de fontes eólicas ou solares", diz Roberto Schaeffer, professor do programa de planejamento estratégico da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É por isso que, nos países



desenvolvidos, onde o consumo de energia já não cresce tanto, que estas opções têm sido mais sedutoras. "Isto ocorre onde o aumento de consumo energético é pequeno e mais fácil de realizar com estas soluções."

Um estudo recente do WWI informa que, em 2006, a capacidade mundial de produzir energia a partir do vento superou 74.200 MW com investimentos de US\$ 22 bilhões. O mercado dos fabricantes de equipamentos cresceu 74% nos últimos dois anos. A Alemanha, a Espanha e os EUA respondem por 60% da produção. A tendência do setor tem sido migrar dos países europeus e da América do Norte para a Ásia. Em 2006, a Índia ficou em terceiro entre os que mais instalaram aerogeradores; a China assumiu o quinto posto, com crescimento de 170% em relação ao ano anterior. "China e EUA parecem querer competir pela liderança da energia eólica", diz Janet Sawin, pesquisadora do WWI. "É encorajador ver que os dois países que mais queimam carvão estejam empenhados nesta corrida."

Flavin, do WWI, enxerga várias razões por trás da agitação no mercado de renováveis. Uma delas é o preço, que já se torna atraente em relação à defasagem histórica diante das soluções tradicionais, competitividade alavancada por políticas públicas mais fortes. Há ainda o impacto dos relatórios do IPCC, o braço científico da ONU, que no início do ano emitiu alerta contundente quanto ao aquecimento global.

#### **Para EUA, etanol ainda é prioridade na agenda – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroengócios - 10/08/2007**

Mesmo após passada a euforia inicial de investidores privados na produção de etanol, os EUA continuam a tratar o tema como prioridade da agenda bilateral com o Brasil. Em jantar ocorrido na quarta à noite, o embaixador americano Clifford Sobel reafirmou a um grupo de parlamentares brasileiros a "absoluta necessidade" de manter "relação privilegiada" para garantir o desenvolvimento de um mercado mundial do etanol. "Vamos prosseguir nas conversas para avançar em ações conjuntas de interesse de nossas nações", disse.

No evento, em que participaram membros do Congresso americano e de dez parlamentares brasileiros, Sobel anunciou a visita ao país do novo subsecretário de Assuntos Econômicos, Energia e Agricultura do Departamento de Estado, Reuben Jeffery. E convidou o grupo a debater as ações conjuntas para o etanol com ele no próximo dia 20, em Brasília. Jeffery assumiu o posto em junho e responde pelas relações bilaterais na área econômica, além de ter comandado a agência reguladora de mercados futuros e opções em commodities (CFTC).

A reunião também serviu para acertar nova missão brasileira aos EUA, em novembro. Antes disso, porém, virá ao Brasil o presidente do subcomitê para o Hemisfério Ocidental do Congresso dos EUA, o democrata Elliot Engel. "Existem políticas protecionistas fortes. E como o Congresso dos EUA é quem decide, pensamos em usar a diplomacia parlamentar para estimular um relacionamento mais estreito", resumiu o presidente da subcomissão de Biocombustíveis da Comissão de Agricultura, senador João Tenório (PSDB-AL). (MZ)

## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### Biodiesel

**Petrobrás pára de produzir H-Bio** - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007

Disparada dos preços da soja faz estatal interromper fabricação do novo tipo de diesel, que é 10% vegetal

A alta do preço do óleo de soja levou a Petrobrás a suspender a produção do H-Bio, um novo tipo de diesel apresentado com grande destaque pela estatal, em maio do ano passado, como uma evolução na tecnologia de produção de derivados de petróleo. O produto, de menor impacto ao meio ambiente, leva óleos vegetais em sua mistura e, segundo a empresa, não vale a pena, neste momento, vendê-lo ao mesmo preço do diesel derivado de petróleo.

As altas cotações dos óleos vegetais são motivo de preocupação também para as distribuidoras de combustíveis, que começam a negociar contratos de fornecimento de biodiesel para o ano que vem. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP (Cepea), a cotação do óleo de soja bateu recorde na Bolsa de Chicago em julho, atingindo os US\$ 832,26 por tonelada.

Em São Paulo, o produto fechou o mês com um preço médio de R\$ 1.703,36 por tonelada, valor 36,2% superior ao registrado em julho do ano passado. Pesquisadores da entidade apontam como causa o aquecimento do mercado interno, que vem reduzindo os estoques em mãos dos produtores.

'Hoje não compensa produzir o H-Bio', afirmou, na quarta-feira, o diretor de abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa. A empresa começou a produzir o combustível este ano, com a adição de óleos vegetais ao processo de refino do diesel, que formou um produto híbrido, 10% vegetal e 90% derivado de petróleo. Apesar do cenário atual, a companhia tem como meta produzir 425 milhões de litros de H-Bio em 2008, volume que deve saltar para 1,6 bilhão de litros em 2012, após investimentos de US\$ 60 milhões, previstos no planejamento estratégico divulgado no início do mês.

Executivos do setor de combustíveis dizem que um outro problema começa a surgir com a disparada do preço do óleo de soja: o risco de que empresas vencedoras dos leilões de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo (ANP) não entreguem os produtos. 'Tem gente que ganhou cotas em leilões no ano passado e deixou para comprar os insumos agora', explica uma fonte, que acredita que algumas empresas deixarão de cumprir os contratos.

Na época do primeiro leilão, em novembro de 2005, o óleo de soja em São Paulo custava R\$ 1,1 mil por tonelada. O preço de venda do biodiesel ficou em cerca de R\$ 1,80 por litro. De lá para cá, o insumo cresceu mais de 50%, mas o preço de venda será o

mesmo. A Petrobrás foi a única compradora dos leilões e se comprometeu a passar o produto às distribuidoras pelo mesmo preço do diesel de petróleo, que hoje custa, nas refinarias (sem ICMS), R\$ 1,362 por litro.

Nos leilões, produtores de biodiesel se comprometeram a entregar um total de 840 milhões de litros, volume suficiente para garantir, já este ano, a mistura B2 em todo o mercado, caso os contratos sejam cumpridos. Grande parte das distribuidoras de combustíveis, porém, ainda não tem estrutura para movimentar biodiesel em todas as suas bases de tancagem.

Há grande preocupação com o risco de fraudes na venda do produto, que passa a ser obrigatório no início do ano que vem. O biodiesel é uma mistura formada por 20% de diesel vegetal com 80% de diesel derivado do petróleo, batizada de B2. Para executivos do setor, há grandes chances de empresas fraudadoras não adicionarem o diesel vegetal, mais caro, ao produto vendido nas bombas. A preços de hoje, a fraude garantiria um ganho de 25% na margem de lucro, calculam executivos.

#### **Distribuidoras encaram travas ao biodiesel - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 20/08/2007**

As distribuidoras de combustíveis encontram dificuldades para cumprir as metas de distribuição do biodiesel no país este ano. A BR Distribuidora, que previa chegar a julho deste ano com uma distribuição média de 35 milhões de litros de biodiesel ao mês, está comercializando 21 milhões. A Ipiranga previa para este ano vender 250 milhões de litros do B2 (o equivalente a 5 milhões de litros de biodiesel puro), chegando a 40% das vendas totais de diesel. Hoje, no entanto, a participação do B2 nas vendas de diesel está em 20%. A AleSat também relata problemas para cumprir metas.

"Muitas vezes o biodiesel não é produzido no prazo e a empresa tem que direcionar os caminhões para outra usina, ou esperar de três a quatro dias no pátio para carregar os tanques", afirma Cyro Souza, diretor de operações da AleSat. Segundo ele, a demanda cresceu rapidamente e algumas usinas não conseguem atender à procura. A AleSat adquiriu 30 milhões de litros de biodiesel puro e afirma ter estrutura logística para adquirir e comercializar todo o produto neste ano. Em torno de 65% do diesel que vende no país já possui a mistura de 2% (o B2).

José Augusto Dutra Nogueira, diretor de operações da Ipiranga, também diz que o atraso no cumprimento das metas deve-se a problemas para a retirada do produto nas usinas de biodiesel. "Muitas usinas não entraram em operação no prazo previsto por falta de documentação ou por outro motivo, o que trouxe algum transtorno", afirma. A Ipiranga adquiriu 80 milhões de litros de biodiesel nos leilões e diz ter condições de utilizar todo o produto até dezembro. O volume, segundo ele, será suficiente para misturar o biodiesel em todo o diesel que vende. Hoje, o índice de mistura está em 25%.

Em entrevista recente ao Valor, Paulo Roberto Costa, diretor de abastecimento da Petrobras havia informado que apenas 41% do biodiesel negociado foi entregue no prazo. De 876 milhões de litros negociados em cinco leilões, foram retirados nas usinas 196 milhões de litros. Como é sabido, a Soyminas, que negociou a venda de 8,7 milhões de litros, não conseguiu cumprir a meta. A Brasil Ecodiesel negociou nos leilões 488 milhões

de litros e precisa fazer a entrega de 400 milhões de litros nos próximos meses. A Caramuru, que negociou 30 milhões de litros nos leilões, ainda não inaugurou sua usina em São Simão (GO). A Renobrás, que negociou 900 mil litros, e a Fiagril, que fechou a venda de 27,5 milhões de litros nos leilões, foram autuadas no início do ano por falta de inscrição estadual.

A BR Distribuidora informou, por meio de sua assessoria, que além do atraso nas entregas, teve que devolver o produto a algumas usinas, por não apresentarem a qualidade estabelecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A BR distribuiu 21 milhões de litros de biodiesel por mês (66% do que previa) e faz a distribuição em 93% dos postos que possui no país.

#### **Bertin inaugura fábrica de biodiesel** – Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007

O grupo Bertin inaugurou ontem em Lins (SP) sua primeira usina de biodiesel, com capacidade para produzir 110 milhões de litros de biodiesel por ano a partir do sebo bovino. A unidade, que recebeu investimentos de R\$ 42 milhões, começou a ser construída em 2005 e a previsão inicial era de que seria inaugurada em 2006.

Segundo informou a empresa, a usina também foi projetada para adotar grãos como matéria-prima, mas a idéia inicial é aproveitar o sebo bovino obtido no processamento da carne bovina pelos frigoríficos do grupo. O biocombustível será comercializado no mercado interno e, futuramente, parte da produção será destinada a exportações. O Bertin não participou dos leilões realizados pela Petrobras para venda do biodiesel neste ano. A partir de 2008, com a obrigatoriedade da mistura de 2% de biodiesel no diesel, a venda de biodiesel será feita livremente entre as usinas e as distribuidoras.

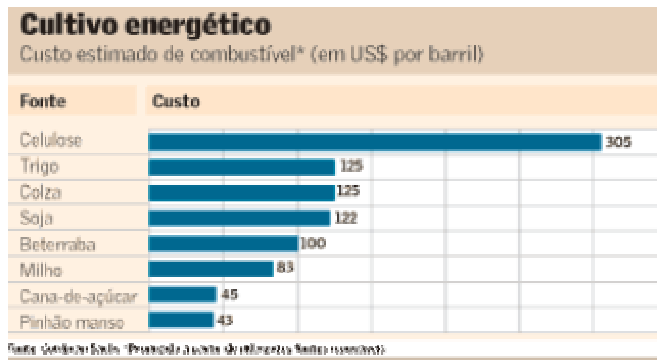
#### **Pinhão-manso, a inusitada opção para biocombustível** - Patrick Barta – Estado de São Paulo – Agronegócios - 24/08/2007

Até recentemente, B.K. Nagendrappa não dava a mínima para o pinhão-manso, ou "jatropa", uma feia plantinha verde que cresce fácil na Índia. Agora, esse produtor de coco espera plantar até cinco hectares do pinhão-manso em seu terreno perto de Bangalore.

V. Venkateswarao também está cultivando a planta - num trecho desértico de terra em Hyderabad. Assim como O.P. Singh, um horticultor do Ministério de Ferrovias da Índia, num calmo jardim perto de um velho aeroporto de Nova Déli.

"Anote aí: esta planta vai salvar a humanidade", proclama Singh enquanto aponta para um arbusto de pinhão-manso com 1,2 metro de altura. Algum dia, acrescenta, "toda casa terá jatropa!"

Com o petróleo estabilizado em torno dos US\$ 70 por barril, esta planta baixinha, originária da América do Sul e levada à Índia muito tempo atrás por comerciantes portugueses, tornou-se uma estrela inusitada no cenário mundial dos combustíveis alternativos. No Brasil, há vários projetos para seu plantio e exploração em estudo ou andamento, em regiões como o Vale do São Francisco.



Os frutos do pinhão-manso, que são do tamanho de uma bola de golfe, contêm um líquido amarelado parecido com o óleo de dendê que pode ser transformado em biodiesel, um combustível renovável cada vez mais importante.

Mas diferentemente de outras fontes de biodiesel, a jatropha pode ser cultivada em quase qualquer lugar - inclusive desertos, lixões e áreas rochosas. Ela não precisa de muita água ou fertilizante, e não é comestível. Ou seja, os agricultores não têm de se preocupar se estão desviando recursos de culturas que poderiam ser usadas para alimentar as pessoas.

Essas qualidades são importantes numa época de preocupações maiores com as conseqüências sociais e ambientais de um boom mundial de combustíveis alternativos. São necessárias enormes quantidades de terra, água e químicos para se cultivar plantas que produzam álcool e biodiesel. E à medida que os governos definem metas para seu consumo, crescem os temores de que o mundo não vá conseguir atender à demanda sem um dano ambiental significativo.

A Goldman Sachs citou recentemente o pinhão-manso como um dos melhores candidatos para futura produção de biodiesel. Uma análise do Bear Stearns no ano passado constatou que os agricultores americanos têm capacidade para substituir apenas 7% da gasolina consumida no país com etanol à base de milho, apesar da nova meta do governo de que os combustíveis renováveis representem 15% do total até 2017. Para alcançar a meta, os EUA provavelmente teriam de encontrar mais terra.

A Índia, por sua vez, tem milhões de hectares de terra não-cultivada que não são plenamente utilizadas por causa de tábuas d'água baixas e solo infértil. Proponentes do pinhão-manso calculam que a planta pode cobrir boa parte dessa área sem causar problemas ambientais.

No fim de junho, a petrolífera britânica BP PLC informou que investirá US\$ 90 milhões numa joint venture com a também britânica D1 Oils PLC, uma nova empresa de biocombustíveis que está desenvolvendo o pinhão-manso na Índia, no Brasil e em outros países.

Outra empresa, a australiana Mission Biofuels Ltd., captou mais de US\$ 80 milhões de investidores e tem representantes vasculhando o território indiano para fechar contrato com produtores. Ela já tem 26.000 hectares em cultivo e espera chegar a 100.000 até 2010.

O entusiasmo pelo pinhão-manso e outras plantas do gênero ilustra com que rapidez os investidores estão trocando de foco agora que os inconvenientes de outros combustíveis renováveis se tornam mais aparentes. Também ilustra os riscos de novas abordagens, já que ainda é bastante incerto que o pinhão-manso e outras sejam economicamente viáveis em grande escala.

Em algumas estimativas, o custo por barril para produção de biocombustível usando o pinhão-mansão - uns US\$ 43 - é mais ou menos metade do custo do milho e cerca de um terço o da colza, ou canola, duas outras importantes matérias-primas para a energia alternativa. A esses preços, o biodiesel de jatropha poderia competir com derivados de petróleo sem subsídios públicos significativos.

Mas esses cálculos são baseados em experiência limitada com a cultura. Agrônomos mal a estudaram no passado porque era considerada quase inútil. O pinhão-mansão era mais conhecido na Índia e em outros lugares como uma proteção para evitar que animais selvagens entrassem em fazendas.

Mesmo alguns dos mais ardorosos proponentes do pinhão-mansão admitem que a produção de óleo da planta é imprevisível e muitas vezes menor do que esperado. Embora ela possa crescer sem água, tende a fazê-lo muito melhor quando recebe água, o que aumenta o custo de produção e reduz parte dos benefícios.

Alguns agricultores já registraram prejuízos com plantações de pinhão-mansão após suas colheitas renderem menos óleo do que se previa ou compradores não pagarem preços suficientes. Na pior das situações, temem especialistas, pequenos agricultores indianos podem acabar servindo de ratos de laboratório de uma indústria não testada, o que os deixaria endividados caso o boom se esvaia.

## Etanol

**Produtores reduzem previsão para safra de cana** - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/08/2007

A colheita enfrenta problemas como excesso de chuva e pragas

A maior safra de cana da história do País terá uma quebra de 2% na produção agrícola e uma redução de 3,9% no rendimento industrial. Os dados foram apresentados ontem pela União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica). Segundo Marcos Jank, presidente da Unica, a redução deverá afetar apenas a produção de açúcar. O setor mantém a previsão de aumento da produção de álcool para o mercado interno.

O excesso de chuva, a alta incidência da broca da cana (uma praga da cultura) e a ampliação da colheita mecanizada foram os motivos apontados para a quebra da produção. 'O problema da broca da cana foi provocado pelo relaxo dos produtores. Achávamos que estava controlada e relaxamos. No próximo ano, o setor terá de retomar o controle biológico', diz Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica. Para ele, a praga foi o principal fator de quebra da produtividade agrícola e industrial.

As usinas do Centro-Sul irão processar 10 milhões de toneladas a menos nesta safra. A previsão inicial indicava o esmagamento de 420 milhões de toneladas. O número foi revisado para 410 milhões de toneladas.

**MENOS AÇÚCAR** - A redução da colheita não atingirá a produção de álcool. Segundo a Unica, a produção de açúcar é que será afetada. Na safra passada, a região

produziu 25,79 milhões de toneladas do produto e estimava uma quantidade de 27,5 milhões de toneladas agora. O plano mudou.

Até o fim do ano, as unidades do Centro-Sul produzirão 25,1 milhões de toneladas. Desse total, 16,5 milhões de toneladas serão exportadas. No caso do etanol, a situação será inversa. A Unica informou que a previsão inicial para produção de 18,6 bilhões de litros de álcool está mantida. Na revisão, a Unica sustenta que produzirá 18,5 bilhões de litros.

Neste ano, as exportações de álcool serão menores, baixarão de 3,4 bilhões para 3,1 bilhões de litros. Com isso, a sobra de álcool para o mercado brasileiro atingirá 15,4 bilhões de litros - 2,9 bilhões de litros a mais do que foi ofertado no mercado interno na safra 2006/2007.

A expansão de consumo, no entanto, poderá consumir todo este álcool. Mais de 80% dos carros vendidos no Brasil são bicombustíveis, e o baixo preço do álcool na bomba é um excepcional estímulo para que a maior parte desta frota use etanol. Em São Paulo, cresceu o número de postos com preços de álcool abaixo de R\$ 1. A Unica avaliou que 95% dos preços de álcool no País estão abaixo de 65% do valor da gasolina. Neste caso, os consumidores gastam menos ao substituir a gasolina pelo álcool. Esta situação elevou nas últimas semanas a demanda pelo etanol. O consumo mensal da região Centro-Sul, que era de aproximadamente 1 bilhão de litros por mês, subiu para 1,3 bilhão de litros.

#### **Cana rende mais que soja e milho em MS – Estado de São Paulo – Agrícola – 22/08/2007**

Levantamento da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) revela que a produção de cana-de-açúcar tem rentabilidade 27% superior à de grãos, como milho e soja. De acordo com a Comissão Técnica de Cana-de-Açúcar e Biodiesel da entidade, o cultivo de cana rende para o produtor rural R\$ 380 por hectare, já o milho R\$ 128 e a soja R\$ 170.

#### **Álcool já custa o mesmo que o gás natural nos postos - Alaor Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007**

Queda nos preços do álcool em todo o País reduziu o ritmo das conversões de veículos

Os preços do álcool combustível estão equiparados aos preços do gás natural veicular (GNV) nos postos de abastecimento. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço médio do litro do álcool em agosto está em torno de R\$ 1,361, com queda de 15,94% em relação ao preço médio de

agosto do ano passado. O metro cúbico do GNV, por sua vez, está em R\$ 1,337, com aumento de 6,70% sobre agosto de 2006.

Desde o fim do ano passado, a Petrobrás passou a reajustar os preços do gás para as distribuidoras, que agora estão repassando os ajustes aos consumidores.

É a primeira vez que os preços dos dois combustíveis ficam nos mesmos níveis para o consumidor final. Em agosto do ano passado, por exemplo, o litro do álcool era comercializado em torno de R\$ 1,619, enquanto o metro cúbico do GNV estava em R\$ 1,266. Em março último, antes do início da colheita da cana-de-açúcar, o derivado da cana estava em R\$ 1,581, enquanto o metro cúbico do GNV era comercializado por R\$ 1,253.

Em São Paulo, os preços dos dois combustíveis são ainda menores: o litro do álcool custa em média R\$ 1,138 no Estado e o metro cúbico do GNV, R\$ 1,146.

Com a queda dos preços do álcool, o ritmo de conversão de veículos para a utilização de gás natural veicular (GNV) caiu 25,4% este ano em relação ao observado no ano passado. Segundo dados do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), a média deste ano até julho está em 16.897 veículos/mês, ante 22.642 mensais em 2006. O coordenador do Comitê de GNV do IBP, Roseli Fernandes, admite que a conversão foi afetada pelos menores preços do álcool este ano, mas ressalta que o mercado de GNV continua crescendo. 'No fim de julho, a frota de GNV atingiu 1,44 milhão de veículos e vamos crescer entre 16% e 18% até o fim do ano', estima.

Fernandes diz ainda que, apesar de os preços do GNV estarem praticamente equiparados aos preços do álcool, isso não tira as vantagens do veículo convertido. Segundo ele, um carro que utiliza GNV percorre cerca de 13 quilômetros com um metro cúbico do combustível, enquanto um carro movido a álcool percorre cerca de 7 quilômetros com um litro. 'Um carro a GNV gasta quase a metade em combustível do que um movido a álcool', garante.

O executivo observa que os preços do álcool e do GNV tendem a subir nos próximos meses. 'Há um movimento sazonal de queda de preços do álcool entre abril e agosto, com alta nos meses seguintes, até o início da safra da cana, em março', afirmou. O GNV subirá devido à política da Petrobrás de aumentar os preços do gás nos meses de abril, julho e setembro. 'A tendência, porém, é que o álcool suba mais que o GNV.'

**GASOLINA** - Goiânia, capital de Goiás, tem os menores preços médios de gasolina para o consumidor entre as grandes cidades brasileiras, conforme a pesquisa da ANP. Segundo a agência, a gasolina está sendo vendida nos postos locais por R\$ 2,253 por litro, 9,5% abaixo da média nacional, que está em R\$ 2,487. Belo Horizonte vem em seguida entre as cidades com preços menores: na capital mineira, a gasolina custa R\$ 2,345 o litro, 6,7% abaixo da média. Na outra ponta estão as cidades de Recife e Brasília, metrópoles onde a gasolina é mais cara, com preços de R\$ 2,648 e R\$ 2,582, respectivamente. Na capital paulista, o litro da gasolina custa R\$ 2,384, em média, enquanto no Rio a média está em R\$ 2,487.



**Safra de cana terá crescimento de 15,2%** - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007

Colheita no País deve chegar no período 2007/08 a 547,2 milhões de toneladas, segundo previsão da Conab

Números divulgados ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) confirmam a expansão da cultura da cana-de-açúcar no País. De acordo com a segunda estimativa da estatal para a safra 2007/08, a produção nacional será de 547,2 milhões de toneladas, resultado recorde e 15,20% superior à colheita do ciclo anterior, quando a produção foi de 474,8 milhões de toneladas.

Na região Centro-Sul, onde é produzida a maior parte da cana, metade da produção já foi colhida e transformada. Nas demais regiões, a cana está sendo colhida e esmagada. Em relação às regiões Norte e Nordeste, a Conab estimou aumento de 14% na produção, que deve chegar a 73,102 milhões de toneladas. “A boa estação de chuvas nas regiões produtoras favoreceu os canaviais”, disse o presidente da Conab, Wagner Rossi.

De acordo com o levantamento, a área cultivada com cana no País cresceu 12,3% na safra 2007/08 na comparação com o período anterior. A área plantada cresceu de 6,2 milhões de hectares para 6,9 milhões de hectares na safra atual, que começou a ser processada em abril. Segundo Rossi, a expansão dos canaviais ocorreu em todo o País, com destaque para os estados de Minas Gerais (16,8%), São Paulo (11%), Mato Grosso do Sul (32%), Goiás (19%), Mato Grosso (11%) e Paraná (26%).

A Bahia teve o maior incremento na área plantada com cana na safra: 49%. Mas a cultura ocupa apenas 105,3 mil hectares no Estado. Em São Paulo, as lavouras de cana ocupam 3,649 milhões de hectares. O levantamento de campo foi feito entre os dias 6 e 17 de agosto.

## **DIVISÃO**

As usinas brasileiras vão esmagar 86,47% da cana que será colhida na safra, o que representa 473,16 milhões de toneladas. Desse total, 46,9% vai para produção de 30 milhões de toneladas de açúcar e 53,1% para a extração de 21,3 bilhões de litros de álcool. A produção de álcool, segundo a Conab, está assim dividida: 8,6 bilhões para a produção de anidro (que é misturado à gasolina) e 12,7 bilhões de litros de hidratado, que é utilizado nas bombas dos postos.

**SEM SUPERSAFRA** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007

A estimativa de moagem de 420 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no centro-sul não deverá se concretizar neste ano. A moagem fica em 410 milhões. Mesmo assim, 10% acima da de 2006. Os dados foram divulgados ontem pela Unica -entidade que congrega os usineiros da região centro-sul.

**AS CAUSAS** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007

Essa estimativa tem como base a redução ocorrida até julho. Antônio de Pádua, da Unica, dá quatro razões para a moagem menor: elevado índice de chuva, que interrompe a safra; incidência de broca na lavoura, que derruba a qualidade da matéria-prima; mais fibra na cana, que gera mais bagaço; e colheita mecanizada, que contém mais impureza e palha.

**PRODUTIVIDADE** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007

A conjugação desses fatores deve provocar quebra agrícola de 2% e redução de 4% na qualidade da matéria-prima quando comparados os dados da safra deste ano em relação aos de 2006/7.

**MAIS ÁLCOOL** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007

Da safra de cana-de-açúcar deste ano, 55% serão destinados à produção de álcool. O restante fica para açúcar. Esses percentuais mostram distanciamento do equilíbrio ocorrido no ano passado. O açúcar está com queda de preços e a demanda por álcool se mantém aquecida.

**CONVERSA COM A ÍNDIA** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/08/2007

A produção de cana-de-açúcar da Índia está voltada para o açúcar. Com isso, o excedente atual daquele país é exportado com subsídios e está derrubando os preços internacionais. Marcos Jank, presidente da Unica, diz que é necessária uma conversa entre Brasil e Índia -país que deveria adotar um programa de álcool, o que diminuiria a oferta de açúcar.

**Para ganhar mais, bóia-fria eleva corte de cana em SP** – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007

**Média de 7,94 toneladas cortadas em 2004 sobe para 8,74 toneladas neste ano**

**Nem mesmo as 21 mortes supostamente por exaustão desde 2004 reduziram o ritmo de trabalho, segundo dados coletados pelo IEA**

Apesar de 21 mortes supostamente provocadas por exaustão terem sido registradas nas lavouras do interior do Estado de São Paulo desde abril de 2004, cada vez mais os cortadores de cana-de-açúcar têm trabalhado nos canaviais.

Levantamento feito pela Folha a partir de dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola), órgão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, mostra que a média estadual, que era de 7,94 toneladas de cana cortadas diariamente por trabalhador em 2004, ano em que as mortes começaram a ser contabilizadas pela Pastoral do Migrante de Guariba e investigadas pelo Ministério Público do Trabalho, chegou a 8,74 toneladas neste ano -a terceira alta seguida.

Na região administrativa de Ribeirão Preto, tradicional cenário de trabalho dos bóias-frias da cana, a quantidade diária de toneladas também subiu e é a mais alta média do Estado: em junho, mês de aferição dos dados, um bóia-fria cortava, em média, 9,81 toneladas de cana, contra 6,79 toneladas cortadas em junho de 2004. "O trabalhador ganha por produtividade, e o interesse em conseguir um salário melhor e também em se manter no emprego causa isso. É vantajoso para a empresa esse cortador, porque ele faz um bom trabalho", diz Maria Carlota Meloni Vicente, pesquisadora do IEA. Em média, cada trabalhador recebe R\$ 2,50 por tonelada.

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) discorda do levantamento e afirma que fatores como o índice pluviométrico podem inviabilizar a comparação (leia acima). Entre as quatro regiões administrativas em que os trabalhadores mais cortaram cana, três são da macrorregião de Ribeirão Preto: Barretos (a terceira), Franca (a quarta) e a própria Ribeirão, líder.

Todas as regiões estão acima da média estadual, de 8,74 toneladas cortadas por dia. "A região de Ribeirão tem um pessoal quase permanente. Com a adoção da colheita mecânica, os que ficam na manual são bons, com diminuição dos que vêm de outros lugares. A tendência é dar prioridade aos da região, que já estão acostumados", disse. É o caso de Gilmar Fernando, 39, que corta diariamente 14 toneladas de cana (leia texto nesta página).

Segundo a pesquisadora, os dados são levantados via Casas da Agricultura e enviados ao IEA -participaram do levantamento 583 municípios.

"A exigência mínima está girando, na região de Ribeirão Preto, em torno de dez toneladas. Quem não conseguir cortar dez corre o risco de perder o trabalho. Há quem corte

muito mais, como 12 ou 15 toneladas por dia", afirmou a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Araraquara, que há 30 anos estuda o cotidiano dos bóias-frias.

Segundo a especialista, na região de Ribeirão o total cortado é maior porque a área foi a que sempre apresentou desenvolvimento científico-tecnológico maior que as outras.

### **Comparação é inviável, dizem indústrias** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO - A Unica (que reúne as indústrias do setor) informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que discorda dos dados levantados pelo IEA. De acordo com a entidade, os dados "não devem ser usados para concluir que existe aumento na tonelagem de cana cortada por trabalhador".

"Os dados são coletados em junho, num período fixo, com amostragens e pesquisados diferentes, o que inviabiliza a comparação. Não bastasse isso, qualquer diferenciação no índice pluviométrico, de um ano para o outro, pode enviesar e comprometer completamente a análise", afirmou trecho da nota enviada pela assessoria de imprensa à **Folha**.

A Unica também informou, anteriormente, não haver relação comprovada entre as mortes no campo e as condições de trabalho.

### **Trabalhadores cortam mais que a média e ganham até "título" de campeão** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO - Na região de Ribeirão, é fácil encontrar bóias-frias que extrapolam a média de corte de 9,81 toneladas de cana calculada pelo IEA.

Um deles é o mineiro Gilmar Fernando, 39, de Barrinha, que em média corta diariamente 14 toneladas de cana, mas já chegou a cortar 19.

Já José de Oliveira, 55, tem hoje média diária de nove toneladas de cana-de-açúcar cortadas. "Já cortei muito mais, já fui "campeão" [trabalhador que mais corta na turma de bóias-frias] por 14 anos em outra usina, mas não agüento mais", afirmou Oliveira.

**São Martinho quer elevar a produção** – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/08/2007

O Grupo São Martinho, um dos maiores do setor sucroalcooleiro, deverá manter seus planos de expansão de capacidade de moagem de cana de suas usinas em operação, segundo João Carvalho do Val, diretor financeiro e de relações com investidores.

A capacidade de moagem de cana do grupo atualmente é de 11 milhões de toneladas por safra. A companhia produz açúcar e álcool em sua duas usinas, as unidades Iracema e São Martinho, ambas em São Paulo. A São Martinho tem participação de 41,67% do capital social da usina paulista Santa Luiza e igual participação na Agropecuária Aquidaban.

O grupo está construindo sua terceira usina, a Boa Vista, no município de Quirinópolis (GO), que deverá entrar em operação em 2008/09. (MS)

**Odebrecht batiza área de etanol** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 20/08/2007

A Odebrecht já definiu o nome de sua divisão de negócios para açúcar e álcool. A área de agroenergia do grupo foi batizada de ETH Bioenergia S/A. O nome foi escolhido por uma empresa contratada pelo grupo, disse Clayton Miranda, presidente da ETH.

A companhia anunciou sua entrada no setor sucroalcooleiro em junho deste ano e em menos de dois meses adquiriu duas usinas de açúcar e álcool.

"Foram várias sugestões [de nome]. Mas foi levado em conta a escolha das letras que compõem o nome do grupo [Odebrecht]. Embora ETH seja as iniciais de etanol em inglês [ethanol], esse critério não foi levado em consideração", disse Miranda.

A escolha do nome de sua nova divisão de negócios é só um detalhe. O grupo quer, mesmo, é ampliar sua atuação no país. Além das duas usinas adquiridas na região do Pontal, no Estado de São Paulo, a Odebrecht quer construir ou mesmo adquirir duas unidades na mesma região, e promover sua expansão em outras regiões do país, sobretudo no Centro-Oeste.

**Cotações do álcool sobem nos postos, mas caem nas usinas** – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 21/08/2007

Os preços médios do álcool combustível fecharam com alta de 0,5% na semana encerrada no dia 18 passado nos postos, em relação à semana anterior, de acordo com levantamento nacional da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A cotação média do álcool ficou em R\$ 1,365.

Nas usinas paulistas, no entanto, os preços do álcool anidro e hidratado voltaram a cair, por conta do avanço da safra no centro-sul do país. O litro do anidro encerrou na sexta-feira a R\$ 0,66287 (sem impostos), com queda de 0,35%. O hidratado encerrou, neste mesmo período, a R\$ 0,57685 (sem impostos), com baixa de 0,89%.

A expectativa é de que os preços do álcool combustível caiam com a maior oferta de álcool em detrimento do açúcar. A União (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) prevê que o mix de produção de cana fique em quase 55% para o álcool e 45% para o açúcar. A oferta de álcool combustível nesta safra deve somar 18,5 bilhões de litros no centro-sul, aumento de 15,4% sobre o ciclo anterior. Mesmo com a maior produção, as usinas vão antecipar a safra em 2008/09. (MS)

**A insustentável bioenergia do milho** - José Graziano – Valor Econômico – Opinião - 22/08/2007

Mesoamérica - composta pelos países da América Central e México - é hoje a sub-região da América Latina onde estamos perdendo a luta contra a fome. Segundo dados da FAO, entre 1990/92 e 2002/04 o número de pessoas subnutridas na região passou de 9,6 para 12,8 milhões de pessoas, um aumento de 33%, ou seja, 3,2 milhões de pessoas em 10 anos. E é uma miséria que se concentra nas áreas rurais que poderiam ser grandes produtoras de alimentos.

A fome na Mesoamérica tem a cara de uma criança indígena de descendência maia ou asteca. São os piores índices de desnutrição infantil da América Latina e Caribe: uma de cada quatro crianças com menos de 5 anos está desnutrida. Em países como a Guatemala quase metade das crianças com menos de 5 anos está desnutrida, proporção essa que aumenta para 80% entre os indígenas. São níveis de desnutrição superiores aos do Haiti e de países mais pobres da África.

No livro sagrado maia 'El Popol-Vuh', lê-se que os deuses necessitavam povoar o mundo com um ser civilizado. Depois de tentar criar humanos com madeira e fracassar, escolheram o milho como matéria-prima. Durante milhares de anos os povos mesoamericanos tiraram seu sustento do milho e seus derivados. A tortilha com feijão, por exemplo, responde por 40% das proteínas que os mexicanos consomem, segundo pesquisa da Universidade Autônoma de México.

Mas a produção de milho da Mesoamérica há muito já não atende sua demanda. Em 2005, as importações mexicanas de milho alcançaram US\$ 730 milhões. Os países centro-americanos importaram outros US\$ 330 milhões. Somados, os sete países da Mesoamérica respondem pela importação da metade do milho dos 33 países do continente, quase todo ele proveniente de exportações norte-americanas fortemente subsidiadas. Muitos dos países da sub-região promoveram uma abertura indiscriminada de suas economias, comprometendo as atividades dos seus pequenos agricultores. Repete-se no século XXI uma política de importação de excedentes de produtos alimentícios subsidiados nos países desenvolvidos similar a que destruiu a capacidade de produção do continente africano a partir dos anos 70 do século passado.

Não é sem razão, portanto, que o presidente Daniel Ortega, da Nicarágua, que quer estimular a agricultura familiar como parte do seu programa Hambre Cero, não é um entusiasta dos biocombustíveis. Ele teme que a política americana de utilizar excedentes de milho (os EUA são os maiores exportadores mundiais) agrave ainda mais a desnutrição na região. Não só porque o milho aí é um alimento básico, mas também porque é um insumo genérico que faz parte de muitas cadeias agroalimentares, começando pela produção de carnes e de leite.

Mas também tem razão o presidente Lula ao defender o álcool de cana-de-açúcar. E quem diz isso é o próprio secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), José Miguel Inzulza. Na abertura da IV Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural que se realizou recentemente na Guatemala, ele reconheceu "o potencial que tem a produção de agroenergia a partir da cana, assim como sua capacidade de promover o desenvolvimento agrícola".

---

**A energia contida no álcool da cana-de-açúcar é mais de oito vezes maior que a energia fóssil utilizada para produzi-lo**

---

Reproduzo suas palavras: "Desejo destacar particularmente o caminho aberto nesse âmbito pelo Brasil, ao dedicar parte da sua produção de cana-de-açúcar para a elaboração de etanol (.). Com isso conseguiu diversificar consideravelmente suas fontes de energia e aumentar sua auto-suficiência energética(.). O Painel de Mudanças Climáticas da ONU recomenda o uso de etanol de cana porque causa menor impacto no meio ambiente que o de milho. Trata-se, por outro lado, de uma produção que não deixa resíduos, pois tudo é reciclado para enriquecer o solo, e a própria cana é uma grande absorvedora de carbono, ajudando por si mesma a reduzir os gases do efeito estufa."

"A produção de etanol (no Brasil) não constitui uma ameaça à produção de alimentos (.). Recentemente os governos do Brasil e Estados Unidos acordaram ampliar (..) a produção de etanol. Trata-se de uma iniciativa muito digna de destacar e que esperamos encontre eco em outros países da nossa região, como também esperamos que se amplie com outros gestos, particularmente a redução de barreiras protecionistas à importação de etanol produzido com cana que, como se sabe, é muito mais barato que outros combustíveis (atualmente seu custo não chega à metade da gasolina ou do diesel), inclusive do que o etanol produzido de outras fontes, como o milho, que tem um custo de US\$ 1,30 por galão, mais alto que o produzido com cana, que não supera um dólar por galão."

Mas não está só no custo a vantagem da cana. A energia contida no álcool de cana é mais de 8 vezes maior que a energia fóssil utilizada para produzi-lo; no milho essa relação é um pouco maior que um, o que significa que a energia contida em um litro de álcool de milho é quase igual à que se consome para produzi-lo. Por isso, a produção de 1m<sup>3</sup> de álcool de cana permite a redução de 2,6 toneladas de CO<sub>2</sub>, uma arma importante na corrida para reduzir a tendência de aquecimento global via efeito estufa.

E mais: atualmente se produz mais de sete mil litros de etanol por hectare, e no milho a metade disso. Isso significa que, para produzir a mesma quantidade de etanol, a cana requer metade da área utilizada pelo milho, o que implica uma menor pressão por terras.

Evidentemente, muitas dessas vantagens aparentemente "naturais" da cana foram construídas ao longo de décadas de pesquisa. Vale lembrar, por exemplo, que nos anos 70, quando começou o Pró-Álcool, o rendimento não passava de 1,5 mil litros por hectare.

Não descuidar da pesquisa é o preço da liderança conquistada. Mas o principal desafio do álcool brasileiro agora é legitimar sua posição no mercado internacional, promovendo um zoneamento agroecológico impositivo e definindo as relações contratuais, especialmente as trabalhistas condizentes com a sua eficiência. Não é sustentável que um bóia-fria para ganhar, hoje, praticamente o mesmo que no início dos anos 70, tenha que cortar três vezes mais cana, num esforço que pode custar sua própria vida, como mostram as mortes por exaustão que infelizmente vem se repetindo, para vergonha do país.

**Jose Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.**

**Soja torna-se barreira ao avanço da cana - Mônica Scaramuzzo e Cibelle Bouças –**  
Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007

A forte expansão da cana no país, que avançou nos últimos anos sobre as áreas de pastagens, e que também seduziu produtores de laranja e de algodão, encontra na soja seu mais forte oponente. Com a recuperação dos preços do grão no mercado internacional, depois de três anos de forte crise, boa parte dos produtores de soja não abre mão de sua área para a entrada da cana.

Na ponta do lápis, os números comprovam que a briga promete ser boa entre as duas culturas, uma vez que a rentabilidade da soja está bem maior do que a da cana. Levantamento da consultoria MB Associados mostra que o lucro líquido da soja no Paraná está em R\$ 582 por hectare. No Mato Grosso, R\$ 185. A maior rentabilidade no Paraná reflete os custos mais baixos com insumos e logística privilegiada. Já o lucro com a cana fica em R\$ 78 (média centro-sul).

E onde a disputa por áreas para expansão de cana e soja é mais acirrada, os preços da terra registram as maiores valorizações em 12 meses, observa Jacqueline Bierhals, analista do Instituto FNP. Levantamento da consultoria mostra que os preços da terra para plantio de cana-de-açúcar subiram 67,4% em Chapadão do Sul (MS), chegando a R\$ 2.778 o hectare, e 61,5% em Três Lagoas (MS), para R\$ 3.788 por hectare. No Triângulo Mineiro, onde cana, milho e soja disputam as áreas de pecuária, o preço médio subiu 20,6% em Água Comprida e 26,7% em Uberaba, para R\$ 10.013 e R\$ 8.812 o hectare, respectivamente. Já em regiões tradicionais como Ribeirão Preto e Sertãozinho (SP), o preço da terra baixou 1,3% em 12 meses para R\$ 20.455 o hectare. "Em São Paulo houve uma certa estabilização, mas Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro devem sofrer novas valorizações", diz.

Com o boom do etanol, pequenos produtores acabaram cedendo suas áreas de grãos para cana. Mas a "rixa" entre as duas culturas impede o avanço da cana em tradicionais áreas de grãos. Em Rio Verde (GO), por exemplo, a prefeitura impôs restrição à expansão dos canaviais para evitar a monocultura. O Estado não fomenta a expansão da cana em áreas de grãos, segundo a Seagro (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás). Em Dourados (MS), a cana só pode ocupar até 30% da área agrícola da região.

"Há um preconceito de que a cana também provoca êxodo rural, uma vez que o produtor de grãos arrenda sua terra e migra para cidade", afirma José Carlos Hausknesht, analista da MB.

Apesar de apresentar uma rentabilidade mais baixa nesta safra, a cana tem suporte no mercado internacional por conta da boa demanda pelo álcool. "Apesar dos baixos preços da cana atuais, quem está na cana não abandona a cultura. Há perspectivas de melhora para os próximos anos", diz Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Rodrigues reconhece certa resistência dos produtores dos grãos em ceder área para os canaviais, mas contemporiza. "O produtor de soja já tem toda uma estrutura montada com armazenagens [silos] e máquinas agrícolas específicas para a cultura. É difícil se desfazer disso para migrar para cana", diz.

Tradicional produtor de soja e milho em Campo Mourão (PR), Milton Munhoz, engrossa o coro para barrar a cana. "Tive dificuldade em arrendar terra para soja. Só consegui fechar negócio no município de Tapira", diz. Segundo Munhoz, o produtor de grãos do Paraná já vê a cana cercando a produção de grãos no Estado.

"Desde 2004, a cana se expandiu em muitos Estados onde os produtores estavam em dificuldades devido à crise com a soja. Tudo leva a crer que o setor canavieiro vai encontrar



limitações para se expandir, principalmente porque agora a cana rende menos que a soja", diz Fabio Turquino, analista da FNP. Hoje a cana ocupa 6 milhões de hectares e a soja, 20 milhões.

Em Goiás, a diferença na rentabilidade é um dos fatores que pode limitar o avanço da cana. Uma projeção feita pela consultoria Céleres - com base na produtividade média da região e previsões de preço futuro de cada cultura, mostra que a soja deve gerar uma margem de ganho ao produtor de R\$ 252 por hectare, contra ganho de R\$ 176,80 por hectare com a cana. As margens para milho e algodão também são superiores, na faixa de R\$ 300 por hectare, diz Anderson Galvão, da Céleres.

No Paraná, observa Disonei Zampieri, do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Agricultura, a disputa por terras ficará concentrada nas regiões norte e noroeste do Estado. "Nessas regiões há uma competição por áreas que são de pastagem, feijão e mandioca", diz. Segundo ele, a região também será disputada para plantio de soja e milho.

#### **Clima prejudica moagem em usinas do Paraná e de Minas – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007**

Os Estados do Paraná e de Minas Gerais, que disputam ano a ano a vice-liderança na produção de cana no país, devem deixar matéria-prima no campo. Em Minas, a moagem deve ficar em 36,5 milhões de toneladas, ante os 38 milhões previstos inicialmente. No Paraná, o processamento deverá ser de 39 milhões de toneladas, de um total de 42 milhões previstos para esta safra, a 2007/08. São Paulo é o maior produtor do país.

O atraso na colheita, por conta de problemas climáticos, é o motivo apontado para o volume de cana que deverá ficar nos canaviais nesta safra, segundo o Sindicato da Indústria de Açúcar e Alcool de Minas (Siamig) e Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool do Paraná (Alcopar).

Os dois Estados estão na rota de expansão do setor sucroalcooleiro. No Paraná, há pelo menos oito novos projetos de construção de usinas, diz José Adriano Dias, diretor da Alcopar. Em Minas, são 36 projetos anunciados, dos quais 17 deverão sair do papel nos próximos anos, calcula Luiz Cotta, presidente do Siamig. (MS)

#### **Empresa aproveita CO2 do álcool e atrai investidor - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 27/08/2007**

Uma empresa novata do Paraná está atraindo a atenção de investidores externos pelo ineditismo de sua operação. Instalada há três anos em São Carlos do Ivaí, no norte do Estado, ela utiliza o CO2 liberado na produção do álcool para fabricar bicarbonato de sódio.

Sem equivalente no mundo, o projeto industrial estudado há dez anos e desenvolvido pela Raudi, do empresário paulista Ricardo Audi, fechou neste mês contrato com o ABN AMRO de Londres para a venda de futuros créditos de carbono. Até 2012, a empresa, que prevê fechar 2007 com faturamento de R\$ 36 milhões, deverá engordar o caixa com pouco mais de R\$ 1 milhão.

A operação com o banco só foi possível porque a empresa criou uma forma limpa de produzir bicarbonato de sódio, a resposta química para a mistura de CO2, água, vapor e outros componentes.

Convencionalmente, o CO<sub>2</sub> é obtido através da queima de combustíveis fósseis - que poluem o ambiente. O que a Raudi fez foi capturar o gás liberado no processo de fermentação do álcool e pelas caldeiras e transportá-lo para a fábrica. Em vez de "fabricar" o CO<sub>2</sub>, aproveitou aquele que seria, de qualquer forma, jogado na atmosfera. No jargão industrial, a Raudi encontrou uma nova "rota" de produção. "O CO<sub>2</sub> é um subproduto da cana ainda muito desperdiçado", diz Audi.

O negócio começou a sair do papel em 2002, quando a empresa fincou pé no terreno de 60 mil metros cedido pela Coopcana, a Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana. A produção começou dois anos depois.

Da usina da cooperativa, que estima produzir nesta safra 150 milhões de litros de álcool (um volume considerável para o mercado), saem três dutos. Um com água, outro com vapor e um terceiro com CO<sub>2</sub>. De modo geral, 150 milhões de litros de álcool liberam 120 mil toneladas de CO<sub>2</sub>. Com isso, é possível produzir 120 mil toneladas de saís por ano.

"Hoje, trabalhamos só com 30 mil toneladas do CO<sub>2</sub> gerado. Mas estamos crescendo. Em 2011, a expectativa é aproveitar 50%", afirma Audi. Sem citar números, ele lembra que todo o investimento realizado em pesquisa e na fábrica são próprios.

Após estudar vários segmentos, o empresário viu no setor sucroalcooleiro a oportunidade de agregar maior valor a um produto. "Para cada 100 toneladas de cana, 93 são jogadas fora. É o campeão em subprodutos", diz ele. Dois chamaram especialmente a sua atenção: biomassa (palha e bagaço de cana) e CO<sub>2</sub>.

Mas o bicarbonato de sódio "verde" foi também uma oportunidade de mercado. Utilizado em uma gama sem fim de produtos - de pasta de dente, alimentos e ração a fármacos -, o bicarbonato é altamente consumido no país. Sinal disso é que, apesar da pequena produção, a Raudi tem um portfólio de 650 clientes como nomes como Sadia, Perdigão, Bertin, J. Macedo, diz Audi.

Além do bicarbonato, a empresa também produz cloreto de amônio e bicarbonato de amônio. Com a receita dos créditos de carbono, espera crescer e diversificar. Em 2008, deverão ser lançadas a produção de carbonato de cálcio - utilizado em papel, por exemplo - e soda cáustica.

A metodologia para obter os créditos de carbono, aprovada pela ONU, foi desenvolvida pelo filho, Ricardo Audi Junior. "Estamos mostrando para o mundo químico que é possível fazer isso de forma ambientalmente e economicamente viável", diz Junior.

Até 2012, a fábrica em São Carlos do Ivaí deverá emitir 132,5 mil toneladas de CO<sub>2</sub> - cada tonelada equivale a um crédito.

O empresário paulista ventila também outros passos, mais ambiciosos. Em maio, a Raudi fechou sociedade com a PML e CC Machinery, da holding alemã MPC Capital, criando a Bioref.

A nova empresa estuda começar a construir ainda este ano uma unidade em Paranavaí, para produção de etanol, metanol à base de bagaço e palha e saís. Segundo Audi, até 2011 a planta deve estar em operação. O investimento é expressivo: pode chegar a US\$ 420 milhões.

**Menor colheita de cana no centro-sul** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 27/08/2007

A consultoria Datagro reviu para baixo a produção de cana-de-açúcar no centro-sul do país. Para a safra 2007/08, a colheita deverá ficar em 412 milhões de toneladas, um volume 0,7% menor que a previsão anterior, mas 10,5% maior que o ciclo 2006/07. Para o Nordeste, a oferta de cana deverá ser de 58 milhões de toneladas, 5% acima do ciclo anterior.

A menor produção no centro-sul reflete o atraso na colheita, afirma Plínio Nastari, presidente da consultoria. Segundo ele, a expectativa é de que as usinas deixem entre 4 milhões e 5 milhões de toneladas de cana em pé.

A Datagro estima que a produção de açúcar deverá ser de 25,41 milhões de toneladas, 1,6% menor que a safra passada. No Nordeste, deve ficar praticamente inalterada, em 4,32 milhões de toneladas, 100 mil toneladas a menos que o ciclo anterior. O mercado interno de açúcar deu uma aquecida. A expectativa é de que o consumo no país cresça 7%, para 10,9 milhões de toneladas. "Esse aumento reflete o menor preço do açúcar no varejo e maior renda", diz Nastari.

Para o álcool, a expectativa é de que produção no centro-sul fique em 18,58 bilhões de litros, 15,7% mais que na safra passada. No Nordeste, a produção está estimada em 1,96 bilhão de litros, 9% acima do ciclo anterior.

Mesmo com a produção maior de álcool combustível, os estoques de passagem para maio de 2008 devem ser apertados. A Datagro prevê estoque de 254 milhões de litros, incluindo os volumes de álcool da antecipação da safra 2008/09. Se não houvesse antecipação da safra, os estoques ficariam negativos em 586 milhões de litros. Nesta última safra, os estoques de passagem ficaram em 347 milhões de litros.

Na sexta-feira, os preços do álcool combustível voltaram a subir, segundo levantamento semanal do Cepea (Centro de Pesquisa Avançada em Economia Aplicada). O litro do anidro fechou a R\$ 0,66522 (sem impostos), alta de 0,35% em relação à semana anterior. O hidratado fechou a R\$ 0,57793 (sem impostos), alta de 0,19% sobre a semana anterior

**Pequenas e médias usinas na mira de grandes investidores** - Mônica Scaramuzzo e Raquel Balarin – Valor Econômico – Agronegócios - 29/08/2007

As usinas de açúcar e álcool de pequeno e médio portes, que antes estavam relegadas a segundo plano no processo de concentração do setor sucroalcooleiro, começam a despertar o interesse de fundos e bancos de investimentos. De olho nestes investidores, essas usinas estão acelerando seu processo de reestruturação para atraírem esses parceiros ricos.

A AIG Capital Investments, que tem participação no frigorífico Mercosul, está em conversas com usinas para se tornar sócia minoritária. Marcelo Aguiar, diretor da AIG, diz que boa parte das usinas do setor ainda está "inflacionada", apesar das atuais quedas dos preços do açúcar e do álcool no mercado internacional, mas mesmo assim o setor continua "fashion". "Estamos de olho em usinas menores, que ainda não foram consolidadas e que têm esse potencial."

Os gestores de recursos Darby (americano) e Stratus (brasileiro) se uniram para criar um fundo de investimento em participações (FIP) na área de infra-estrutura. O Valor

apurou que o capital potencial que deverá ser comprometido é de R\$ 400 milhões. Um dos focos desse FIP é investir em logística para álcool, que inclui projetos de alcoodutos e também tancagem do produto em terminais portuários.

Com exceção das usinas maiores, que aceleraram seu processo de profissionalização e foram para a bolsa, boa parte de grupos sucroalcooleiros ainda herda passivo tributário e trabalhista da forte crise que assolou o setor nos anos 90. A briga entre os acionistas envolvendo sucessão nas usinas também é muito comum no setor.

A BDO Trevisan tem em sua carteira de clientes cerca de 50 usinas sucroalcooleiras interessadas em promover reestruturação financeira para atrair novos investidores. "Muitas usinas de pequeno e médio portes estão interessadas em arrumar a casa porque sabem que neste processo de expansão do setor elas serão engolidas", diz Henrique Campos, diretor de auditoria da Trevisan. "Os usineiros começam a entender que no mundo dos negócios as empresas têm que se modernizar. Não importa onde elas estejam."

Em julho deste ano, o braço de investimento do Goldman Sachs negociou uma participação de cerca de 17% na Santelisa Vale SA, empresa criada a partir da fusão entre as usinas Santa Elisa, Vale do Rosário e outras unidades produtoras. No início do ano, durante o processo de fusão dessas usinas, os fundos de investimentos Gávea, do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e o GG Investimentos, do ex-ministro do Planejamento, Antonio Kandir, tinham sondado negociar participação nessas usinas.

Embora o maior interesse do setor financeiro pelo setor sucroalcooleiro seja inegável, há quem tenha decidido estrategicamente ficar de fora do movimento de investimentos em usinas. "Olhamos com preocupação esse segmento. Há um volume alto de produção de álcool sem que se tenha contratos de longo prazo de fornecimento. Ainda não há regulação, falta logística, não se sabe direito o papel da Petrobras e a ligação do preço do álcool com o do açúcar e da gasolina é um fator complicador", diz Octavio Castello Branco, sócio da Pátria Investimentos. Para ele, os preços das usinas também estão em patamares elevados.

A Pátria decidiu não investir em usinas, mas considera interessante a logística para escoamento do álcool. Além disso, a empresa de administração de recursos, por meio de seu fundo de investimento Pátria Energia, uniu-se a dois parceiros - o americano Eton Park e um FIP do Banco Bradesco de Investimentos - em uma empresa que se destina a produzir energia elétrica limpa, a Ersá. A expectativa é de que as usinas térmicas a partir de biomassa (bagaço de cana, casca de arroz e cavaco de madeira) respondam por 20% do portfólio da Ersá, que pretende investir R\$ 2 bilhões nos próximos cinco anos.

"Podemos comprar o bagaço de usineiros de médio e pequeno porte, fazer investimentos ao lado da usina e fechar um contrato para vender o vapor e a energia gerada para o usineiro", explica Castello Branco. Segundo ele, as térmicas a partir de biomassa têm direito, inclusive, a créditos de carbono.

**Petrobras muda tom e diz que será minoritária em alcooduto** - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 29/08/2007

A Petrobras mudou o discurso e anunciou que agora quer ser sócia minoritária no projeto de investimentos em alcoodutos para exportação de etanol. Durante o 6º Congresso Brasileiro de Agribusiness, encerrado ontem em São Paulo, Gilberto Ribeiro de Carvalho, gerente de novos negócios do abastecimento corporativo da Petrobras, disse que a estatal já negocia parcerias com empresas do setor sucroalcooleiro.

"A idéia da estatal é buscar sinergias com o setor sucroalcooleiro para alcançar o mercado externo de forma eficiente. Não há interesse em concorrer com eles", afirmou Carvalho. O principal projeto de alcooduto, que ligará Senador Canedo (GO) ao porto de São Sebastião (SP), já tem como sócios Petrobras, Mitsui e Camargo Correa. "O plano deve ser divulgado oficialmente dentro de dois meses e, a partir daí, serão feitas parcerias com outras empresas de forma que todas tenham a mesma participação acionária", disse Carvalho.

Hoje o alcooduto da Petrobras tem capacidade para escoar 50 milhões de litros de etanol por mês e a meta é ampliar esse volume para 250 milhões de litros/mês. Até 2020, a estatal prevê exportar 12 bilhões de litros de etanol/ano, sendo 8 bilhões de litros via porto de São Sebastião e o restante pelo porto de Ilha D'Água (RJ), por onde a já efetua embarques de álcool.

O plano de investimentos da Petrobras prevê o aporte de US\$ 340 milhões para desenvolver a infra-estrutura de exportação de álcool até 2011. Ainda na área de etanol, Carvalho confirmou que a Petrobras já finaliza acordo com a Mitsui para a instalação de cinco usinas de etanol - sendo duas em Goiás e três no Mato Grosso do Sul. No próximo ano, a estatal deve ainda na primeira planta piloto para produção do etanol celulósico - hoje eles mantêm uma unidade de estudos no seu centro de pesquisas, no Rio de Janeiro (RJ). A meta é possuir uma usina para produção em escala industrial desse etanol a partir de 2015, mas ainda não há previsão de volumes.

Carvalho também informou que a Petrobras negocia o licenciamento da patente do H-Bio junto a empresas de combustíveis que atuam nos EUA e Europa. Hoje o potencial de uso do H-Bio é de 256 milhões de litros por ano no país. No entanto, a estatal prefere não produzir o H-Bio de forma sistemática. "O custo do óleo de soja está caro. A estatal só produz o H-Bio por questão de oportunidade de mercado e para avaliar o seu desenvolvimento tecnológico", afirmou Carvalho.

**União foca em energia e vira sócia de usina goiana** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 31/08/2007

A União Corretora, de São Paulo, está diversificando seus negócios. Depois de entrar no mercado de energia em 2001, agora está se associando a uma destilaria de álcool em Goiás e também passará a produzir biodiesel no mesmo Estado. Em 2008, investirá em uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) no Mato Grosso.

Os investimentos em álcool e em biodiesel refletem a estratégia da corretora de verticalizar seus negócios. Francisco de Lavor, presidente da corretora, será sócio minoritário da destilaria Alda, em Vila Boa (GO), unidade que entrou em operação no último dia 29 de agosto. Essa destilaria pertence ao usineiro Alberto Cury e foi reativada este ano. A expectativa é de que a usina processe em seu projeto final cerca de 1,5 milhão

de toneladas de cana por ano. Neste safra, a 2007/08, a usina deverá moer cerca de 400 mil toneladas.

Outro segmento que deverá ser explorado pela União é o de biodiesel. O empresário planeja inaugurar em 60 dias sua primeira planta de biodiesel em Formosa, também em Goiás. Essa unidade deverá produzir 35 mil metros cúbicos de biodiesel a partir de óleo de soja e também de gordura animal, segundo Lavor, que terá o controle total da empresa. Lavor também deverá investir em várias pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A primeira deverá entrar em operação em Riacho Queimado (MT). "Meu projeto ter quatro empresas dessas."

Tradicional corretora de açúcar, álcool e grãos de São Paulo há 24 anos, a União Corretora criou um braço para negociar energia em 2001, a União Energia. Hoje essa divisão de negócios representa cerca de 75% do faturamento da corretora. Lavor vê no bagaço da cana forte potencial para suprir a demanda por energia no país.

De olho neste filão, a União Energia organizou ontem (dia 30) uma reunião entre usinas sucroalcooleiras com a Tractebel, que está interessada em negociar energia a partir da biomassa. "Há um potencial a ser explorado pelas usinas sucroalcooleiras nesta área", disse Lavor.

Desde que começou a comercializar energia, a corretora já negociou cerca 15 milhões de megawatt/hora de energia, entre venda efetivada e futura, de acordo com o empresário.

A co-geração de energia a partir da biomassa começou a ganhar destaque no cenário nacional nos últimos anos, quando as usinas começaram a perceber que sua produção excedente de energia tem boa demanda por parte das concessionárias de energia do país. No entanto, os investimentos nesse segmento não crescem no mesmo ritmo que os novos projetos de novas usinas de álcool do país. Muitos empresários reclamam que o preço pago pela energia nos leilões do governo não compensam os investimentos feitos na co-geração. As usinas também reclamam que são obrigadas a fazer em linhas de transmissão da energia que comercializa. Todos os novos projetos de usinas já contemplam investimentos em co-geração.

As usinas de açúcar e álcool do país têm um potencial de produzir entre 6 mil MW e 8 mil MW de geração de energia no país, mas comercializa cerca de 1,7 MW no mercado. Se considerar a inclusão da palha, esse potencial pode dobrar, de acordo com levantamento da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Só para se ter uma idéia do potencial das usinas sucroalcooleiras, a geração de energia potencial produzidos por ela é equivalente à hidrelétrica do rio Madeira, cujo projeto prevê potência instalada de 6,48 mil MW.

O Valor apurou que a direção da Unica deverá se reunir hoje, pela manhã, com o presidente Lula. Entre os assuntos estão o álcool e também a co-geração a partir do bagaço de cana.

## **Produção de cana deve crescer 11%, diz Conab** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 31/08/2007

Influenciados pela febre mundial do etanol, os produtores brasileiros elevaram em 12,3% a área plantada com cana-de-açúcar na safra 2007/08, segundo dados divulgados ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A forte expansão, de 6,16 milhões para 6,92 milhões de hectares, causa calafrios em militantes ambientalistas preocupados com o avanço da cultura na Amazônia e alimenta discursos de que a cana cresce em áreas dedicadas à produção de grãos, fibras e cereais.

Para o governo brasileiro, existem motivações protecionistas nesses temores. "A expansão é nitidamente em cima de pastagens e áreas degradadas", disse o novo presidente da Conab, o ex-deputado pemedebista Wagner Rossi. Segundo ele, ainda não é possível ter a exata noção sobre esse avanço. "Mas há pouco na área de grãos".

Os dados da Conab mostram que a região Norte registrou um avanço de 11,5% na área cultivada, sobretudo em Tocantins (42%). Em áreas na região de influência da Amazônia Legal, também houve avanço: Mato Grosso cresceu 11%, para 232,8 mil hectares, e o Maranhão, 8%, para 43,5 mil hectares.

Mas a forte expansão do cultivo ocorreu mesmo em São Paulo, responsável por 59% da produção nacional destinada à indústria sucroalcooleira. O Estado registrou um crescimento de 11% na comparação com o ciclo anterior. A área saltou 362 mil hectares, para 3,65 milhões de hectares. Em Minas Gerais, o segundo maior fornecedor da indústria, 70,6 mil hectares (+16,8%) foram incorporados à área produtiva, que soma 490,6 mil hectares. Destacam-se, ainda, as elevações de área na Bahia (49%), Mato Grosso do Sul (32%), Paraná (26%), Goiás (19%) e Ceará (36%).

O levantamento da Conab, realizado com 346 usinas e 60 entidades de classe, mostra que a produção de cana destinada à indústria sucroalcooleira crescerá 11,1% nesta safra. O volume saltará de 425,9 milhões para 473,15 milhões de toneladas. Se confirmado, o desempenho será 1,1% superior ao estimado em maio deste ano. O total de cana destinada ao esmagamento crescerá 36,6% no álcool e recuará 8,3% no açúcar.

O estudo da Conab aponta uma alteração no mix de produção amplamente favorável ao álcool hidratado - de 20% para 27,6% do total da cana colhida. O espaço do açúcar deve ser bastante reduzido, de 51% para 40,6%, segundo a Conab.

Pelos dados da estatal, a produção de açúcar da atual safra está estimada em 30 milhões de toneladas (queda de 0,6%) enquanto a fabricação total de álcool deve ser elevada em 22%, para 21,3 bilhões de litros. Na região Sudeste, com São Paulo à frente, a indústria deve produzir 54% de álcool e 46% de açúcar. No Nordeste, o mix será 40% para álcool e 60% para açúcar.

## **POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS** Biodiesel

### **Entidade para biodiesel** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 21/08/2007

Um grupo de usinas e indústrias ligadas ao setor de biocombustíveis acertam os últimos detalhes para inaugurar a União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio), que representará o setor e terá como presidente o ex-ministro dos Transportes Odacir Klein.

Etanol

**Investimentos Estrangeiros e Matrizes Energéticas** - Georges Flexor – Agência Carta Maior – 30/08/2007

Antes de criticar ou elogiar a presença de investimentos estrangeiros no setor brasileiro de açúcar e álcool, é preciso entender a profundidade das mudanças que estão ocorrendo em nossos padrões de produção.

As relações de interdependências entre matriz energética e desenvolvimento econômico são complexas e insuficientemente compreendidas. Para exemplificar esse problema, basta lembrar que, durante o século XX, as energias fósseis, em particular o petróleo, constituíram o principal pilar da oferta mundial de energia primária, por serem abundantes e capazes de múltiplas aplicações. Porém, os custos de prospecção e extração do petróleo, e dos demais combustíveis fósseis, têm ultimamente apresentado intenso aumento; além disso, a distribuição mundial das reservas de petróleo é desigual, concentrando-se no Oriente Médio, um espaço geopolítico bastante instável, o que abre a possibilidade de haver, em médio prazo, efeitos macroeconômicos indesejáveis para os governos. É necessário lembrar ainda a emergência do tema do aquecimento global, que, por mais permeado que esteja com sérias controvérsias científicas, já se presta a estimular uma revisão dos parâmetros das políticas energéticas. Esses fatores são fontes de incertezas e, conseqüentemente, alteram as expectativas quanto ao futuro da matriz energética global.

Nesse contexto, novas tecnologias como as células de hidrogênio só serão de fato implementadas em larga escala quando se mostrarem técnica e economicamente sedutoras; por outro lado, as alternativas já testadas representam soluções críveis para governos e empresários. O programa nuclear, por exemplo, que muitos consideravam ultrapassado, voltou a se tornar uma opção atraente, fazendo com que o número de centrais planejadas ou em construção está crescendo nesses últimos anos. Já a experiência brasileira com etanol oferece uma solução energética capaz de substituir parte da demanda por gasolina. Tendo em visto o lugar dos automóveis em nossa civilização, a centralidade das montadoras na economia global e as perspectivas de diminuição da oferta de petróleo no futuro próximo, não é de se espantar que o etanol se posicione como alternativa energética estratégica, gerando um conjunto de expectativas que esse breve artigo procura abordar a partir da recente onda de investimentos estrangeiros no setor sucroalcooleiro brasileiro.

Desde 2003, ano em que os preços do petróleo começaram a aumentar de modo acentuado, a cadeia de açúcar e álcool brasileira passa por um profundo processo de reestruturação liderado por grupos nacionais e estrangeiros. As formas de entrada dos capitais estrangeiros são variadas e os interesses econômicos envolvidos são heterogêneos. Tradicionais multinacionais do agronegócio, como a francesa Louis Dreyfus, estão reforçando sua participação no setor através de aquisições de usinas brasileiras. Tal estratégia, facilitada pela fragmentação da indústria sucroalcooleira, permite não só que as organizações que já estão no setor reforcem suas posições na indústria, mas também que as empresas que até então não participavam desse negócio entrem rapidamente no setor, transformando-se em atores privilegiados na construção da cadeia global de suprimentos de



etanol. Cabe observar que essa estratégia é pouco arriscada, pois, além de essas empresas possuírem competências operacionais no comércio de “commodities”, elas já desenvolveram um bom conhecimento do ambiente de negócio brasileiro. Ademais, os investimentos realizados são simples e de fácil integração às suas áreas de atuação.

Outra estratégia privilegiada pelas firmas multinacionais é o estabelecimento de parcerias com grupos brasileiros. No caso de empresas que já atuam no comércio internacional de açúcar e álcool, a exemplo da parceria entre a “trading” brasileira Crystalsev e a gigante americana Cargill, essa opção permite compartilhar recursos e aumentar a escala com a expectativa de se firmar como atores estratégicos da construção do mercado global de etanol. Diferentemente, grupos estrangeiros ainda não inseridos no tecido agroindustrial brasileiro, como é o caso de “tradings” japonesas ou chinesas, podem preferir esse tipo de estratégia no intuito de minimizar os riscos relacionados à falta de conhecimento das regras e práticas empresariais vigentes no Brasil. Para as usinas brasileiras, por outro lado, alianças com grupos estrangeiros representam uma boa oportunidade de acessar os mercados internacionais. Como diversos países, na Ásia e em outras partes do mundo, ensejam estabelecer medidas para adicionar algumas percentagens de álcool anidro à gasolina, é provável que esse tipo de relações empresariais se intensifique em curto prazo.

Há ainda o caso das empresas de países industrializados que assinaram o protocolo de Kyoto, o acordo internacional sobre redução das emissões dos gases que provocam o efeito estufa: elas provavelmente serão estimuladas a investir na cadeia de etanol brasileiro. É, por exemplo, o caso do Japão, que, através de uma parceria entre o grupo Mitsui e a Petrobras, está buscando garantir uma fonte de suprimento confiável. Um aspecto interessante dessa relação empresarial é que ela enfatiza o desafio logístico do comércio internacional de etanol, uma dimensão crucial para o suprimento global e a credibilidade da cadeia sucroalcooleira brasileira..

Nesse movimento de diversificação dos interesses estrangeiros na cadeia sucroalcooleira brasileira, a entrada de fundos de investimentos representa uma novidade muito recente. Mais do que novos investimentos num setor em plena expansão, as investidas desse tipo de organizações sinalizam uma mudança nas expectativas. Com efeito, quando ícones do mercado financeiro global decidem apostar em ativos que até então ignoravam, ou quando fundos são levantados com facilidade para investir na aquisição de usinas num país em desenvolvimento, isso reflete certa confiança no futuro e nos lucros que essas decisões poderão auferir. É muito provável que a ampla liquidez internacional que marcou os mercados financeiros globais até a crise atual do mercado de “subprime” incentivou esse tipo de operações. Mas só isso não é suficiente para justificar a entrada de fundos de investimentos estrangeiros na cadeia sucroalcooleira brasileira, e não se pode negar que todo esse aporte de capital é um sinal de que as expectativas quanto ao futuro da matriz energética global estão mudando.

Os impactos da crescente presença de firmas multinacionais e interesses financeiros estrangeiros na cadeia sucroalcooleira brasileira ainda carece de análises. No entanto, podemos assinalar alguns aspectos que poderão surgir desse processo. Em primeiro lugar, as exportações de álcool, que deslançaram a partir de 2004, devem se intensificar, ainda

que importantes compradores iniciais como os Estados Unidos ou a Índia diminuam suas importações ou novos concorrentes apareçam. A implementação do protocolo de Kyoto, as condições de oferta de petróleo e as possibilidades de adicionar etanol à gasolina sem mudanças tecnológicas específicas são forças suficientes para estimular o crescimento da demanda global por etanol brasileiro.

No plano interno, os investimentos estrangeiros devem acelerar o processo de reestruturação produtiva já em curso. Desde 2005, por exemplo, a recente onda de aquisição já envolveu mais de 20 usinas, das quais mais da metade foram compradas por grupos estrangeiros. Como a indústria sucroalcooleira é ainda bastante fragmentada, o processo de consolidação deve perdurar durante certo tempo. Se por um lado esse processo tende a impulsionar investimentos em usinas de maiores escalas produtivas, a concentração industrial que pode resultar desse processo traz riscos para os consumidores brasileiros. Com efeito, o aumento da escala produtiva e as características do etanol facilitam a implementação de práticas cooperativas e o poder de mercado das empresas. Somada à já concentrada distribuição de combustíveis para automóveis, o processo de consolidação da indústria de etanol pode resultar em preços abusivos e perdas para os consumidores.

A presença crescente de firmas multinacionais na cadeia sucroalcooleira acarreta não somente uma redefinição da relação Estado-economia no que se refere à soberania e à segurança energética do Brasil, mas também modifica os arranjos institucionais e organizacionais que sustentam a cadeia produtiva. A centralidade de padrões internacionais no que tange às práticas ambientais, comerciais e, talvez, trabalhistas deverá se intensificar, adicionando novos parâmetros ao processo de reestruturação em curso. De modo concomitante, esse processo se tornará mais complexo na medida em que a teia de organizações com possibilidade de atuar na elaboração e definição dos padrões se tornará qualitativamente mais heterogênea. Com efeito, a internacionalização da cadeia sucroalcooleira brasileira lida com a crescente presença de firmas transnacionais desejando estabelecer regras capazes de minimizar as incertezas quanto à oferta de etanol no futuro. Além do mais, essa internacionalização incorpora novos atores nos arranjos organizacionais preexistentes – sejam eles associações de produtores agrícolas estrangeiros, consumidores, meios de comunicação, ONG's internacionais, técnicos de governos estrangeiros e de instituições globais etc. Como seus valores, interesses e crenças não coincidem nem entre si, nem com os atores brasileiros, os jogos políticos, econômicos e sociais que estruturam o ambiente no qual se discutam os atributos dos futuros padrões do comércio internacional de etanol são incertos e marcados por relações de poder assimétricas. Nesse sentido, cabe perguntar se as diferentes organizações que representam atualmente os interesses brasileiros envolvidos na cadeia sucroalcooleira, em particular os sindicatos de trabalhadores rurais, terão capacidades de participar das agendas de discussão que definirão os padrões internacionais e exercer vozes efetivas quando for necessário.

A mudança de expectativas em relação ao futuro da matriz energética global e a maior presença de firmas estrangeiras na cadeia sucroalcooleira brasileira representam novas e poderosas forças que estão redesenhando a dinâmica do mundo agrário no país. A complexidade desse processo mereceria maiores conhecimentos para entender, por exemplo, a difusão da lógica energética no mundo rural, as conseqüências sociais e econômicas dos investimentos estrangeiros em usinas e terras brasileiras ou o papel das

políticas públicas na regulação desses processos. Antes de enaltecer o papel estratégico dos heróis do agronegócio sucroalcooleiro ou criticá-los de modo convencional, precisamos entender de fato o que essa mudança de expectativa energética implica para o Brasil.

Georges Flexor é professor adjunto do Instituto Multidisciplinar IM/UFRRJ e pesquisador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura OPPA/CPDA.

### **Contag aponta os problemas do setor da cana ao presidente Lula – Sítio Eletrônico da CONTAG - 30/08/2007**

A direção da Contag se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã desta quarta-feira (29), no Palácio do Planalto, para discutir o impacto da expansão do setor sucroalcooleiro na vida dos trabalhadores rurais nas cinco regiões do Brasil. Limites à área de cana plantada, mecanização, relação de trabalho e falta de capacitação foram alguns dos problemas levantados pela Contag. A reunião foi feita a convite da Presidência da República.

Na opinião do secretário de Assalariados e Assalariadas da Contag, Antônio Lucas, a reunião demonstra que o governo trata o assunto com seriedade. "Agora o presidente tem informações suficientes pra tomar as decisões concretas", salienta. Segundo ele, Lula afirmou que vai chamar os usineiros para colocar os problemas levantados pela confederação e buscar as soluções em conjunto.

A Contag também apontou a gravidade dos financiamentos ilimitados do BNDES, sem a cobrança de nenhuma contrapartida social às usinas em expansão. De acordo com Antônio Lucas, o presidente também deve pedir ao banco que direcione investimentos sociais em projetos das usinas.

**Negociação nacional** - Outro assunto levantado pela entidade foi de uma negociação nacional. Antônio Lucas ressalta que o presidente Lula vê a idéia de forma positiva. "Assim, estaríamos unificando as representações dos rurais no campo por meio de uma política nacional", afirmou o secretário, citando como exemplo a cláusula do cumprimento da Norma Reguladora 31 (NR31), que trata de segurança e saúde dos assalariados e assalariadas rurais.

Estiveram presentes também os representantes das federações dos estados de São Paulo, Goiás e Pernambuco, além dos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Reinhold Stephanes (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), Carlos Luppi (Trabalho e Emprego) e Luiz Dulci (ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República).

**Fonte:** Vanessa Montenegro, da Agência Contag de Notícias

**Rainha consegue verba federal** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional  
– 21/08/2007

O governo Lula aprovou o projeto de produção de biodiesel nos assentamentos do Pontal do Paranapanema (SP) idealizado pelo líder do MST José Rainha Júnior. A região tem 6.500 assentados e é o maior foco de conflitos fundiários no Estado. Rainha prevê investimentos de R\$ 50 milhões nos próximos 10 anos. O projeto será lançado em 1º de setembro, no assentamento Che Guevara, em Mirante do Paranapanema, e o líder deve convidar hoje o presidente Lula.

Ele contou que paralelamente ao lançamento haverá um grande ato “em defesa do governo”, para o qual promete levar pelo menos 5 mil pessoas. Ou o dobro, se Lula comparecer: “Vamos colocar 10 mil pessoas e o presidente Lula não vai ouvir vaías, só aplausos.”

**Restrição pode se espalhar pelo País** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios –  
26/08/2007

Prefeito de Rio Verde tenta influenciar colegas a aderir à limitação da área da cana e envia lei para 46 cidades

O setor sucroalcooleiro pode começar a ficar preocupado com a promoção da lei patrocinada pela prefeitura de Rio Verde. O município começou a dar consultoria para outras cidades para mostrar como funciona a lei que impõe limites para as áreas de cana-de-açúcar. No total, 46 municípios já receberam uma cópia da lei ou receberam membros da prefeitura para participar de palestras e debates sobre como frear a cultura canavieira.

Somente em São Paulo, a prefeitura de Rio Verde encaminhou cópia da medida para 27 cidades. Entre os municípios está Ribeirão Preto, capital da cana de açúcar e base de grandes grupos sucroalcooleiros do País. Muitas cidades da nova fronteira canavieira do Estado de São Paulo também tiveram acesso ao documento, como Barretos, Bebedouro, Catanduva e Presidente Prudente. Segundo o prefeito de Rio Verde, Paulo Roberto Cunha (PP), esta será a maneira pela qual o município tentará influenciar a discussão sobre a organização agrícola das cidades.

**VÁCUO LEGAL** - Segundo o supervisor de conservação da ONG ambientalista WWF Brasil, Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, a iniciativa de Rio Verde chamou a atenção porque ocupa um imenso vácuo de legislação do País. “Rio Verde pegou um tema que está totalmente fora do radar das prefeituras e do poder público como um todo. É muito relevante a decisão da cidade em mostrar a disposição de ordenar a paisagem agrícola”, aponta Scaramuzza.

O próprio ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, deu declarações sobre a necessidade premente de se desenvolver um zoneamento agrícola para o País. A falta desse

ordenamento deixou, segundo o ambientalista, a organização da produção agrícola nas mãos do mercado, da evolução ou involução de um determinado produto.

“Não é por acaso que a agricultura enfrenta ciclos de alta e de baixa. Isso é consequência direta da falta de organização da produção. Sem isso, não há como frear os ciclos de euforia que invariavelmente provocam períodos de forte depressão”, pondera Scaramuzza.

A novidade na lei de Rio Verde é exatamente essa: criar um modelo econômico sem hegemonias. Desde que a lei foi aprovada, em dezembro do ano passado, Rio Verde já aprovou a implantação de 15 mil hectares de cana-de-açúcar para abastecer a única usina local, a Decal, uma ex-produtora de cachaça que produzirá álcool combustível.

Segundo o prefeito, existe um segundo projeto de mais 20 mil hectares em curso. Cunha avalia que, em projetos médios, será possível ter até três usinas em Rio Verde.

#### **Para usineiros, expansão ocorrerá sobre os pastos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/08/2007**

Cerca de 30% da expansão da cultura da cana em Goiás ocorrerá em áreas ocupadas por culturas de grãos, afirma o Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (Sifaeg). “Cerca de 70% da expansão da cana em Goiás será feita em áreas de pasto. A cana não significa ameaça para o setor de grãos”, diz Igor Montenegro, presidente do Sifaeg.

Hoje, Goiás tem um canavial de 290 mil hectares, suficiente para abastecer 18 usinas, que, juntas, processam 23 milhões de toneladas. Em quatro ou cinco anos, a previsão é que a área de cana atinja 600 mil hectares, 2% da área agricultável do Estado. O sindicato alega que esse território é muito inferior a área de grãos, que ocupa pouco mais de 3 milhões de hectares.

“É preciso entender que o avanço da cana em Goiás também está relacionado a problemas de rentabilidade dos grãos”, argumenta Montenegro. Nos últimos 3 anos, problemas como a ferrugem asiática, a valorização do real e o custo dos insumos comprometeram a situação financeira dos produtores. Neste ano, a situação parece ter se invertido. O preço pago aos produtores pela tonelada de cana caiu em relação a 2006.

Cassio Bellintani Iplinsky, um dos donos da Usina Decal, de Rio Verde, tem planos de elevar a capacidade de moagem para 1,5 mil toneladas. Para ele, a lei é uma imposição que desconsidera o mercado. “Falam da monocultura da cana, mas o que existe hoje é a monocultura do grão.”

**Indústria da cidade teme ficar sem soja** – Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/08/2007

Complexo industrial demanda 3,5 mil toneladas do grão por dia

Os limites de área impostos à cultura de cana-de-açúcar pelo município de Rio Verde não deverão ser suficientes para frear a redução da produção de grãos do sudoeste de Goiás. Principal organização dos agricultores da região, a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores do Sudoeste Goiano (Comigo) já decidiu que vai ampliar a influência geográfica e tentar atrair novos produtores para assegurar o volume de soja e milho que processa.

Álvaro Martim Henkes, vice-presidente de Operações da Comigo, explica que aguarda a acomodação do plantio de cana na região para conhecer exatamente qual a área que será tomada pela cultura.

Em Rio Verde, há, por enquanto, uma única usina de álcool. É uma unidade antiga, que produzia cachaça e iniciou nesta safra a produção de álcool combustível. A produção de cana para a usina ocupava 6 mil hectares em Rio Verde, mas o plano já em curso prevê a expansão para 20 mil hectares.

O Grupo Cosan, maior indústria de processamento de cana do País, tem planos para montar três unidades na região Sudoeste de Goiás. “Ainda não sabemos qual será a área tomada pela cana. Só com a definição das usinas vai ser possível saber qual a área que vamos precisar”, explica Henkes.

A meta da Comigo é conseguir manter o recebimento de pelo menos 3,5 mil toneladas de soja por dia. Essa é a capacidade de esmagamento do complexo industrial. A Comigo tem ainda uma estrutura de armazenagem de 720 mil toneladas de soja por ano. De milho, a Comigo recebe por ano 228 mil toneladas. Boa parte desse volume é usada para abastecer a estrutura de produção de frangos existente na região.

Para o vice-presidente da Comigo, a iniciativa da prefeitura de Rio Verde de impor limites à cultura da cana na região deveria ser seguida por outras cidades do Sudoeste goiano. Para ele, a cana é potencialmente uma ameaça, à medida que concorrerá com uma estrutura montada, que necessita dos produtores para continuar a existir. A.B.

**Controle estatal do etanol** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007

Quem acompanhou as discussões da Lei do Petróleo, que regulamenta a quebra do monopólio da Petrobrás, lembra como foi feroz a resistência do PT a sua aprovação, em agosto de 1997. Dez anos depois, o governo do mesmo PT quer mudar a lei para reforçar o monopólio que passou para a União. Está pronto o anteprojeto que amplia as competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), estendendo seu

poder de regulação e fiscalização à produção, comercialização, armazenagem e transporte do etanol.

O projeto contém tantos exageros que pode causar graves prejuízos para a atividade sucroalcooleira e para o País. Em documento que entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua recente viagem ao México e à América Central, empresários advertem que, se o projeto for aprovado, a primeira consequência será a fuga imediata dos investidores estrangeiros que já aplicaram US\$ 17 bilhões no setor.

Os autores do projeto basearam-se no artigo 177 da Constituição, ao propor a extensão para o etanol do regime jurídico do petróleo. Esse artigo, porém, é explícito ao limitar o monopólio da União na pesquisa, lavra, refinação, importação e exportação, e no transporte marítimo e por dutos do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Não faz referência a biocombustíveis. A Lei do Petróleo (Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997), por sua vez, regulamenta esse artigo da Constituição, razão pela qual não se justifica a extensão de seus dispositivos às atividades ligadas ao etanol.

A Lei do Petróleo se aplica a uma atividade que passou a ser monopólio da União. Mas não pode haver monopólio num mercado em que atuam mais de 300 usinas. O que há e deve continuar a haver é um regime de concorrência, que não pode ser submetido ao controle do monopólio da União como ocorre com a produção e refino do petróleo. Nada justifica a sujeição do mercado de etanol a uma lei intervencionista, como a do Petróleo.

A ampliação das atribuições da ANP - que passaria a fiscalizar também as atividades de produção, importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação dos biocombustíveis -, de sua parte, submeteria as empresas a um controle estrito da agência reguladora. Além do excessivo poder conferido à ANP, o projeto aumenta as dificuldades burocráticas para as empresas que atuam na produção de álcool, sujeitas a regulamentações de governos estaduais e municipais, como outras atividades econômicas.

Ao atribuir ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) competência para propor “a suspensão temporária, total ou parcial, de autorizações para exportação de álcool etílico”, o projeto torna mais difícil a conquista de mercados externos para o produto brasileiro, na qual se baseia o plano do governo de transformar o Brasil num grande centro de produção e exportação de etanol. Além disso, no mercado de commodities, como no de etanol, é o sistema de preços que regula a oferta e a procura.

Há, ainda, no projeto do governo um dispositivo intrigante. Ele acrescenta na definição de “transporte” dada pela Lei do Petróleo a expressão “biocombustíveis”. Desse modo, se aplica ao etanol o artigo da lei segundo o qual constitui monopólio da União seu “transporte, por meio de conduto”. Esse transporte, diz outro artigo da Lei, é regulado e fiscalizado pela União e pode ser feito, por concessão ou autorização, por empresa brasileira. Mais adiante, a mesma lei diz que cabe à ANP autorizar a construção de instalações e a utilização desse transporte. Ocorre que a empresa autorizada é a Petrobrás,

que assim deteria o controle sobre todo o transporte de etanol por duto, o que lhe daria enorme poder sobre o setor sucroalcooleiro.

Os produtores de etanol reconhecem que a indústria do álcool precisa de um marco regulatório estável, inclusive com definição de padrões de qualidade e medidas que dêem segurança ao consumidor. Regras claras e duradouras ajudam a criar um ambiente ainda mais favorável para a entrada de grandes investimentos externos. Mas isso não pode ser feito equiparando o etanol ao petróleo e subordinando o setor aos interesses da Petrobrás.

**País busca etanol a partir da celulose** - Fabíola Salvador e Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007

A idéia é fazer parceria com os EUA para acelerar as pesquisas que permitam a produção em larga escala

Interessados em manter a liderança no mercado mundial de agroenergia, Brasil e Estados Unidos poderão unir forças para acelerar as pesquisas que permitam a produção economicamente viável de etanol a partir da celulose.

O processo garante o reaproveitamento de materiais até agora descartados para a produção do biocombustível, como resíduos de madeira e bagaço de cana. Em setembro, cientistas brasileiros que fazem parte de cinco grupos de pesquisa vão viajar para os Estados Unidos para tentar costurar um protocolo de intenções nessa área com os americanos.

'O etanol produzido a partir da celulose é a grande bandeira, mas vamos buscar parcerias para algumas ações nas áreas agrícolas que têm gargalos científicos e tecnológicos', explicou o chefe-geral da unidade de Agroenergia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Frederico Durães.

O encontro de setembro será o quarto para tentar dar viabilidade ao acordo.

A produção de etanol a partir de celulose no Brasil ainda é experimental e não tem viabilidade econômica, já que os custos são altos. Mas a corrida para dominar a tecnologia já começou. E cada país aposta em caminhos próprios, até porque, para 'quebrar' a molécula da celulose, cada matéria-prima exige uma enzima específica. No Brasil, as pesquisas se voltam, principalmente, para o desenvolvimento de enzimas que permitam extrair a celulose do bagaço da cana. Nos Estados Unidos, o foco está em outras matérias-primas, como o milho. Segundo o diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Dornelles, com a produção de etanol a partir da celulose extraída do bagaço da cana, a produção de álcool por hectare pode saltar dos atuais 6 mil a 7 mil litros para algo em torno de 10 mil a 12 mil litros.



'Usando o bagaço, temos a vantagem de já termos a matéria-prima processada, colhida e estocada ao lado de uma unidade industrial', disse Dornelles. Trata-se, porém, de um processo demorado, segundo a pesquisadora Sônia Couri, responsável pelo laboratório de Processos Fermentativos da Embrapa Agroindústria de Alimentos.

'Por acaso, você pode até obter um material ideal, mas é preciso fazer um melhoramento genético e de linhagem para tentar aprimorá-lo', explica.

Já os americanos estão mais otimistas e acreditam que terão a tecnologia para produzir etanol a partir de matérias-primas como a switchgrass, um tipo de gramínea típica da pradaria, em menos de cinco anos.

No entanto, o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Mike Johanns, já disse que vai levar até duas vezes mais tempo para que se construa toda a infra-estrutura logística e de produção necessária para operar esse combustível.

A Petrobrás também está apostando nessa nova tecnologia. A empresa está desenvolvendo uma técnica própria em seu Centro de Pesquisas (Cenpes) e, até fim do ano, deverá colocar para funcionar uma planta-piloto.

#### **Governo quer novo modelo para regular combustível – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007**

Incomodado com as altas freqüentes no preço do álcool nas usinas e nos postos de gasolina a cada começo de ano, o governo federal quer aumentar o controle sobre a cadeia de produção, comercialização e exportação do produto. A principal proposta é dar ao etanol o tratamento legal de um combustível - e não apenas de um produto agrícola - e aumentar a fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A idéia é aperfeiçoar a regulamentação do setor para garantir tanto o abastecimento do mercado interno quanto as exportações. Hoje, um dos poucos mecanismos de controle do governo é a alteração da mistura do álcool na gasolina, que pode oscilar de 20% a 25%, dependendo do nível de abastecimento.

A proposta de mudanças na regulamentação do combustível deverá ser apresentada por meio de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso pela Casa Civil, que tem conduzido as conversas com a iniciativa privada.

De acordo com uma fonte que participa das discussões, o controle do mercado de álcool poderia ser feito, em parte, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ou pelo Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima), que é presidido pelo Ministério da Agricultura.

'Por ter sido criado por lei, o CNPE tem mais poderes que o Cima, que foi instituído por meio de um decreto', afirmou a fonte.

Momentaneamente está desconsiderada a possibilidade de a Petrobrás fazer esse controle. 'A Petrobrás é uma empresa praticamente privada e fazer esse tipo de controle é competência dos órgãos públicos', completou.

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) confirmou que está conversando com o governo sobre 'instrumentos de regulação' para dar segurança aos consumidores internos e externos e aos investidores.

**Cana-de-açúcar sim, mas com todo o respeito** - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 29/08/2007

Com as usinas de álcool acelerando para a corrida que promete aumentar em 190% a produção de biocombustível no Estado, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul preferiu sair na frente do que ser atropelado pelas costas.

Reunidos em Campo Grande na semana passada, para discutir as “repercussões ambientais da cultura da cana-de-açúcar”, os promotores decidiram por unanimidade que - lá, pelo menos - os heróis do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), titulados pelo presidente Lula, terão que tomar alguns remédios amargos contra a febre do crescimento econômico a qualquer custo.

Ficou acertado entre eles que a queima da palha de cana, tratada com excessiva brandura pelas leis estaduais, contraria os direitos ao bem-estar e à saúde pública consignados na Constituição.

E que as usinas, ao arrendarem as terras de pequenos proprietários para a expansão dos canaviais, assumirão automaticamente suas dívidas com as leis que os obrigariam, mas em geral nunca obrigaram, a respeitar os limites das reservas legais e das áreas de proteção permanente. Como arrendatários, herdarão os problemas e o encargo de consertá-los.

### **SEM DISPENSA**

Tem mais. Eles aproveitaram a oportunidade para deixar claro que não valerá para os fornecedores de cana a dispensa de licenciamento ambiental, que lhes foi concedida em junho pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Para os promotores, eles são pequenos enquanto forem produtores independentes. Associando-se à indústria como fornecedores, integram-se às engrenagens de grande negócio. E suas obrigações crescem proporcionalmente.

O Ministério Público está avisando também que exigirá avaliação de impacto ambiental a “todo cultivo de cana-de-açúcar em área superior a mil hectares”. O EIA-Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) das usinas, além da própria “estrutura física”,

deverá “contemplar de modo global toda a cadeia produtiva”, incluindo os canaviais que os abastecem e o transporte da cana de uma ponta à outra.

As exigências se estendem aos financiadores, “governamentais ou privados”, dos usineiros, “sob pena de co-responsabilização nos termos do artigo 12 da Lei 6.938/1981”.

### **DE 12 PARA MAIS DE 60 USINAS**

As “súmulas de entendimento” brotaram do seminário dos promotores inspiradas pelas notícias de que, nos próximos cinco anos, as doze usinas de Mato Grosso do Sul serão mais de 60. Hoje, há 200 mil hectares de cana em Mato Grosso do Sul. Haverá mais de um milhão em 2012.

Avançando cada vez mais rápido, eles empurram as plantações de soja ou outros grãos para cima dos pastos e, por tabela, os bois para dentro do Pantanal mato-grossense - onde, a rigor, só existe uma usina funcionando.

### **RESPEITO**

O promotor Luciano Loubet, de Bonito, notou que a paisagem rural vai mudando em sua comarca, com a troca do gado pela agricultura.

Seu colega Paulo César Zeni, de Dourados, pelo sim, pelo não, pediu vistas do processo de licenciamento da primeira usina do município, para verificar se o relatório de impacto saiu como manda o figurino.

Dourados está cercado de usinas. E conseguiu antecipar para 2009, na câmara de vereadores, o prazo de tolerância para a queima de palha, que no resto do Estado vai até 2016.

Nada contra o progresso ou a “atividade sucroalcooleira”, dizem os promotores. Eles só querem respeito.

**\* É jornalista e editor do site O Eco ([www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br))**

**BM&F vai negociar créditos de carbono** - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/08/2007

Primeiro leilão está marcado para setembro e deve ajudar a regulamentar o comércio desses títulos no Brasil

A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) fará, no dia 26 de setembro, o primeiro leilão público de créditos de carbono do mundo desde que esse mercado entrou em vigor, com a ratificação do Protocolo de Kyoto, em fevereiro de 2005. A Prefeitura de São Paulo

fará a oferta de créditos correspondentes a 808.450 toneladas de gases de efeito estufa que deixaram de ser lançados na atmosfera, com a expectativa de atrair recursos da ordem de R\$ 30 milhões.

Os títulos que serão negociados na BM&F têm como base o projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia. Desde 2003 está em operação uma termoeletrica no aterro Bandeirantes, que transforma o gás metano proveniente do lixo em energia elétrica. A empresa Biogás, sócia do projeto com a prefeitura de São Paulo, já havia realizado uma primeira venda de créditos provenientes do aterro. Foram 1 milhão de toneladas de carbono negociadas com o banco alemão KfW. 'A venda do primeiro lote de créditos foi bem-sucedida. Agora, a tecnologia de captação e queima do metano será implementada em outros aterros sanitários, e para isso vamos conversar com o BNDES e a iniciativa privada', diz Walter Aluísio Rodrigues, secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Finanças.

### **NOVA FASE**

A negociação dos créditos de carbono da Prefeitura de São Paulo na BM&F marca uma nova fase nesse mercado, que deve ser regulado em breve e tem potencial para movimentar US\$ 1,2 bilhão até 2012 no Brasil, segundo levantamento do BNDES. 'O leilão formaliza a abertura desse mercado no País, por ser a primeira operação a ser realizada em uma bolsa reguladora de futuros', diz Guilherme Fagundes, superintendente de projetos especiais da BM&F.

Até então, as empresas negociavam seus títulos com intermediários - geralmente fundos ou bancos europeus e japoneses - que, por sua vez, vendiam os créditos às empresas interessadas em compensar sua poluição. 'A entrada da Bolsa nesse mercado vai estimular um marco regulatório para o comércio de créditos de carbono no País', diz Fagundes.

Atualmente o Brasil tem cerca de 230 projetos em análise pelo comitê executivo da ONU que trata da questão. Uma vez aprovados os projetos, as empresas podem começar a oferecer seus créditos no mercado.

O Grupo Balbo, de Sertãozinho (SP), dono da marca de açúcar orgânico Native, fechou este ano um contrato de antecipação de recebíveis com o banco ABN Amro referente à venda de 111 mil toneladas de carbono para uma empresa japonesa. O grupo gera 32 MW de energia a partir do bagaço da cana e deve receber em torno de 1,5 milhão com a venda dos créditos. 'Vamos fazer novas ofertas. Esse mercado vai crescer', diz Clésio Balbo, diretor-financeiro do Grupo Balbo.

**Para UE, etanol não pressiona alimentos** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007

Produção menor, clima ruim e maior demanda seriam os motivos da alta

A Comissão Europeia nega que a alta nos preços dos alimentos nos últimos meses nos países ricos esteja sendo causada pelo incremento da produção do etanol no mundo. Desde o primeiro semestre, o mercado europeu tem visto um aumento nos preços do leite, pão, carnes e cereais, por exemplo.

Bruxelas, porém, pede que os consumidores continuem comprando os produtos na região, insinuando que nem sempre os importados - como os do Brasil - seguem os padrões de saúde animal e de meio ambiente da Europa.

Empresários, organizações internacionais e autoridades apontaram o etanol como o responsável pela elevação dos preços. Até a Nestlé, maior fabricante de alimentos do mundo, tem essa opinião. O etanol estaria desviando terras destinadas à produção de alimentos para cultivos que vão para as usinas de combustível, como milho, trigo ou cana.

Para a comissária de Agricultura da União Europeia (UE), Mariann Fischer Boel, o motivo da alta não é o biocombustível. 'Mais significativo que isso é a queda de produção em várias partes do mundo, o clima inadequado na Europa e a maior demanda do leste da Ásia.' Segundo ela, o impacto do etanol nos preços é apenas 'marginal'.

Para Bruxelas, as variações de preços ainda ocorrem por causa das forças do mercado, o que prova que as reformas nos subsídios europeus estão ocorrendo e que os fazendeiros terão de ser mais produtivos para responder às novas condições.

A comissária admite que a alta vem afetando os consumidores. Só o leite teve aumento de 8% em um mês. Ela não deixa de insinuar, porém, que parte do aumento pode estar vindo dos supermercados, que aproveitam a situação para cobrar mais do que seria necessário. 'A contribuição de produtos agrícolas não processados no preço final de alimentos como o pão é relativamente pequena. Portanto, espero que os supermercados tomem atitudes responsáveis.'

No caso da carne, a representante da UE reconhece que os produtores podem sofrer com a alta de alguns preços, não só na Europa. 'Produtores de carne suína e de frango de todo o mundo estão sendo afetados pelos altos preços dos cereais, mesmo para competidores com baixos custos, como o Brasil.'

**RISCO PARA AS USINAS** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007

A decisão da Justiça de suspender as queimadas de palha da cana na região de Jaú (SP) começa a trazer preocupação para o setor. Para o presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Marcos Jank, existe o risco de atrapalhar a safra, podendo até ocasionar a paralisação de usinas.

**MECANIZAÇÃO** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007

Ontem, durante o 6º Congresso Brasileiro de Agribusiness, promovido pela Abag, em São Paulo, Jank afirmou que "vai haver a mecanização" na colheita da cana, mas o processo "tem de acontecer no tempo certo". O presidente da Unica ainda acrescentou: "Não tem máquina fácil para comprar".

**ÁLCOOL DE CELULOSE** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007

A Petrobras prevê que possa iniciar a produção em larga escala comercial de álcool de lignocelulose (a partir da palha e do bagaço de cana) entre 2015 e 2020, segundo o gerente de novos negócios do abastecimento corporativo da companhia, Gilberto Ribeiro de Carvalho.

**RENTABILIDADE MENOR**– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007

A rentabilidade da cana no Paraná está perdendo para a soja e para o milho. Segundo o presidente da Cocamar e diretor da Abag, Luiz Lourenço, a rentabilidade da soja e do milho está três vezes maior que a da cana. "Quem arrendou terra se arrependeu", disse ele.

**Biocombustíveis para os pobres** – José Graziano da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 31/08/2007

O TÍTULO deste artigo remete a outro escrito pelo diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, publicado em 15 de agosto de 2007 no jornal "Financial Times" ("Biocombustíveis deveriam beneficiar os pobres, não os ricos"). A frase resume a visão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação sobre os biocombustíveis e aponta em que direção vai o seu esforço. Um esforço que não pode ser só da FAO.

Por isso, em seu artigo, Diouf convocou a realização de uma conferência mundial para debater a bioenergia. O presidente Lula será um dos muitos chefes de Estado -o esforço deve incluir também autoridades públicas, acadêmicos e toda a sociedade- que irão participar do evento marcado para junho do próximo ano, em Roma (Itália).

Um dos temas centrais do encontro será como disciplinar o mercado internacional de bioenergia. Hoje, cada país faz as próprias regras. Nos Estados Unidos, por exemplo, a produção de álcool de milho recebe mais de US\$ 7 bilhões anuais em diversas formas de apoio, como subsídios aos produtores do Meio-Oeste e incentivos fiscais.

A FAO alerta que, continuando assim, no futuro, serão os países desenvolvidos que se beneficiarão da produção de bioenergia e, com barreiras tarifárias e não tarifárias, impedirão o acesso ao mercado de outros países, como o Brasil, capazes de produzir álcool a partir da cana-de-açúcar a custos muito menores, como já fazem hoje com produtos como suco de laranja, carne e algodão.

É o uso subsidiado de grãos para a produção de biocombustível que, literalmente, alimenta as justificadas críticas de que, mantido o sistema protecionista atual, ela não ajudará a reduzir a pobreza. Isso só acontecerá se os pequenos agricultores dos países pobres -especialmente da África e América Latina, que representam mais da metade dos miseráveis do mundo- puderem participar do mercado emergente da agroenergia, produzindo para consumo próprio e exportando aos países desenvolvidos. A produção do etanol a partir de milho também ameaça a segurança alimentar, já que o grão é parte essencial na dieta de milhões de pessoas.

A tortilha à base de milho com feijão, por exemplo, representa 40% das proteínas consumidas pelos mexicanos. As importações de milho do México e da América Central passam de US\$ 1 bilhão por ano -em grande parte, atendidas pela venda subsidiada dos EUA, prática que inibe a produção local e renova a dependência alimentar. Dependência que pode se tornar insegurança alimentar com o aumento de preço e a ameaça de que parte significativa da produção de milho não se destinará mais ao consumo humano, e sim à produção de etanol.

Para que a produção de agroenergia possa beneficiar os pobres, e não só os ricos, Diouf propõe três políticas.

A primeira é reduzir as barreiras contra o etanol. O produto brasileiro feito a partir da cana-de-açúcar, por exemplo, é taxado em US\$ 23 o barril pelos Estados Unidos. A segunda política sugerida busca assegurar que os agricultores familiares possam se organizar em associações e cooperativas para produzir e processar a matéria-prima e comercializar a bioenergia.

Por último, Diouf defende a certificação ambiental da bioenergia. No escritório regional da FAO para a América Latina e Caribe, vinculado à sede da organização em Roma, acreditamos que podemos ir ainda mais longe do que as políticas sugeridas em nível mundial pelo diretor-geral, pedindo, por exemplo, a certificação social do biocombustível. Esse é, na minha opinião, o "calcanhar de Aquiles" do álcool brasileiro. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, um bóia-fria ganha hoje praticamente o mesmo que ganhava no final dos anos 60, antes de existir o Proálcool. A diferença é que, em vez de cortar de duas a três toneladas de cana, hoje ele tem que cortar de oito a dez toneladas -às vezes, até mais. Com isso, o esforço físico do trabalhador, que sempre foi extenuante, aumentou de tal maneira que já levou à morte por exaustão dezenas de bóias-frias no Brasil.

Com as políticas propostas por Diouf, o mundo poderia aumentar o percentual na sua matriz energética de fontes limpas e renováveis de energia, produzidas com respeito ao meio ambiente e com trabalho digno e incluindo os agricultores pobres. E a América Latina

pode ter um papel relevante nessa nova matriz. Para cada hectare agricultável na região há outro não utilizado. Área suficiente para conciliar a segurança alimentar e a expansão da agroenergia.

**JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**, 57, professor licenciado de economia agrícola da Unicamp, é representante regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para América Latina e Caribe. Foi ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003-04).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br) - Texto Anterior: [Frases](#)

### **Governo quer controlar todo o setor de álcool – O Globo – Capa – 26/08/2007**

Projeto do governo, a ser enviado ao Congresso em setembro, prevê o controle de todo o setor de álcool e biocombustíveis, desde a produção até a exportação, dando mais poder à ANP. A intervenção numa área onde há 300 empresas deve favorecer o plano da Petrobras de ser um negociador mundial de álcool, revela JOSÉ CASADO. Página 39

### **A mão pesada do Estado chega ao setor de álcool - José Casado – O Globo – Economia – 26/08/2007**

Governo decide controlar produção de biocombustíveis, equipará-los ao petróleo e intervir até nas exportações O governo decidiu controlar toda a cadeia produtiva de álcool e outros biocombustíveis — a produção, o transporte, a exportação e a importação.

E vai enquadrar a indústria no mesmo regime jurídico reservado na Constituição para o setor de petróleo.

Mudanças estão previstas na legislação de petróleo (lei 9.478, de 1997) e de abastecimento de combustíveis (lei 9.847, de 1999), com aumento do poder e das atribuições da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A agência passaria a ser responsável pela regulação e autorização das atividades de produção, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, importação e exportação de álcool.

O Ministério de Minas e Energia e a Casa Civil da Presidência da República concluíram o texto das novas regras — um projeto de lei, já referendado pela Fazenda e pela Agricultura. A previsão é que seja enviado ao Congresso em setembro.

Essa intervenção governamental em um segmento da economia onde atuam mais de 300 empresas privadas é entendida com um objetivo político claro: privilegiar a Petrobras e favorecer seu plano de se transformar em um importante negociador mundial de álcool combustível no fim desta década.

#### **Indústria teme uma ‘alcoolbrás’**

Percebe-se no setor privado o temor de uma extensão do virtual monopólio consolidado pela estatal sobre petróleo e derivados, com o nascimento de uma espécie de “alcoolbrás”. O Ministério de Minas e Energia evita comentar.

A disposição do governo de intervir em toda a cadeia produtiva de etanol é significativa e pode ser avaliada pelas normas (artigos 5º e 6º do projeto) que estabelecem a possibilidade de “suspensão temporária, total ou parcial, de autorizações” de importações e



exportações de álcool combustível, em caso de risco de desabastecimento no mercado interno.

— Estender o monopólio da Petrobras ao setor do etanol constitui um grave erro, uma intervenção excessiva, camisadeforça para uma estrutura industrial que é diferente do setor de petróleo — comenta Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE). Ele acrescenta: — O que existe por trás disso é um grande projeto político em torno da Petrobras. É para entregar-lhe o controle e a propriedade de toda infraestrutura, a partir do transporte, os dutos, que hoje o setor privado não tem condições de fazer sozinho. E eles são essenciais, tanto para exportar quanto para abastecer o mercado interno.

### **Governo debate com empresas**

Na semana passada, em Brasília, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, discutiu o projeto com dirigentes da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), entidade que representa os interesses das indústrias privadas de álcool e açúcar.

Os representantes das empresas demonstraram surpresa com a dimensão do plano de intervenção estatal. Há meses negociavam com o governo uma lei básica para biocombustíveis, como forma de evitar a edição de normas legais esparsas sobre o setor.

Reagiram, informando à ministra a determinação de recorrer aos tribunais.

Alegaram que a decisão do governo de enquadrar a indústria de biocombustíveis no mesmo regime jurídico criado para o setor de petróleo constitui uma “violação” dos limites de intervenção do estado na economia privada.

A atividade petrolífera (da pesquisa e lavra à distribuição de derivados de petróleo) obedece a regras constitucionais excepcionais e restritivas — argumentaram. Ou seja, esse regime jurídico não seria aplicável a toda a cadeia produtiva de etanol, que funciona em livre mercado, e a uma indústria que foi desenvolvida sob livre iniciativa. Nessa perspectiva, o projeto governamental equivaleria a “uma emenda constitucional pela porta dos fundos”.

Um dos aspectos discutidos foi o clima de impasse jurídico existente sobre a expansão da malha nacional de

dutos para transporte de gás natural. Na visão dos produtores de álcool, essa insegurança simplesmente seria estendida ao segmento de transporte dos biocombustíveis, caso sejam equiparados ao gás, petróleo e derivados.

— O controle da movimentação e do transporte é o ponto central para a expansão da Petrobras no setor — observa Adriano Pires, do CBIE.

Como não existe produção sem logística e, nessa área, o investidor são os produtores, a companhia estatal entra no jogo do etanol em posição favorecida em relação ao restante da indústria. Já anunciou US\$ 1,5 bilhão de investimentos em dutos e na produção para exportação. Prevê-se que exporte cerca de 500 milhões de litros de álcool até o ano que vem. E avance para 4,75 bilhões de litros em 2012 — com crescimento médio anual nos embarques de 45,5%, nesse período.

Outra divergência relevante apresentada pela Unica à Casa Civil foi sobre o item do projeto governamental que estabelece o controle dos contratos empresariais. Isso existiria porque o Estado, via ministérios e a ANP, pode decretar a suspensão total ou parcial — temporária — das autorizações de importações e exportações.

Além de restrição subjetiva e inócua do ponto de vista industrial, pois as usinas de álcool podem facilmente migrar para a produção de açúcar — e vice-versa —, alegouse na reunião que, na prática, a medida teria efeitos prejudiciais imediatos sobre os planos de

investimentos do setor, estimados em US\$ 4 bilhões para 56 novas usinas privadas, quase todas voltadas à exportação.

O governo, na reunião, exibiu consenso interno (quatro ministros referendaram o projeto final) e firme convicção nas suas propostas de controle da cadeia produtiva do etanol. Mas Marcos Sawaya Jank, presidente da Unica, acha que ainda resta espaço para negociação. Em nota enviada ao jornal, argumenta: “Desde 2003, o setor de açúcar e álcool tem vivenciado um círculo virtuoso embalado, no mercado interno, pelo veículo flexível e por uma crescente demanda externa pelo etanol. Nesse período, tem prevalecido o livre mercado com mecanismos mínimos de regulação que têm funcionado, embora com alguns problemas relacionados, principalmente, à volatilidade de preços do produto”.

Continua: “O que se coloca a partir de agora é a discussão de um novo período de expansão até 2015 (100 novos projetos estão em curso), centrado no desenvolvimento mais acelerado do mercado externo e de um mercado interno cada vez mais dominado pelo carro flexível.

É para esse novo ciclo —prosegue — que o governo e o setor privado estão empenhados numa discussão de instrumentos de regulação para dar segurança aos consumidores internos e externos e aos investidores na produção e na logística. Trata-se de um processo recém-iniciado e que haverá de ser construído de forma a garantir a sustentabilidade dessa importante e estratégica atividade econômica”.

### **Etanol: Lula ouve queixas de condições de trabalho - Chico de Gois – O Globo – Economia – 30/08/2007**

BRASÍLIA. Depois de chamar os usineiros de heróis e de se tornar garoto-propaganda do etanol mundo afora — vendendo a idéia de que o produto vai ajudar a reduzir a pobreza — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem representantes dos trabalhadores do corte e produção da cana. E ouviu que a idéia de que o etanol como solução, nos termos atuais, só beneficia os donos das terras.

Os trabalhadores, conforme destacaram os sindicalistas que se encontraram com o presidente, continuam vivendo em condições precárias, com casos de escravidão e até morte por trabalho excessivo. Amanhã, Lula poderá encontrar os usineiros.

O governo deve realizar um fórum para discutir o assunto.

O presidente da Contag, Manoel José dos Santos, cobrou um marco regulatório para a expansão da cana: — Sem isso, corremos o risco de acabar com a agricultura familiar.

Ele propôs que o BNDES condicione empréstimos aos empresários do setor a certas garantias trabalhistas.

Santos criticou ainda Lula por fazer discursos que agradam sempre ao público para o qual fala: — O governo, para fazer propaganda, sempre faz o que o setor (usineiro) quer ouvir.

O sindicalista observou que, quando se dirige aos trabalhadores, o presidente utiliza jargões como “você podem reivindicar o que quiserem neste governo”. Daí a atender os pedidos, segundo Manoel, “é outra coisa”. Para ele, ao dizer que os movimentos podem reivindicar, Lula dá a entender que não o estão fazendo:

— A declaração do presidente de que os usineiros são heróis foi extremamente equivocada.

Ele não precisava ter dito a frase.

## **Agricultores familiares e entidades articulam rede sobre biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MDA – 27/08/2007**

Os biocombustíveis foram tema de um seminário realizado nesta segunda-feira (27) no Pavilhão da Agricultura Familiar da 30ª Expointer, em Esteio (RS). O delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Rio Grande do Sul, Nilton de Bem, conduziu o debate, que reuniu agricultores e suas entidades representativas, pesquisadores, organizações não-governamentais (ONGs), prefeituras e empresas ligadas à cadeia produtiva.

De acordo com o delegado, o principal objetivo do encontro é iniciar uma rede de informações sobre os diversos aspectos que envolvem os biocombustíveis, desde a produção da matéria-prima até a comercialização. “Existe uma procura muito grande pelo tema. O Governo Federal vem desenvolvendo ações específicas, como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e o fomento ao etanol. Esse ambiente tem propiciado intenso debate e é por isso que estamos tomando a iniciativa de formar essa rede”, explica.

Dentre os aspectos que devem ser ampliados nas discussões que serão fomentadas destacam-se: os sistemas produtivos para elaboração da matéria-prima e sua aptidão, os custos envolvidos no processo e as tecnologias de mecanização, dentre outros. “O sucesso sustentável só é possível se os custos forem compatíveis com o mercado”, frisou o delegado.

Para isso, a Delegacia Federal do MDA no estado está estudando a elaboração de um portal na Internet, que deverá reunir todas as informações pertinentes ao tema. Já foi criado, também, um endereço eletrônico para a troca de informações entre os interessados no assunto: [dfda.bio@mda.gov.br](mailto:dfda.bio@mda.gov.br).

### **Agregação de valor**

O biocombustível gera um mercado produtivo de óleos finos e de valor elevado. Vinte e cinco por cento da cadeia do biodiesel no estado, segundo Nilton de Bem, é formada por agricultores familiares.

As cadeias produtivas do álcool também estão em expansão no Rio Grande do Sul. A precursora nessa produção é a Coopercana, uma cooperativa constituída por cerca de cinco mil agricultores familiares e adquirida com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do MDA.

### **Políticas do MDA**

A implementação de políticas específicas pelo MDA, como o Pronaf e a promoção de assistência técnica e extensão rural, tem sido fundamental para a consolidação da cadeia produtiva dos biocombustíveis.

Somente para o Rio Grande do Sul estão sendo destinados R\$ 2,4 bilhões para os agricultores familiares no Plano Safra 2007/2008. O valor para esta safra é 85% maior do que o repassado em 2006/2007. Com o atual recurso, a meta da Delegacia Federal do MDA/RS é fechar 400 mil contratos nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização.

### **Produção sustentável**

O ex-ministro do Desenvolvimento Agrário e atual consultor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Miguel Rossetto, que participou da mesa de debates, salientou que desde o início o Programa Nacional de Produção e Uso

do Biodiesel foi pensado com o intuito de incorporar o componente social em suas diretrizes.

“A sustentabilidade econômica, ambiental e social são premissas do programa”, afirmou. “É dentro dessa perspectiva e visando à distribuição de renda no meio rural brasileiro que a produção de biocombustíveis está inserida”. Rossetto ainda falou sobre a necessidade de se aperfeiçoar o marco regulatório do programa. “Temos de pensar em uma adequação institucional que garanta que essas premissas possam ser bem respondidas”, disse.

Na opinião do dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado (Fetag-RS), Sérgio de Miranda, o avanço dos biocombustíveis não deve ser excludente. “Há espaço para as duas situações: produção em grande escala e também para consumo próprio, para uso na lavoura”, exemplificou. Miranda qualificou a pesquisa e a assistência técnica como grandes aliados da cadeia produtiva.

### **Pesquisa e tecnologia**

O chefe de pesquisa e desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Clima Temperado, Clênio Pillon, informou que no Rio Grande do Sul duas culturas estão sendo utilizadas como matérias-primas para a produção do biodiesel: a mamona e o girassol. Ele destacou que a criação da Embrapa Agroenergia, nova unidade que coordena todas as ações do órgão voltadas para as energias alternativas, demonstra a importância do tema.

Segundo Pillon, três agendas – estratégica, mercadológica e social – estão guiando o desenvolvimento de ações da Embrapa voltadas aos biocombustíveis.

### **Risco do etanol está associado ao modelo de produção - Maurício Hashizume – Sítio Eletrônico do MST – 16/08/2007**

A euforia que cerca a produção de biocombustíveis é vista com desconfiança pelos povos da floresta. Aos olhos de Júlio Barbosa de Aquino, do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), aquilo que se apresenta como uma oportunidade excepcional para o Brasil diante da demanda internacional por alternativas energéticas menos poluentes é mais uma "ameaça" ao modo de vida das populações tradicionais. "Para nós, o avanço do etanol representa um risco muito grande. Assim como a soja, que continua pressionando as fronteiras da Amazônia".

A reação de Júlio à expansão das monoculturas expõe o lado mais frágil da proposta de consolidação de um mercado internacional do etanol, que faz brilhar os olhos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de poderosos investidores do agronegócio e de grandes pólos consumidores de energia - como Estados Unidos, Japão e União Européia. Vozes que destoam como a do seringueiro revelam que o desafio da sustentabilidade não se resume apenas ao combustível que queima nos motores dos automóveis. Começam com a regularização fundiária e dependem fundamentalmente de um novo padrão de produção que seja socialmente mais justo e ambientalmente mais equilibrado.

No último dia 30 de junho, o grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) libertou 1108 trabalhadores em situação análoga à de escravos na fazenda da Pagrisa (Pará Pastoral Agrícola S.A), em Ulianópolis (PA), única propriedade

daquele estado que cultiva cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível e açúcar. De acordo com pesquisas do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), realizadas a partir de dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), monitorado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o município de Ulianópolis ficou em quinto lugar entre os que mais desmataram durante o ano de 2006 no Estado do Pará, com 165 quilômetros quadrados de área devastada. Em número de queimadas, atividade característica da cultura sucroalcooleira, Ulianópolis aparece no terceiro posto (veja quadro abaixo) entre municípios paraenses na aferição a partir do satélite NOAA-12, uma das principais referências utilizadas por pesquisadores da área.

#### **Veja quadro abaixo]**

A área de 11,6 mil hectares de plantações de cana-de-açúcar da Pagrisa é mais uma das provas de que a monocultura para produção do etanol já está instalada na Amazônia Legal. No mesmo ano de 2006, a fazenda com sede em Ulianópolis produziu 720 mil toneladas de cana, que renderam 52 milhões de litros de álcool e 106 mil sacos de açúcar. A própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), contabilizou um total de produção de 19 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, somando fazendas nos estados do Mato Grosso, de Tocantins, do Maranhão, de Amazonas e do Pará. Isso sem contar a produção da agroindústria Álcool Verde, do Acre, que já se estende por mais de 2 mil hectares ao longo da BR-317.

"É mentira que a cana-de-açúcar não se adapta ao ambiente amazônico", salienta Sérgio Nunomura, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Ele destaca, por exemplo, a existência das plantações de cana em Itacoatiara (AM) e Presidente Figueiredo (AM). Nesse sentido, a pesquisa "Produção do etanol: uma opção competitiva para o aproveitamento de áreas alteradas no Leste do Pará", elaborada pelo Pólo Nacional de Biocombustíveis da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) no ano passado, a pedido do governo estadual do Pará, joga mais água no moinho ao discriminar uma extensão de 9 milhões de hectares com potencial para o plantio de cana, depois de pesquisas sobre itens como clima, solo e estimativas de custos. Para se ter uma idéia, a área plantada hoje em todo Brasil abarca cerca de 6,6 milhões de hectares.

Entre as vantagens competitivas para a exportação, a disponibilidade de uma infraestrutura logística, a remuneração da mão-de-obra (cerca de 35% inferior à de São Paulo) e os preços mais atrativos das terras são alguns dos diferenciais favoráveis da região. A decisão de proibir o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia foi reiterada pelo presidente Lula na Conferência Internacional de Biocombustíveis, no mês passado, realizada em Bruxelas. O anúncio provocou reações da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa) e do deputado federal Jader Barbalho (PMDB-PA), que enviou ofício justamente ao presidente da República, "declarando que as populações amazônicas não podem aceitar passivamente as imposições da comunidade internacional, através de organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas, de forma a engessar economicamente a região", segundo informações disponibilizadas no site da Faepa pela assessoria de imprensa da entidade.

#### **Pequenos produtores**

Em contraste com a reverberação dada ao potencial para a produção do etanol nas áreas degradadas do Leste da Amazônia, o capítulo do mesmo estudo da Esalq sobre modelos de produção que integram pequenos e médios produtores, assinado por Luiz

Fernando Satolo, não mereceu tanta atenção. "Durante a década de 70, em um cenário de tendências à inflação e a problemas no Balanço de Pagamentos - devido aos sucessivos choques do petróleo - foi criado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Em sua origem, o programa serviu preferencialmente aos plantadores de cana-de-açúcar, aos produtores industriais e à indústria montadora de automóveis: dos quase um milhão de empregos gerados, a maioria ocorreu sob a forma subempregos - mal remunerados, sazonais e de alta periculosidade", descreve o estudo.

O pesquisador lembra que a produção de cana - tanto para álcool como para açúcar - está ancorada em ganhos de escala. "Os pequenos produtores dificilmente entram por causa dos custos de produção e pelo tamanho de suas terras. Para competir neste mercado, é preciso muita organização social", condiciona. De acordo com ele, a intervenção do poder público é indispensável para fortalecer o cooperativismo e outras formas organizacionais entre esses pequenos produtores e capacitá-los nos diversos estágios produtivos.

"O atendimento das demandas sociais não virá do mercado", continua Luiz Fernando, que aposta também na certificação de produtos Fair Trade (Comércio Justo) como espaço de inserção da produção originária de pequenos produtores. Ele cita o selo social do biodiesel concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como um exemplo a ser seguido e observa que, conforme o grau de adaptabilidade para cada região do país, outras variedades para a produção de biocombustíveis como o dendê e a palma também podem incentivar a criação de empregos. "Você gera um emprego por duzentos hectares de soja, um emprego por dez hectares de dendê. E tendo todos esses critérios em vista, além dos critérios tradicionais do custo-benefício, é que deveriam ser tomadas as medidas para autorizar ou não autorizar tais ou tais projetos de expansão da produção da bioenergia. E ainda entra em conta o problema da desnacionalização de um setor da economia que, bem ou mal, era 100% nacional. Hoje empresas internacionais estão comprando e instalando usinas... Onde vamos parar neste processo?", questiona o socioeconomista Ignacy Sachs, uma das figuras mais respeitadas quando o assunto é sustentabilidade, em entrevista à Carta Maior.

"Por enquanto, o que vale é a lei do mercado. A única saída é criar uma alternativa econômica que mantenha a floresta em pé. O poder público deveria estimular alternativas econômicas sustentáveis, com vistas ao desenvolvimento regional com inclusão social, como atividades extrativistas de pequeno porte", ressalta Sérgio Nunomura, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Essa é a essência do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) Socioambiental, uma das reivindicações da Aliança dos Povos da Floresta, que reúne entidades como o CNS de Júlio Barbosa, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). "Existem várias possibilidades como os pescados - para consumo alimentar e ornamentais - no Amazonas, mas nenhuma delas geram escala. Ou seja, não enriquece. E todo mundo quer enriquecer", anota, pedindo o aperfeiçoamento de instrumentos de compensação pelo mercado de carbono como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Se o mercado se tornar muito atrativo, essas práticas que geram renda também podem acabar provocando problemas decorrentes da concentração populacional desordenada. "As alternativas sustentáveis também têm um certo limite".

### **Mudança de paradigmas**

Na opinião de Marcelo Acuña Coelho, consultor do setor sucroalcooleiro e editor do blog ethanolbrasil, uma regulamentação geral do setor por parte do Estado está no cerne da superação de pelo menos quatro paradigmas distintos. Primeiro, a forma de tratamento dos

cortadores de cana, defende o consultor, precisa mudar para garantir melhores condições de trabalho (Leia entrevistas: Pesquisador prega extinção do trabalho por produção e Especialista associa sucesso do etanol à pressão sobre cortador). "Eles não são tratados como deveriam ser. É preciso qualificá-los para uma produção mecanizada. Isso agrega valor para o país e para ele próprio".

Outro paradigma que precisa ser superado, segundo Marcelo, é o ambiental. "Há um alarde exagerado principalmente na mídia, mas é verdade que existe uma ameaça ambiental indireta [por causa da expansão da cana] que precisa ser levada em consideração", admite. O padrão logístico é outro "gargalo" apontado pelo consultor da área, para quem o preço dos produtos brasileiros acaba "encarecendo" por causa dessa deficiência. A definição de dispositivos e normas para a garantia de aproveitamento dos mercados internos e externos (como a formação de estoques estratégicos) aparece na lista de Marcelo como complemento à melhoria dos outros padrões.

### **Mercado**

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, já declarou que a estatal energética aceita uma regulamentação para o etanol, principalmente para atender as necessidades de proteção dos trabalhadores e do meio ambiente. A estatal, por meio da Transpetro, trava uma das disputas mais acirradas do setor com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) em torno da construção de dutos que transportarão álcool das regiões produtoras - Interior de São Paulo, Triângulo Mineiro e pontos da Região Centro-Oeste, até os portos do litoral, passando pela Refinaria de Paulínia (Replan).

O setor sucroalcooleiro está em polvorosa. Projeções do mercado estimam que a soma de aplicações deve chegar a US\$ 19 bilhões até 2012. Apenas os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devem chegar a R\$ 10 bilhões ao longo deste mesmo período. O Banco Mundial (Bird) mantém uma reserva de US\$ 997 milhões para o financiamento de projetos na área de biocombustíveis. O Banco Europeu de Investimentos (BEI), instituição financeira da União Européia (UE), também reservou € 3 bilhões para apoiar projetos que contribuam para sustentabilidade energética fora do próprio continente. Para a Unica, a produção de álcool pode aumentar em 114% nos próximos cinco anos. Marcelo explica que, independentemente das negociações internacionais, ainda existe um espaço enorme a ser ocupado no próprio mercado interno. "Todo mundo quer ter um carro flex", emenda. Os automóveis movidos tanto a gasolina como a álcool representam 83,6% das vendas de novos, mas compõem apenas 12% da frota nacional.

A produção de plástico a partir da cana-de-açúcar também atrai os tubarões do mercado. A Dow Chemical, dos EUA, maior fabricante mundial de resina de polietileno anunciou que deve dividir um investimento de US\$ 2 bilhões dividido com a brasileira Crystalsev. O complexo industrial de plástico "verde"- especialistas apontam que até 70% da produção de plástico a partir do petróleo pode ser substituído pela cana - será construído a partir de 2008 e começará produzindo 350 mil toneladas ao ano de polietileno a partir de 2011. Primeiro presidente do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade), o advogado Ruy Coutinho fez um estudo recente em que o setor do etanol aparece como um dos mais suscetíveis à concentração por meio de fusões e aquisições.

### **Polêmica dos alimentos**

Em artigo recente intitulado "Necrocombustíveis", o escritor Frei Betto lembrou que os preços agrícolas ficarão acima da média dos últimos 10 anos. "Os grãos deverão custar de 20% a 50% mais. No Brasil, a população pagou três vezes mais pelos alimentos no

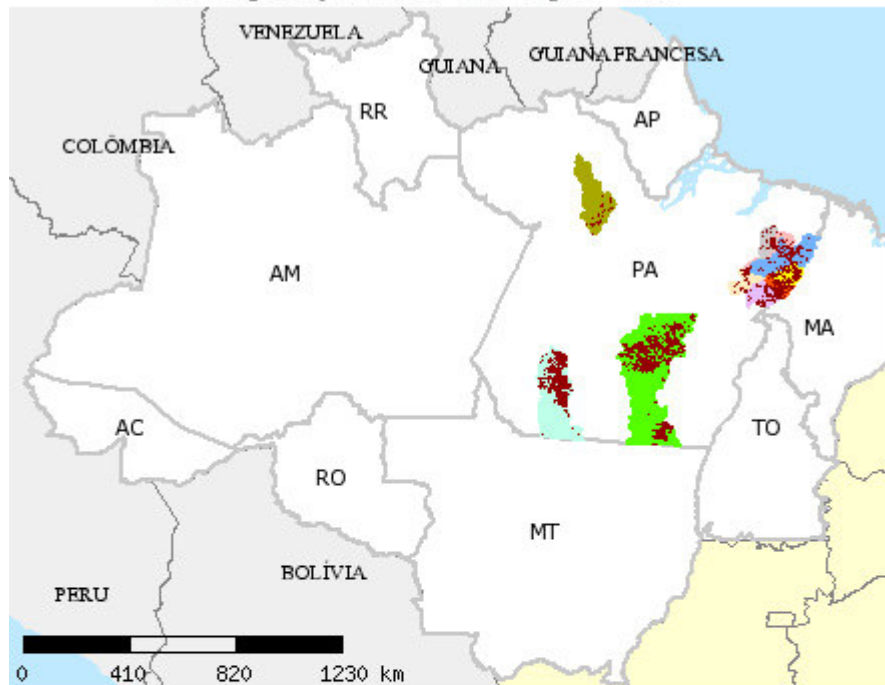
primeiro semestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2006", ilustra no texto. E alfineta: "Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis". O principal economista do Fundo Monetário Internacional (FMI), Simon Johnson, também avalia que os preços dos alimentos têm subido mais que o esperado em muitos países, em parte devido à mudança na produção para o etanol.

Existem evidências de que o flagelo da fome não se dá pela falta de produção de alimentos (mas da concentração de renda que avilta o direito básico à alimentação dos pobres ao redor do mundo). Esse, aliás, tem sido o argumento do presidente Lula contra aqueles que classificam o biocombustível como ameaça ao abastecimento de gêneros alimentícios. Mas também não há como ignorar o fato de que não haverá ciclo virtuoso e ganho socioambiental real se a riqueza gerada pela febre do etanol não for distribuída.

Neste contexto, emerge a posição defendida por Ignacy Sachs, na mesma entrevista à Carta Maior. Ele sublinha a importância do conceito de "revolução duplamente verde". "Tivemos a primeira revolução verde, que vocês [no Brasil] chamam aqui de agricultura produtivista. A produtividade aumentou muito, mas aumentou através do ganho por insumos de agrotóxicos, fertilizantes e dispêndio de capital. E, num dado momento, a gente andava dizendo que a revolução verde ajuda aqueles que não precisam ser ajudados, porque já têm aquele capital que permite entrar na produção, marginalizando os pequenos. Daí surgiu o conceito da revolução duplamente verde. Um dos grandes teóricos desta revolução é o agrônomo indiano mundialmente conhecido M. S. Swaminathan [presidente da Comissão Nacional para Segurança na Agricultura, Alimentação e Nutrição na Índia], que diz: maior produtividade, total respeito à natureza e orientada para o agricultor familiar. E o Brasil tem condições, mais do que qualquer outro do mundo, de avançar neste caminho".



### Ranking de Queimadas - Municípios - 2007



Posição		Nome	Focos
1°	Orange square	Dom Eliseu - PA	109
2°	Blue square	Paragominas - PA	106
3°	Yellow square	Ulianópolis - PA	56
4°	Pink square	Ipixuna do Pará - PA	48
5°	Purple square	Rondon do Pará - PA	44
6°	Light green square	Novo Progresso - PA	27
7°	Grey square	Tomé-Açu - PA	25
8°	Tan square	Goianésia do Pará - PA	23
9°	Brown square	Monte Alegre - PA	23
10°	Green square	São Félix do Xingu - PA	22

Fonte: Imazon

## **Fórum da cana divulga carta aberta em seu encerramento – Sítio Eletrônico do MST – 24/08/2007**

O I Fórum regional sobre a expansão da monocultura da cana: "cenários e tendências para o Pontal do Paranapanema", que aconteceu entre 21 e 23 de agosto, encerrou suas atividades com a divulgação de uma carta aberta à sociedade. O Fórum aconteceu em Presidente Prudente, região do Pontal do Paranapanema, oeste de São Paulo.

O objetivo do I Fórum da Cana foi discutir as implicações trazidas pelo aumento do cultivo da cana-de-açúcar para a produção de combustível e proporcionar à sociedade do Pontal do Paranapanema uma reflexão sobre as conseqüências geradas pelas Usinas Agro-açucareiras.

Entre essas conseqüências estão a superexploração do trabalhador no corte da cana, a substituição de outras culturas pela cana-de-açúcar, a contaminação de mananciais, a destruição das matas ciliares e as queimadas.

### **Atividades**

Durante os três dias do evento foram realizadas cinco mesas temáticas, constituídas por palestrantes de diversos segmentos que tratam do assunto. Entre os temas de debate estiveram: a expansão do agronegócio, a questão dos trabalhadores, migração, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e Reforma Agrária.

A atividade foi realizada através de uma parceria entre o MST, o Centro de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva, a Comissão de Instalação das Ações Territoriais, a Associação Brasileira de Reforma Agrária e o projeto Balcão de Direitos "Cidadania e Direitos Humanos para o Pontal do Paranapanema", da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Leia abaixo a Carta aberta à sociedade, produzida durante o Fórum.

### **CARTA DO PONTAL DO PARANAPANEMA**

Nós, movimentos sociais e sociedade civil organizada, reunidos nos dias 21, 22 e 23 de agosto, no "Fórum regional sobre a expansão da monocultura da cana: cenários e tendências para o Pontal do Paranapanema", após intensivas discussões, vimos nos manifestar contrários ao avanço do monocultivo e da agroindústria canavieira como proposta de desenvolvimento do capital nacional, estrangeiro e do Estado para essa região e para o país.

Na história do Brasil vivenciamos a aliança entre usineiros e Estado (governos federal e estadual), com o propósito de garantir os privilégios dos setores que detêm o poder político, econômico e hegemonomizam o controle do Estado. Hoje, devido ao interesse das grandes potências em dominar o mercado mundial de combustíveis, coloca-se como alternativa a produção desenfreada de etanol (defendida como "energia limpa"), através da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e da implantação de novas unidades

agroindustriais. Tanto o governo federal, que defende os usineiros (falsos heróis) e concede incentivos e favorecimentos ao setor, quanto o governo estadual, que impõe a legalização da grilagem no Pontal para dar “segurança jurídica” aos investidores na região (PL 578/07), visam proporcionar esta expansão.

Estes fatos explicitam o verdadeiro pano de fundo do discurso do desenvolvimento econômico e da geração de empregos, encontramos outra realidade, que passamos a expor:

Este modelo precariza as relações de trabalho porque: não respeita a legislação trabalhista (não fornecendo equipamentos de proteção individual, alimentação adequada, transporte seguro, mantendo alojamentos em condições precárias) e descumprem os direitos trabalhistas, incentiva à contratação dos temporários, aposta em medidas regressivas via intensificação da jornada de trabalho o que leva os trabalhadores à morte por exaustão, promovendo condições sub-humanas de trabalho.

Esse modelo se impõe como proposta de desmontar a estrutura da agricultura camponesa de produção dos assentamentos rurais no Pontal, quando atrai para si parte das terras e dos próprios assentamentos ao circuito produtivo da cana de açúcar, tanto como arrendatários, como assalariados no corte da cana, fato que revela a perversidade do capital e do Estado, pois esse é o caminho mais curto para o abandono e distanciamento dos trabalhadores da terra de trabalho e da luta pela terra e pela reforma Agrária.

Este modelo aumenta a exclusão social porque: concentra as terras e a renda nas mãos de poucos, expulsa o trabalhador do campo (causando desemprego), estimulando a violência rural e urbana.

Este modelo destrói o meio ambiente porque: polui o ar (através das queimadas), polui o solo e a água (pelo uso intensivo de agrotóxicos e pelo despejo da vinhaça, que atingem o lençol freático), destrói a vegetação nativa (ex. Morro do Diabo) e reduz a biodiversidade (por ser cultivada de forma extensiva e irresponsável), além de não respeitar a legislação ambiental (como matas ciliares, áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, ausência de Estudos de Impactos Ambientais para a implementação de agroindústrias canavieiras).

Dessa forma, somos contrários ao PL578/07 do governo estadual e aos acordos internacionais do governo federal de exportação de etanol. E ainda, somos contrários não somente à implantação deste modelo de desenvolvimento no Pontal do Paranapanema, mas em qualquer outra região, pois o mesmo não compõe o ideal de desenvolvimento da classe trabalhadora. Propomos um modelo de desenvolvimento baseado nos direitos fundamentais do ser humano, na defesa dos interesses da maioria da sociedade e das futuras gerações, que garanta a soberania alimentar, a arrecadação e distribuição das terras devolutas para a reforma agrária, a preservação do meio ambiente e novas relações de trabalho que possibilitem ao trabalhador o controle social da produção e do seu trabalho.

Presidente Prudente, 23 de agosto de 2007.

**Goiás delimita a expansão da cana-de-açúcar** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico  
– Agronegócios - 21/08/2007

O Estado de Goiás está delimitando a atuação canavieira para evitar que a cultura avance sobre tradicionais áreas de grãos e pecuária. O Estado tem cerca de 60 projetos de construção de usinas registrados, com investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões. No entanto, desse total, somente um terço deles deverá sair do papel.

As regiões oeste, nordeste e norte do Estado, tradicionais em grãos, terão atuação limitada para a cana, segundo Veríssimo Aparecido da Silva, superintendente de Planejamento da Seagro (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás). "O sul do Estado, que já planta cana, é a região que tem recebido mais investimentos de usinas", diz.

No dia 16, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) aprovou a resolução número 003/2007, que estabelece limite de empréstimo em R\$ 10 milhões para cada produtor ou grupo empresarial do setor sucroalcooleiro.

A limitação de recursos do FCO não visa barrar os investimentos de cana no Estado, mas priorizar os produtores para destinação desse financiamento. Segundo Silva, a prioridade é financiar projetos de plantio de cana. Para este ano, o FCO dispõe de cerca de R\$ 800 milhões para financiar a agricultura no Estado. Desse total, R\$ 100 milhões serão destinados ao setor sucroalcooleiro. "Os recursos são escassos. Além disso, o FCO prevê que pelo menos 51% dos recursos totais têm de ser destinados aos pequenos produtores e microempresas", diz Silva.

Ele lembra que para o financiamento de novas usinas há outras fontes de recursos, como BNDES ou mesmo recursos próprios dos investidores.

A cana começou a ganhar destaque no Estado há três anos. Até então, Goiás tinha como foco os grãos e a pecuária leiteira. O Estado colhe cerca de 10,4 milhões de toneladas de grãos, sobretudo soja e milho, é o terceiro maior produtor de algodão do país, e tem uma oferta de 3 milhões de litros de leite/ano, segundo Silva. Em Rio Verde, a prefeitura decidiu limitar a produção de cana.

Para esta safra, a 2007/08, o Estado deverá moer 22,9 milhões de toneladas de cana, 42% mais que o ciclo anterior, de 16,140 milhões de toneladas. Segundo Igor Montenegro, presidente do Sindicato dos Fabricantes de Açúcar e Alcool de Goiás (Sifaeg). O Estado tem 18 usinas em operação e deverá dobrar sua produção nos próximos anos, com a entrada de outras 20 novas unidades.

O Brasil e Estados Unidos apostaram alto no etanol. Cada um à sua maneira. Os americanos recorrendo ao milho e nós à cana-de-açúcar. Em ambos os países verifica-se quase unanimidade no louvor a essa alternativa à gasolina. No entanto, sem querer bancar o desmancha prazeres, estou convicto de que a política de diminuição da dependência ao petróleo, na área específica de transporte de passageiros, vem se processando através de uma visão incompleta e conservadora.

Incompleta porque Brasil e Estados Unidos atuam fundamentalmente no lado da oferta de combustível. O correto seria focalizar também o lado da demanda com intensidade superior à atual. Em outras palavras: ampliar investimentos destinados a alterar o modelo prevalecente de transporte urbano, priorizando o sistema coletivo.

Tais investimentos não necessitariam ser, a curto prazo, de tipo ultradispendioso, como o metrô. Apesar de a opção ferroviária ser a ideal, a reestruturação dos serviços de ônibus já constituiria um avanço. Afinal, cada ônibus substitui uns trinta automóveis, desde que seja confortável, seguro e, óbvio, movido por fonte limpa de energia. Onde e quando for possível implementar projetos de metrô e trem suburbano, melhor ainda.

O traço conservador da política vigente provém do fato de manter intacto o modelo baseado no carro individual. Não proponho uma declaração de guerra à indústria automobilística, mas sim mudanças na maneira de usufruir do automóvel, buscando diminuir o número de viagens casa-trabalho-casa. O que seria viabilizado pela maior disponibilidade de transporte coletivo decente.

Embora o entusiasmo despertado pelo etanol se justifique por vários motivos, o aspecto relacionado com as vantagens ecológicas exige melhor avaliação da comunidade internacional, dada a controvérsia ainda persistente nesse campo. De início, convém lembrar que o etanol não é um combustível limpo, por mais que seu efeito poluente seja inferior ao da gasolina.

De acordo com algumas fontes de informação, o que torna o etanol brasileiro vantajoso é seu balanço ecológico neutro em termos da atmosfera global. Isto é: o carbono absorvido da atmosfera pela planta de cana-de-açúcar compensa o dióxido de carbono liberado durante a queima do etanol nos motores dos veículos. Porém, outras fontes apresentam versão diferente. Argumentam que o próprio saldo ambiental do cultivo da cana-de-açúcar é insatisfatório, pois gera resíduos tóxicos que poluem rios e degradam o solo, além de induzir a desmatamentos e queimadas.

---

**No aspecto social, a dúvida é se as condições de trabalho nos canaviais melhorarão com o choque de crescimento do setor**

---

Sem a pretensão de destrinchar essa controvérsia, ressalto que, mesmo na hipótese de o balanço ecológico do etanol ser equilibrado, os seguintes fatos deveriam ser considerados: a) a planta que absorve carbono encontra-se nas zonas rurais, distantes dos centros urbanos onde os motores a etanol liberam CO<sub>2</sub>, isto é, o ar reinante nas cidades pouco se beneficia da limpeza propiciada pela plantação; b) qualquer cultivo agrícola possui o dom de absorver carbono, não apenas o da cana-de-açúcar; c) se, junto com o etanol, fosse ampliada a utilização de outras fontes de energia ainda mais limpas, o balanço ambiental seria positivo e não apenas equilibrado. No solo menos ocupado pela cana-de-

açúcar, outras plantas estariam absorvendo carbono, enquanto os veículos contaminariam menos a atmosfera.

No momento atual, uma das poucas manifestações promissoras de mudança na demanda de combustível poluente, nos Estados Unidos, é o sucesso comercial dos chamados carros híbridos. Esses veículos funcionam mediante combinação de dois pequenos motores para produzir a força de um grande: um motor elétrico, carregado automaticamente, e o outro, a gasolina. Cada um deles é acionado em ocasiões diferentes, dependendo do modelo. Os resultados em termos de economia de gasolina são nítidos. Em média, os híbridos consomem um litro de gasolina por 21 quilômetros percorridos. Esses índices de consumo melhorarão ao longo do tempo como resultado de pesquisas.

Toyota e Honda são os que mais avançaram na fabricação de híbridos, induzindo General Motors, Ford e Chrysler a também ingressarem nesse mercado. A difusão internacional desse tipo de veículo, associada a investimentos em transporte coletivo, configuraria um processo revolucionário na demanda por combustível. No Brasil, poderia-se pensar no motor híbrido utilizando etanol.

Encarando o etanol não apenas sob o ponto de vista de alternativa ao petróleo, mas também como parte de um esforço para acelerar a recuperação ambiental e melhorar a qualidade de vida urbana, percebemos o quanto as políticas executadas pelos governos brasileiro e americano necessitam reformulação urgente. O presidente Bush adotou a meta de reduzir o uso de gasolina em 20% nos próximos 10 anos através, sobretudo, do etanol, para cuja produção é concedido elevado subsídio. Mas seu alvo principal é a redução da dependência ao petróleo importado, e não a solução dos outros gêneros de estragos resultantes do apego a esse combustível fóssil.

Atenção insuficiente vem sendo dada, no Brasil, a duas questões atadas ao etanol: o impacto sobre a produção de alimentos e o contexto social no cultivo da cana-de-açúcar. O dilema alimento versus biocombustível acabará encontrando resposta na evolução tecnológica, mas seria prudente condicionar a expansão do etanol à coexistência pacífica com o mercado de alimentos. Em relação ao aspecto social, a grande dúvida é se o choque de crescimento do setor contribuirá para melhorar as condições de trabalho nos canaviais.

É compreensível a impetuosidade com que Brasil e EUA se apegaram ao etanol, dada a ainda limitada oferta de alternativas ao petróleo, mas a escassez de medidas destinadas a racionalizar o uso do automóvel e ampliar o transporte coletivo gera danos que comprometem os benefícios provenientes da busca de alternativas ao petróleo.

**Marcello Averbug, ex-economista do BNDES e BID, é consultor em Washington.**

**Embrapa avaliará impacto ambiental de biocombustível** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/08/2007

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) anuncia, em setembro, a criação do primeiro mecanismo para avaliar impactos ambientais dos biocombustíveis e a instituição de um sistema global de certificação da produção que deve resultar na fundação de um selo internacional de qualidade ambiental.

Acusados de induzir o desmatamento e de desrespeitar direitos trabalhistas básicos, os combustíveis à base de produtos agrícolas passarão a ter um sistema de indicadores de sustentabilidade específicos para gestão ambiental e certificação da produção. Matéria-prima para o biodiesel, o dendê será o primeiro a obter a chamada "eco-certificação", uma parceria da Embrapa Labex Europa com o francês Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica (Cirad), sediados em Montpellier, na França. Uma agência européia de fomento à pesquisa já ofereceu 260 mil euros para financiar a execução das primeiras ações.

Autor do projeto, o pesquisador Geraldo Stachetti Rodrigues informa que o dendê será o primeiro a ter estudos de certificação porque a Embrapa domina o processo de produção da oleaginosa e por ser mais cultivado na Amazônia, região vista como essencial pelo governo para a conservação e integração agroflorestal. Além disso, o dendê envolve diversas unidades da Embrapa dedicadas à agroenergia.

As avaliações de impacto incluirão indicadores como distribuição de renda, qualidade do emprego, segurança e saúde no trabalho, além de acesso à educação, serviços básicos, esporte e lazer. A análise será estendida a padrões de consumo, conservação dos habitats e do patrimônio histórico e artístico, entre outros. São verificados 62 itens integrados em cinco dimensões, como ecologia (reserva legal), qualidade ambiental (atmosfera, água e solo), valores sociais, culturais e econômicos, além de gestão e administração. "São mudanças nesses indicadores que afetam o desenvolvimento local e a qualidade de vida nas comunidades. Com eles, podemos estabelecer a conexão entre avaliação de impacto e gestão sustentável, passível de certificação", afirma.

Para o pesquisador, a certificação ambiental ajudará o setor privado na qualificação e no desempenho produtivo, como o acesso a mercados exigentes da Europa, Japão e EUA. Também auxiliará o setor público a efetuar ações para reparar impactos, promover o desenvolvimento local sustentável e acompanhar os requisitos de certificação.

No Uruguai, o sistema já está em uso. Foi adaptado como instrumento de política pública em um projeto de pecuária extensiva e horticultura dentro do programa de desenvolvimento tecnológico do Cone Sul (Procisur), financiado pelo Banco Mundial e o Global Environmental Facility (GEF).

### **Sobra de etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 29/08/2007**

A Cargill disse que o Brasil se defrontará com uma superoferta de etanol em dois anos, devido ao crescimento mais acelerado da oferta em relação à demanda interna. O aumento das exportações de etanol para os EUA reduziria o risco de superoferta, disse Sérgio Rial, o diretor para a América Latina da empresa. Os EUA atualmente importam apenas 3% de seu consumo de etanol.

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### **Etanol**

### **Ministro do Japão visita usina de etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/08/2007**

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Taro Aso, visita amanhã a Usina São Martinho, em Pradópolis, no interior de São Paulo. Ele vai conhecer a produção de etanol na destilaria, uma das maiores do Brasil. Em seguida, encontrará o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues na fazenda Santa Isabel. Rodrigues é co-presidente da Comissão Interamericana do Etanol, entidade criada para divulgar seu uso como combustível. O ex-primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi aderiu à comissão recentemente. Koizumi já visitou a usina e a fazenda de Rodrigues, em 2005, quando esteve no País.

### **EUA enfrentam Brasil na OMC com nova ajuda à cana - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/08/2007**

Deputados americanos criam outro subsídio, enquanto Itamaraty questiona 75 programas de apoio à agricultura

**Genebra** - Enquanto o Itamaraty se prepara para atacar amanhã, na Organização Mundial do Comércio (OMC), os subsídios americanos à agricultura, deputados dos Estados Unidos conseguem incluir uma cláusula na nova lei agrícola americana que prevê aumento de subsídios para produtores de açúcar que queiram transformar a cana em etanol. A primeira fase da disputa entre Brasil e EUA começa amanhã, em Genebra. O Itamaraty fará o maior questionamento já realizado contra os subsídios americanos - 75 programas de apoio aos agricultores serão atacados.

Os americanos não dão sinais de que estão dispostos a abandonar as práticas. No fim da semana passada, o lobby do setor açucareiro nos EUA conseguiu incluir um instrumento que permitirá que parte do excedente da produção de cana no país seja financiada para se tornar etanol todas as vezes que o volume de açúcar no mercado local



ficar acima do consumo. A produção americana ocorre tanto a partir de beterraba, no norte do país, quanto a partir da cana, nos Estados do Sul.

O excedente poderá surgir quando o comércio de açúcar com o México for liberalizado, medida prevista para janeiro de 2008, depois de um período de transição de 15 anos. A partir do ano que vem, os mexicanos poderão exportar o produto sem qualquer restrição. Diante desse cenário, os americanos temem perder mercado para o açúcar mexicano. Mas não querem parar de produzir.

A solução deverá ser a transferência de parte do cultivo para as usinas de etanol, que hoje dependem do milho. A American Sugar Alliance, entidade que representa o setor do açúcar, apóia a idéia. Para o grupo, o etanol é uma opção para impedir que o mercado local fique “desequilibrado”. Mas a entidade admite que um “certo montante” de subsídios terá de ser disponibilizado para o mecanismo funcionar.

A lei ainda precisa passar pelo Senado. Mas a medida já colocou diplomatas e pesquisadores em estado de alerta. O diretor de pesquisa da entidade Global Subsidies Initiative, Ronald Steenblik, adverte que, na prática, o Brasil poderá ter de concorrer não apenas com o etanol de milho dos EUA no futuro como também contra o etanol de açúcar subsidiado. “Em vez de reformar sua agricultura, os americanos estão optando por perpetuar as distorções”, afirmou. “Quem teve 15 anos para se preparar para o livre comércio não pode, agora, pedir ajuda para conseguir enfrentar a concorrência.”

## **QUEIXA**

Em Genebra, o Itamaraty alega que os recursos distribuídos ficaram acima do teto permitido de US\$ 19 bilhões por ano de 1999 a 2005, com exceção de 2003. A ajuda para produtores de milho, açúcar, carnes, soja e trigo, entrou outro, será questionada e, no total, 75 programas de apoio criados pelos americanos serão levados à OMC para avaliação.

A guerra não será apenas contra os tradicionais mecanismo de apoio à exportação ou compensação por queda nos preços das commodities. Pela primeira vez, o Brasil questiona programas como o de financiamento da construção de armazéns, da isenção de impostos para a gasolina e diesel dos tratores das fazendas, subsídios para a energia, irrigação, seguros e até os financiamentos para compensar fazendeiros que sofreram com furacões.

O Itamaraty afirma que se dá o direito de incluir novos programas na queixa, se entender que seja necessário. “O Brasil está mandando um forte recado ao Congresso americano de que os deputados não podem fazer o que querem e criar os subsídios que acreditem que sejam necessários”, disse Steenblik.

A disputa promete tocar no coração dos programas que alimentam a produção de etanol nos EUA. Especialistas do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável alertam que o etanol consome até US\$ 7 bilhões em subsídios nos Estados Unidos. Cerca de 200 programas de apoio fiscal, isenção de taxas e compensações são dados pelo governo federal e pelos Estados.

Se o Itamaraty não ficar satisfeito com as respostas dos EUA, poderá pedir que a OMC estabeleça três árbitros para julgar se a Casa Branca está violando regras internacionais.

### **Consumo de etanol será recorde no mundo** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/08/2007

O mundo vai atingir produção e consumo recordes de etanol em 2007. Mas dados da Organização Internacional do Açúcar alertam que a produção americana cresce a um ritmo mais rápido que a do Brasil e já supera os volumes no País.

Segundo a entidade, o aumento na produção de etanol deve ser de 28% em 2007. O mundo produzirá 50,4 bilhões de litros neste ano ante 39 bilhões em 2006. O aumento seria resultado dos diversos programas estabelecidos por governos em todo o mundo por introduzir o etanol como combustível.

No Brasil, o aumento do consumo doméstico vai provocar alta de 14%, com produção de 20,3 bilhões de litros em 2007/2008. O consumo interno deve chegar a 15,5 bilhões de litros.

Nos Estados Unidos, a alta na produção será de 20% em 2007 ante 2006. Entre 2005 e 2006, o crescimento americano no setor do etanol já havia sido de 34%. O país produzirá 24,6 bilhões de litros em suas 121 refinarias. Outras 76 estão em construção nos EUA, o que permitirá que a capacidade de refino chegue a 37 bilhões de litros até 2008. Os americanos, além de serem maiores produtores, são também os maiores consumidores em 2007, com 26 bilhões de litros.

O comércio internacional de etanol como combustível, porém, está estagnado. Com barreiras em muitos países e subsídios nos EUA, o comércio deve ficar em 5 bilhões de litros em 2007, o mesmo de 2006. Só 12% do etanol produzido no mundo é exportado e o Brasil controla 60% dos negócios.

### **Índia vai superar Brasil na produção de açúcar** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/08/2007

Mesmo com previsão de safra recorde de cana, avanço do etanol deve fazer o País perder posto para indianos

O Brasil vai perder o posto de maior produtor de açúcar do mundo, mesmo que tenha produção recorde de cana na safra 2007/2008. A previsão é da Organização Internacional do Açúcar que ontem divulgou seu relatório. A entidade aponta que a Índia vai superar o Brasil diante da decisão de muitos produtores brasileiros de destinar uma

parcela cada vez maior de sua produção para o etanol e de uma certa desaceleração da indústria brasileira em 2008.

Segundo a organização, a produção da Índia atingirá 33,15 milhões de toneladas, 8% mais que na safra anterior e recordes no país. O mundo deve ter uma produção inédita de açúcar, com 169 milhões de toneladas, 4 milhões maior que a safra anterior.

O relatório ainda prevê um excedente recorde de açúcar no mercado internacional - 10,8 milhões de toneladas vão ficar no estoques, o que deve provocar uma queda no preço internacional da commodity.

O aumento nos estoques deve-se à produção sem precedente da Índia e também a uma maior produtividade de Paquistão, Tailândia e China. No Brasil, é esperada safra recorde de cana, mas uma parte cada vez maior está sendo usada para o etanol. A tendência é de queda no ritmo de crescimento do setor do açúcar no País em 2008.

## **PREÇOS**

A explicação para a migração para o etanol é a queda nos preços do açúcar no Brasil. A redução foi de 22% desde fevereiro em dólares e de 28% em real. Ante agosto de 2006, a queda foi de 36%. Para a organização, o Brasil começa a acompanhar a tendência mundial de redução de preços.

A produção de açúcar no País deve ser de 31,9 milhões de toneladas, 0,8% mais que em 2006/2007. Para 2008/2009, o crescimento previsto é de 2%, com produção de 32,6 milhões de toneladas de açúcar. Os índices ficam bem abaixo dos 11,5% de 2005 e 10,9% de 2003.

Para a entidade internacional, a questão agora é quanto da cana vai para o etanol. As estimativas são de que, diante dos lucros do combustível, a proporção da cana destinada ao açúcar deve ser de 47,3% da safra, contra 50,4% em 2006. Para 2008, a estimativa é que o etanol continue roubando cada vez mais cana do açúcar.

Ainda assim, o Brasil continuará sendo o maior exportador de açúcar, atingindo o recorde em 2007, com 20,8 milhões de toneladas. No total, os países devem disponibilizar 50 milhões de toneladas de açúcar, quase 5 milhões mais que a demanda de importação.

**Japão confere se Brasil tem álcool suficiente** - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2007

O risco de desabastecimento é o maior obstáculo que o Brasil precisa superar para aumentar suas vendas de álcool ao Japão. 'Parece-nos prematuro comprar etanol em grandes quantidades', disse ao Estado o presidente do escritório paulista da Organização do Comércio Exterior do Japão (Jetro, na sigla em inglês), Yuji Watanabe.

Uma missão japonesa chega ao País hoje para ter uma visão mais clara sobre as reais condições do Brasil de fornecer o combustível de forma contínua e em grande quantidade.

Prudentes, mas também preocupados em reduzir suas emissões de carbono, por enquanto os japoneses não misturam o etanol diretamente à gasolina como se faz no Brasil, embora uma legislação permita a mistura de até 3%. Em vez disso, utilizam um aditivo chamado ETBE (etil tércio butil éter), feito de etanol e petróleo. 'Esta alternativa foi adotada por Japão e também nos países da União Européia, como França, Alemanha e Espanha', disse Watanabe.

'Eles não terão como não aumentar a importação', aposta o presidente da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), Alessandro Teixeira.

Ele reconhece, porém, que há resistência por parte dos nipônicos. 'Aqui no Brasil, as últimas montadoras a adotar a tecnologia flex fuel foram as japonesas.'

Segundo Watanabe, há outra razão para os japoneses não aumentarem de imediato seu consumo de etanol: os preços estão elevados. 'Para baixar o preço tem de fazer esforços não só no Japão como também no Brasil', disse.

Do lado japonês, ele espera a adoção de incentivos como a redução de tributos sobre o petróleo. Do lado brasileiro, ele considera ideal a consolidação de um mercado futuro de álcool.

**UE faz etanol de vinho excedente** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/08/2007

Quase um quinto do etanol fabricado na Europa já vem dos litros de vinhos não vendidos por causa da concorrência do produto proveniente do Chile, Argentina, Califórnia e África do Sul. Além do vinho, 39% da produção do etanol na Europa vem do trigo e 9% do açúcar de beterraba. A meta da UE é que o etanol responda por 5,75% do consumo de combustível na região até 2010.

Salão da Alemanha é cartão de visitas para aproveitar novo mercado europeu

A tecnologia brasileira do motor flex ganhará um novo cartão de visitas no próximo mês. O maior salão do automóvel do mundo, realizado a cada dois anos em Frankfurt, na Alemanha, vai expor a primeira motocicleta bicombustível do mundo, desenvolvida pela Delphi do Brasil, e automóveis que serão lançados na Europa com motores bicombustível importados do Rio de Janeiro pela PSA Peugeot Citröen.

O salão reunirá mais de mil expositores, entre montadoras e autopeças, e ficará aberto ao público de 13 a 23 de setembro. A mobilidade sustentável, com veículos que utilizam combustível alternativo, econômico e menos poluente, será um dos temas do evento, que apresentará carros flex, híbridos e elétricos entre os 128 projetos inéditos que estarão na mostra.

'É a primeira vez que levamos um projeto brasileiro para um salão internacional', diz Gábor Deák, presidente da Delphi na América do Sul. A moto flex, ou multifuel, como é chamada pela empresa, foi apresentada no País em abril, depois de dois anos de desenvolvimento no centro da empresa em Piracicaba (SP). Pelo menos três montadoras brasileiras estudam a produção em série a partir de 2009. O veículo pode rodar com qualquer proporção de álcool ou gasolina, como ocorre hoje com os automóveis flex.

Segundo Gábor, o mercado europeu está se abrindo para os carros flexíveis e muitos começam a rodar com uma mistura de 85% de etanol (E85). Será uma oportunidade, de acordo com ele, de mostrar que a tecnologia pode ser adotada também em motocicletas. 'Se os clientes aprovarem, a Delphi tem a tecnologia para entrar naquele mercado via Brasil.'

O Citroen C4 BioFlex, desenvolvido na França e equipado com motor 1.6 flex produzido pela filial da empresa em Porto Real (RJ), é uma das novidades da montadora no salão. O modelo inicialmente será vendido na França e na Suécia e depois irá para outros países da Europa ao preço de € 18.650 (R\$ 50,5 mil) a € 22.150 (R\$ 60 mil).

A Peugeot também vai lançar em setembro no mercado europeu o 307 BioFlex com o mesmo motor 1.6 do C4. A montadora, no entanto, deve optar por levar ao salão o novo modelo 308 que, futuramente, também terá motor flexível brasileiro, provavelmente na versão 2.0, ainda em desenvolvimento.

## **LEQUE DE CONCEITOS**

O Salão Internacional de Frankfurt, conhecido na Alemanha pelas siglas IAA, pretende mostrar que não há apenas uma solução ideal para se conseguir a redução de emissões e o baixo consumo, mas um leque de diferentes conceitos e soluções, afirma o presidente da Associação da Indústria Automobilística da Alemanha (VDA), Matthias Wissmann.

Outra proposta será apresentada pela General Motors com o Corsa híbrido. O modelo tem motor 1.3 a diesel e opera em conjunto com um gerador de energia elétrica, alimentado por baterias de íons de lítio. A empresa também vai mostrar o Vectra FlexPower Turbo, com motor 2.0 que funciona com gasolina, bioetanol ou a mistura de ambos. O modelo faz parte do que a GM chama de 'ecoflex', que consiste no uso de combustíveis alternativos em vários modelos da marca.

O biodiesel é outra opção para a Europa, onde cerca de 50% dos carros são movidos a diesel, afirma Bernd Bohr, presidente mundial da divisão automotiva da Bosch. A tecnologia flex do C4 e do 307 é Bosch. Até 2012, segundo Bohr, 7% do consumo dos carros europeus terão de ser de biocombustíveis.

**NÚMERO - € 18,6 mil - 22,1 mil** será o preço, na França e na Suécia, do Citroën C4 BioFlex, equipado com motor 1.6 flex produzido em Porto Real (RJ)

**Índia estuda produção maior a partir de cana** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007

DA REUTERS - A Índia avalia se permite a fabricação de álcool combustível a partir do caldo da cana-de-açúcar, além de elevar a quantidade do biocombustível na gasolina no momento em que a safra recorde atinge os preços, afirmou ontem o ministro da Agricultura, Sharad Pawar. Hoje, o país permite que as usinas produzam álcool de melação.

**Hugo Chávez desiste de álcool brasileiro** - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 30/08/2007

Venezuela decide adicionar outro produto à gasolina do país e faz Petrobras reduzir as exportações de 850 milhões para 500 milhões de litros em 2008

A posição do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, contra o etanol resultou numa drástica redução das metas de exportação do produto previstas pela Petrobras para este ano e 2008. As vendas para a Venezuela, que fazia um teste com o produto brasileiro, foram suspensas porque o governo Chávez decidiu usar MTBE — um produto químico derivado de petróleo, mais poluente — para adicionar à gasolina, no lugar do etanol.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, explicou que as exportações de álcool da estatal em 2008 ficarão em torno de 500 milhões de litros, contra os 850 milhões de litros previstos.

Este ano, as vendas externas totais deverão ficar em torno de cem milhões de litros, contra 120 milhões no ano passado. Além de não conseguir fechar novos contratos com a Venezuela, houve dificuldades de logística na Nigéria, que também previa comprar o álcool brasileiro.

Brasil e EUA abandonaram aditivo escolhido por Venezuela Costa destacou, contudo, que continuam as negociações com a PDVSA, estatal venezuelana de petróleo, sobre as vantagens da adição do etanol à gasolina.

Mas, desde o início deste ano, a Venezuela teria decidido usar o MTBE (sigla em inglês para éter metil terbutílico). Países como os Estados Unidos e o Brasil usaram, no passado, o MTBE misturado à gasolina, mas o produto foi substituído pelo álcool, para reduzir a poluição. Costa evitou atribuir a decisão da Venezuela de usar MTBE em lugar do álcool à postura política de Chávez, que resiste ao etanol por achar que o uso de terras para a plantação de cana-de-açúcar encarecerá os alimentos.

— Minha relação com o pessoal da Venezuela é muito técnica.

Se tem ação política ou não, não tenho condições de dizer. Além disso, não me compete comentar — disse Costa.

Petrobras quer vender diesel menos poluente em 2010 O diretor explicou que, no ano passado, a Petrobras exportou, em caráter experimental, cerca de 82 milhões de litros de álcool para a Venezuela. A PDVSA fez um projeto-piloto para testar o produto como aditivo à gasolina, na proporção de 3% a 5%.

As exportações da Petrobras foram apenas para uma região da Venezuela. Outras regiões ainda usam o chumbo tetraetila, muito mais poluente e já abandonado na maioria dos países há anos — como no Brasil.

Os problemas de infra-estrutura na Nigéria para receber álcool brasileiro contribuíram também para a redução das metas de exportação da Petrobras para 2008. Mas, para 2012, a estatal prevê exportar 4,7 bilhões de litros de álcool, principalmente para Japão, Coreia e Cingapura, entre outros.

Uma boa notícia para o meio ambiente: em 2010, a Petrobras pretende começar a oferecer no mercado interno o óleo diesel 50 ppm (parte por milhão de enxofre), atingindo o nível atual da Europa em relação às emissões.

O diesel usado hoje nas regiões metropolitanas do país tem emissão de 500 ppm.

O anúncio foi feito pelo diretor de Abastecimento, ao explicar que o assunto está em discussão com vários setores envolvidos, principalmente com os fabricantes de veículos.

Segundo o diretor, o diesel 50 ppm só dará resultado em motores próprios para seu consumo. Costa explicou que, além de motores próprios, o setor de distribuição de combustíveis terá de participar, com a instalação de bombas para o novo diesel.

Atualmente, existem no país dois tipos de óleo diesel: o 500 ppm, usado nas regiões metropolitanas, e o 2000 ppm, usado no interior.

— Para que o diesel 50 ppm ofereça vantagem ambiental, é preciso que a indústria automobilística venha a oferecer um novo motor a diesel, para que ele tenha eficiência — disse Costa.

A idéia é realizar uma operação casada, com a oferta do combustível e um motor adequado.

Segundo Costa, esse diesel não pode ser utilizado nos motores atuais. A expectativa é que, em 2010, comece a oferta gradual do diesel 50 ppm, continuando-se a se oferecer os outros tipos de óleo. Dois ou três anos depois de 2010, passarão a ser vendidos no país apenas o diesel 50 ppm e o 500 ppm, saindo de circulação o 2000 ppm. A gasolina, que hoje tem mil ppm, será vendida com 50 ppm também a partir de 2010.

Na melhoria da qualidade dos combustíveis, a Petrobras está prevendo investir, em seu Plano de Negócios 2008/2012, um total de US\$ 8 bilhões. Ao todo, a estatal está estimando investimentos de US\$ 35,4 bilhões no setor de abastecimento, petroquímica e biocombustíveis.

Desse total, no setor petroquímico, serão investidos US\$ 4,3 bilhões no período, e outro US\$ 1,5 bilhão irá para os biocombustíveis.

## **Petrobras acerta venda de etanol para a Índia – O Globo – Economia – 31/08/2007**

Estatal e a indiana Bharat Petroleum farão estudos para exportar álcool e biodiesel

Um dia depois de revelar que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, desistiu de comprar o álcool brasileiro, a Petrobras anunciou a assinatura de um memorando de entendimentos com a empresa indiana Bharat Petroleum para avaliar a exportação de etanol e biodiesel para a Índia. O documento foi firmado na sede da empresa, no Rio, e consiste em uma alternativa de escoamento do produto. Por causa da desistência de Chávez, a estatal teve de rever para baixo sua previsão de vendas de álcool no exterior em 2007 e 2008.

A Bharat Petroleum pretende adicionar o etanol à gasolina para reduzir o preço do combustível e as emissões de poluentes. Para a Petrobras, o memorando representa uma porta de entrada neste segmento no segundo maior mercado asiático. Além disso, o documento prevê que serão feitos estudos técnicos visando a avaliar a logística e a comercialização conjunta de etanol e biodiesel em outros mercados no exterior.

A parceria entre os dois países na área de biocombustíveis — Brasil e Índia são os dois maiores produtores de cana-de-açúcar do mundo — será uma extensão da atuação conjunta na área de petróleo.

Em junho de 2006, a Petrobras firmou acordo com a ONGC, a maior petroleira daquele país, com o objetivo de explorar três concessões petrolíferas.

O memorando foi assinado pelo diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e pelo diretor-executivo da Bharat Petroleum, Sanjay Krishnamurti

## **Comércio sustentável do etanol é discutido em seminário internacional – Sítio Eletrônico do MDS – 22/08/2007**

Debater as implicações econômicas, ambientais e sociais da produção e comercialização do etanol no Brasil. Este é o objetivo do VII Seminário Internacional Britcham sobre a “Sustentabilidade da liderança brasileira em etanol”. O evento é uma iniciativa do Comitê de Energia do Rio de Janeiro, da Câmara Britânica do Comércio e Indústria no Brasil, e acontece nesta quinta-feira (23/08), a partir das 8h, na capital carioca. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) será representado pelo diretor da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, Marcus Vinicius Villarim.

O Etanol é um combustível produzido a partir do processamento industrial da cana-de-açúcar. Estudos apontam como vantagem do seu uso o fato de ser originário de uma fonte de energia renovável e menos poluidora que os derivados do petróleo.

Questões favoráveis ou não, relativas ao etanol, serão discutidas em três painéis com a participação de representantes de setores governamentais, iniciativa privada, sociedade civil organizada e universidades. Na primeira exposição, “Mercado de etanol – cenários brasileiros e internacionais”, o objetivo é compreender o cenário interno e externo para o etanol, focalizando o impacto do crescimento da demanda sob o ponto de vista de Reino Unido, Brasil e Estados Unidos. No segundo painel, serão debatidos os “Desafios sociais e ambientais no mercado brasileiro de etanol”. Na última apresentação, “Sustentabilidade da liderança brasileira no mercado de etanol”, os participantes buscarão identificar fatores que permitirão a continuidade da liderança global do Brasil na comercialização do combustível.



O VII Seminário é patrocinado pelo Ministério de Comércio e Investimento do Reino Unido, pelas empresas petrolíferas British Petroleum e Shell, pela consultoria PriceWaterHouseCoopers e pelo escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe.

### **SERVIÇO**

*VII Seminário Internacional Britcham – Sustentabilidade da Liderança Brasileira em Etanol - Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*

**Data:** 23 de agosto de 2007 (quinta-feira)

**Horário:** Das 8h às 17h

**Local:** Business Club One – RB1, São Mauá – Avenida Rio Branco, 1 – andar PC – Centro – Rio de Janeiro (RJ)

### **Unica acelera sua internacionalização - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/08/2007**

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) deve inaugurar em dois meses sua base em Washington (EUA). Segundo Marcos Jank, presidente da Unica, a entidade está contratando um executivo americano para representar o setor sucroalcooleiro do país no mercado americano.

"Esse executivo será a nossa voz nos EUA. Ele irá ao Congresso e Executivo dos EUA, participará de debates sobre biocombustíveis e nossa ponte com ONGs", disse. Nos próximos meses, a Unica terá uma base em Bruxelas, para representar o setor na União Européia, e outra na Ásia, mas o local ainda não foi definido.

A internacionalização da Unica reflete a importância que o etanol ganhou no mercado internacional. Nos EUA, a intenção da Unica é abrir caminho para o álcool brasileiro. Os EUA impõem uma tarifa de US\$ 0,54 por galão para entrada de álcool de outros mercados, além de uma tarifa de 2,5% ad valorem.

Mesmo com essa restrição, cerca de 65% do álcool exportado pelas usinas do centro-sul do país de abril a julho deste ano, referente à safra 2007/08, foram para o mercado americano. Os volumes incluem os embarques diretos para os EUA e os feitos via Caribe, segundo a Unica.

No Brasil, a Unica vai reforçar sua área de comunicação, contratando um profissional trilingüe para se comunicar com a imprensa internacional.

Agora, a Unica está empenhada em negociar com a Índia a retirada dos subsídios daquele país à exportação de açúcar. "Vamos negociar através do Itamaraty e também diretamente com a iniciativa privada", afirmou Jank. A Unica não acha que é caso de questionar o país na Organização Mundial do Comércio (OMC). "A Índia é um importante aliado do Brasil no G-20. Vamos tentar convencê-los a destinar parte da produção de cana para o álcool."

Ontem (dia 16), a Unica também divulgou sua revisão para a safra 2007/08. As usinas do centro-sul do país vão processar 410 milhões de toneladas de cana. A estimativa anterior indicava moagem de 420 milhões de toneladas. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, cerca de 10 milhões de toneladas ficarão nos canaviais. O clima chuvoso no início da safra atrasou a colheita em algumas regiões do centro-sul. A produção de açúcar ficará em 25,1 milhões de toneladas, ante 27,5 milhões de toneladas. Na safra 2006/07, a produção de açúcar ficou em 25,795 milhões de toneladas. A menor

produção de açúcar será compensada pela maior oferta de álcool, prevista em 18,54 bilhões de litros, 15,4% mais que no ciclo anterior.

Até o dia 1º de agosto, as usinas processaram 189,71 milhões de toneladas de cana, volume 2,99% acima das 184,2 milhões de toneladas do mesmo período da safra anterior. O mix de produção para a safra será de 45% para o açúcar e 55% para o álcool.

A demanda mensal por álcool gira em torno de 1,32 bilhão de litros. Se continuar firme, a projeção é de que o estoque de passagem para o final da safra fique apertado, em torno de 700 milhões de litros.

### **EUA buscam aliança com o Brasil para impulsionar etanol** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 22/08/2007

Os Estados Unidos elevaram a aposta na transformação dos biocombustíveis em uma alternativa concreta para atender parte de suas necessidades por energias renováveis. E reforçaram a escolha do Brasil como parceiro preferencial na tarefa de construir um mercado global para futuras commodities, como o etanol e o biodiesel.

Em visita ao Brasil para monitorar um acordo bilateral na área, o subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Energia e Agricultura dos EUA, Reuben Jeffery, rebateu ontem as críticas à produção brasileira de etanol, sugeriu o uso da biotecnologia nas pesquisas do setor e defendeu um "casamento" entre os biocombustíveis e as formas tradicionais de agricultura e produção de energia.

"Gostaríamos que a mídia e as ONGs entendessem que as questões ambientais estão sendo levadas em conta para produzir biocombustíveis, de forma consistente e segura, e auxiliar a preservação do meio ambiente", disse ele ao Valor. "Vamos caminhar para fontes de energia mais baratas e de uso mais racional. E o componente tecnológico pode ajudar a relacionar a produção de biocombustíveis ao respeito ao meio ambiente". Para ele, os biocombustíveis são uma "revolução" ao democratizar o suprimento energético. "Alguns países podem controlar sua segurança energética e seu destino, algo que não estavam aptos a fazer antes dos biocombustíveis".

Há dois meses no cargo, Jeffery sugeriu acelerar a evolução de biocombustíveis feitos de matérias-primas alimentícias (milho, soja, beterraba, cana) com o uso de pesquisas da controvertida biotecnologia em ambos os países. "A biotecnologia aplicada a fibras alimentares pode ajudar na migração da produção a partir do milho nos EUA e da cana no Brasil para outras fontes de produção ainda não utilizadas, como gramíneas ou resíduos de celulose", disse. "A ciência é um componente importante que pode ajudar a produzir essa alternativa em grande escala e a torná-la economicamente viáveis".

Ex-presidente da agência reguladora de mercados futuros e opções dos EUA, a CFTC, o subsecretário fez ontem visitas ao vice-presidente José Alencar e ao chanceler Celso Amorim, além de debater o tema com a Comissão de Agricultura do Senado. E deu um recado claro: "O presidente Lula sabe que os EUA estão comprometidos com o desenvolvimento de biocombustíveis de maneira ambientalmente correta". Jeffery afirmou que os EUA apostam na área como forma de "diversificação" de sua matriz energética. "Biocombustíveis são parte de um leque de opções para a diversidade das fontes energéticas. No Brasil, boa parte da energia vem de fontes renováveis, como a hidroelétrica. Para nós, é uma questão de diversificação das fontes em razão de temas ambientais, segurança no suprimento de energia e problemas com instabilidades políticas

ou climáticas", disse, em referência à dependência das importações de petróleo do Oriente Médio.

Ao relacionar ações concretas da parceria bilateral, formalizada em março deste ano, Jeffery afirma que o foco está em intercâmbio científico, negociações sobre padrões dos biocombustíveis e incentivo à produção em terceiros países - El Salvador, Haiti, República Dominicana e a ilha caribenha de São Cristóvão e Nevis. "Há soluções como cooperação científica e parcerias do governo com setor privado para construir usinas. Os biocombustíveis democratizam a cadeia de suprimento de energia, podem substituir ou complementar os combustíveis tradicionais e permitem a países e regiões dependentes de importação fazer uma transição para o uso de recursos internos, além de gerar empregos locais", avaliou.

No próximo dia 10, cientistas e especialistas brasileiros em agricultura e etanol visitam laboratórios de pesquisa nos EUA. "Será uma conversa de cientista para cientista, de especialistas em agricultura. É um casamento entre biocombustíveis e as energias e formas tradicionais de agricultura", disse. No caso dos padrões, Jeffery afirma que serão estabelecidas regras para "composição, qualidade e tipos". "Isso é importante para a segurança e a eficiência e para diferenciar em categorias, transformando-as em commodities".

#### **Colômbia quer parceria para álcool - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007**

Apesar das investidas do governo colombiano em buscar no Brasil possíveis investidores para produzir álcool naquele país, ainda há muita resistência dos empresários brasileiros em fazer aportes em usinas na Colômbia. Um dos motivos alegados por empresários ouvidos pelo Valor é a falta de segurança.

Há pelo menos dois anos, a Colômbia deu início a um programa de produção de biocombustíveis no país. A produção nacional de cana ocupa cerca de 205 mil hectares, com 21 milhões de toneladas de cana, de acordo com informações de Claudia Calero, diretora da Assocaña (Associação dos Produtores de Cana da Colômbia). A produção de álcool no país é de 270 milhões de litros de álcool e a de açúcar é de 1,7 milhão de toneladas.

Em visita ao Brasil na semana passada, o ministro de Relações Exteriores da Colômbia, Fernando Araújo, informou que o país tem disponível cerca de 3 milhões de hectares para a produção de cana-de-açúcar. Araújo quer atrair investimentos estrangeiros para elevar a produção de álcool naquele país.

Segundo Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, a produção de cana da Colômbia ainda está restrita ao Departamento (Estado) do Vale do Cauca. "Essa região é uma das mais produtivas do mundo", disse. A produtividade por hectare gira entre 105 e 110 toneladas de cana por hectare. Em São Paulo, por exemplo, a produtividade gira entre 80 e 90 toneladas por hectare. "Não há outras regiões com tradição em cana naquele país".

Júlio César Bera Diaz, diretor de hidrocarbuneto do Ministério de Minas e Energia da Colômbia, disse, em entrevista por telefone, que a Colômbia quer ocupar 1 milhão de hectares com cana e outros 2 milhões de hectares com culturas propícias à produção de biodiesel. Segundo ele, a palma é uma das apostas do governo colombiano para avançar em

biodiesel naquele país. "Tivemos algumas sondagens de empresários brasileiros, mas nenhum projeto concreto foi fechado", disse Diaz.

O Valor ouviu três grandes grupos brasileiros. Todos disseram que apesar da boa produtividade para cana no país, não há interesse de se investir em usinas lá. "Um dos fatores é a falta de segurança. Teria de andar com carro blindado e segurança por lá", disse um empresário paulista.

#### **Nova Zelândia adia planos para etanol - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 28/08/2007**

A Nova Zelândia suspendeu seu principal projeto de produzir etanol por causa da concorrência brasileira. O plano era desenvolvido pela companhia LanzaFuels, mas seu porta-voz, Howard Moorre, anunciou ontem que, com os preços do etanol brasileiro em níveis historicamente muito baixos e o dólar neozelandês forte, o custo de importar o biocombustível compensa mais do que produzir o produto localmente.

"Essa situação se desenvolveu recentemente e até que as perspectivas futuras se tornem mais encorajadoras, a companhia considera que não é prudente investir no projeto", disse Moorre. Os neozelandeses não indicaram, contudo, quando eventualmente vão tentar importar o biocombustível brasileiro.

O plano inicial no país era de destinar 38 mil hectares para produzir milho para a fabricação do biocombustível, em resposta a obrigação imposta pelo governo daquele país de misturar 3,4% do etanol na gasolina. A energia viria de restos de madeira. Os neozelandeses achavam que o projeto deve render mais para os agricultores que não estão se beneficiando dos altos preços do leite.

Os preços de cereais no mercado internacional estão em alta, por causa da demanda da China e Índia, principalmente. A alta do trigo foi de 107% em um ano.

#### **Petrobras exportará menos álcool em 2008 - Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 30/08/2007**

As metas de exportação de etanol da Petrobras para 2008 esbarram nas demoradas negociações contratuais com a Venezuela e na falta de infra-estrutura para receber o produto na Nigéria. Ontem, na divulgação do plano de investimentos para a área de abastecimento entre 2008 e 2012, a estatal admitiu a redução na projeção dos embarques de álcool para o ano que vem. O projeto inicial, de 850 milhões de litros, foi reduzido para 500 milhões de litros.

A Venezuela é o principal motivo para a revisão desses volumes. Em 2006, o país respondeu por 82 milhões de litros do total de 120 milhões de litros exportados pela Petrobras. Este ano, a demora das negociações contratuais com a venezuelana PDVSA congelaram as exportações, que em 2006 foram feitas para algumas regiões do país, com o objetivo de incentivar projetos-piloto de mistura do álcool na gasolina.

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, explicou que a PDVSA tem optado pelo uso do aditivo mtbe (éter metil terbutílico). No caso da Nigéria, o problema foi a falta de infra-estrutura para receber o produto, como tanques, tubulações e outros equipamentos adequados para manejo das cargas de etanol.

Costa ressaltou, contudo, que o revés nas exportações no curto prazo não muda o projeto de exportações para os anos seguintes. Na África, a estatal negocia, além da Nigéria, com a África do Sul. As conversas na Ásia acontecem com China, Cingapura e Coreia do Sul, além do Japão, principal responsável pela projeção da Petrobras de exportar 4,75 bilhões de litros em 2012.

No Brasil, a empresa planeja ampliar a capacidade do alcooduto entre a refinaria de Paulínia (SP), e Ilha D'Água (RJ), via utilizada para os embarques de etanol feitos para os EUA. A capacidade atual do duto é de 1,5 bilhão de litros anuais e o objetivo da companhia é elevá-la para entre 3 e 4 bilhões de litros anuais até 2010. Além disso, estuda a construção de outros dois dutos para o transporte do produto, um entre Goiás e São Paulo e outro entre Mato Grosso do Sul e Paranaguá (PR). Os investimentos esperados para esses dutos representam 46% do total de US\$ 1,5 bilhão estimados pela empresa para aporte neste setor.

Costa voltou a frisar que a companhia não pretende ser majoritária nos cinco projetos em estudo para a implantação de usinas de etanol no país. A empresa pretende ter, em conjunto com a japonesa Mitsui, até 30% dos empreendimentos. O raciocínio de parceria vale, segundo Costa, para os dutos e a comercialização, desde que os futuros sócios respeitem "alguns princípios". Segundo o executivo, qualquer interessado em se associar à Petrobras no setor de álcool deve ter em mente a necessidade de contratos de longo prazo, de exclusividade para a produção de álcool e de baixa flutuação de preço.

#### **Etanol para a Índia – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 31/08/2007**

A Petrobras assinou ontem (dia 30) um memorando de entendimento com a indiana Bharat Petroleum, para estudar a viabilidade econômica para exportação de etanol e biodiesel à Índia e outros mercados. O país estuda adotar a mistura de etanol na gasolina e também participar do mercado internacional do combustível, informou a agência Reuters.

#### **Fischer Boel desvincula alta de alimento de biocombustível - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 31/08/2007**

A comissão de agricultura da União Européia (UE), Marian Fischer Boel, refutou ontem queixas de que a alta de preços de alimentos no mercado internacional seria provocada pelo aumento da produção de biocombustíveis, como etanol e biodiesel.

Os aumentos de preços têm sido espetaculares na Europa e EUA, principalmente. Em um ano, a tonelada de leite em pó subiu 80%, a manteiga industrial 50%, e a tonelada de trigo, 107%. Além disso, o preço elevado do milho (usado nos EUA para produção de etanol ) reduziu a produção de tortilla no México, causando protestos populares.

Para associações de consumidores e de defesa ambiental, essas altas resultam de subvenções concedidas a matérias-primas renováveis usadas na produção de biocombustíveis. Alguns vizinhos do Brasil usam o mesmo argumento para atacar a diplomacia do etanol do governo Lula.

Mas em texto publicado em seu blog na internet, distribuído com antecedência a jornalistas, a comissão atribui aos biocombustíveis um papel "marginal" nessa alta. Para

ela, a principal razão para o aumento dos preços é a menor produção em várias regiões do mundo, o clima ruim na Europa e crescente demanda da China e outros países asiáticos.

"É a economia, estúpido", escreve a comissária no blog que mistura textos e fotos dela, onde detalha sua visão que pode ser bem diferente da de outros comissários da UE. "Os aumentos de preços são não mais ou menos que o mercado em ação, precisamente o que queremos da agricultura europeia em 2007".

Ao mesmo tempo, a comissária europeia destaca sua preocupação com o maior custo para produtores de carnes no curto e médio prazo. "Produtores de suínos e de frango em todo o mundo estão sendo afetados pela alta de preços de cereais, mesmo nos competidores de baixo custo como o Brasil", escreve. "Isso conduzirá a ajustamentos nos preços mundiais de carnes".

esse cenário, a comissária insiste que a agricultura na Europa está melhorando sua competitividade e exporta cada vez mais sem subsídios - "e essa é uma boa notícia mesmo". E conclama os europeus a pagarem um pouco mais por produtos europeus, que, segundo ela, teriam mais qualidade e atenção ao bem-estar animal e ambiental. "Vale a pena pagar por isso", conclui.

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**op  
pa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

